



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO  
GRANDE DO NORTE  
CAMPUS NATAL – CENTRAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

**JOÃO PAULO DA COSTA SOARES**

**O CURSO DE COOPERATIVISMO DO PROEJA NO IFRN-CAMPUS JOÃO  
CÂMARA: INCLUSÃO EDUCACIONAL E PRODUTIVA NO TERRITÓRIO DO  
MATO GRANDE?**

**NATAL/RN**

**2020**

**JOÃO PAULO DA COSTA SOARES**

**O CURSO DE COOPERATIVISMO DO PROEJA NO IFRN-CAMPUS JOÃO  
CÂMARA: INCLUSÃO EDUCACIONAL E PRODUTIVA NO TERRITÓRIO DO  
MATO GRANDE?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional, na linha de pesquisa Políticas e Práxis em Educação Profissional.

**Orientador:** Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva.

**NATAL/RN**

**2020**

Soares, João Paulo da Costa.

S676c O curso de cooperativismo do Proeja no IFRN Campus João Câmara :  
inclusão educacional e produtiva no território do Mato Grande? / João Paulo da  
Costa Soares. – Natal, 2020.  
101 f : il. color.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de  
Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2020.

Orientador (a): Dr. José Moisés Nunes da Silva

1. Educação Profissional. 2. Cooperativismo. 3. Programa de educação de  
jovens e adultos (PROEJA). 4. Inclusão educacional. 5. Inclusão produtiva. I.  
Silva, José Moisés Nunes da. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e  
Tecnologia do Rio Grande do Norte. III. Título.

CDU: 377

**JOÃO PAULO DA COSTA SOARES**

**O CURSO DE COOPERATIVISMO DO PROEJA NO IFRN-CAMPUS JOÃO  
CÂMARA: INCLUSÃO EDUCACIONAL E PRODUTIVA NO TERRITÓRIO DO  
MATO GRANDE?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Dissertação apresentada e aprovada em 27 / 07 / 2020, pela seguinte Banca Examinadora:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva – Orientador/Presidente  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

---

Profa. Dra. Monique Fonseca Cardoso – Membro Titular Externo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

---

Profa. Dra. Lenina Lopes Soares Silva – Membro Titular Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

---

Prof. Dr. Belchior de Oliveira Rocha - Membro Suplente Externo  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

---

Prof. Dr. José Mateus do Nascimento - Membro Suplente Interno  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Dedico esta Dissertação à minha querida e amada filha, Maria Helena da Silva Soares, à minha companheira Maria José da Silva Soares, e a meu irmão Francisco de Assis da Costa Soares, pela compreensão nos meus momentos de ausência e de solidão; aos meus pais, Raimundo dos Santos Soares e Maria Leonor da Costa Soares, esta última se estivesse entre nós estaria muito feliz em ver o primeiro filho se tornando mestre.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de todas as coisas, que me deu saúde e força para chegar até esse momento.

Ao meu orientador, o Prof. Dr. José Moisés Nunes da Silva, amigo, conselheiro e companheiro de ideais.

Aos componentes da banca examinadora que aceitaram o convite para fazer parte da defesa desta dissertação e por suas valiosas sugestões para aperfeiçoamento do texto final.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, pela generosidade de ensinar o caminho a percorrer.

Aos professores e professoras que atuaram no curso de Cooperativismo do PROEJA do IFRN-Campus João Câmara, pela disponibilidade em participar deste trabalho.

Aos egressos do curso de Cooperativismo do PROEJA do IFRN-Campus João Câmara que participaram da pesquisa.

Aos Movimentos Sociais que contribuíram com minha vivência prática e vêm auxiliando no processo de desenvolvimento da minha maturidade intelectual, através das discussões de cunho social.

Aos meus amigos do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, pelo convívio e aprendizagem.

À Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Norte e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Rio Grande do Norte, que disponibilizaram todas as informações necessárias para a construção deste trabalho.

A todos os familiares e amigos que compartilharam comigo esse sonho agora realizado.

Enfim, a todos e todas que de forma direta ou indireta contribuíram para que a realização do sonho do menino do interior estivesse sendo realizado.

Muito obrigado!

Seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica.

(Paulo Freire).

## RESUMO

A temática deste trabalho é a formação profissional em cooperativismo. O objeto de estudo é o curso de cooperativismo ofertado no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), pelo Campus João Câmara, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN-Campus João Câmara). O objetivo é analisar a contribuição do curso de cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara, na perspectiva da inclusão educacional e produtiva dos egressos no Território do Mato Grande. A abordagem metodológica utilizada na pesquisa é qualitativa, subsidiada pelas pesquisas bibliográfica, com base em autores que discutem a temática, tais como, Singer (2006), Schneider (2014), Paiva (2006), Gadotti (2014) entre outros, e documental, por meio da consulta à Constituição Federal, leis, decretos e projetos pedagógicos de curso. Para a coleta de dados fez-se uso da entrevista semiestruturada com os participantes da pesquisa: gestores institucionais e professores e alunos egressos do curso. Para localizar os alunos egressos do curso utilizou-se o método por amostragem não-aleatória denominado Bola de Neve. Os resultados apontam que o curso de cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara promoveu a inclusão educacional dos alunos egressos, possibilitando a continuidade dos estudos em nível superior, mas não a inclusão produtiva, uma vez que as cooperativas existentes no Território do Mato Grande não absorveram esses alunos.

**Palavras-chave:** Cooperativismo. Educação Profissional. PROEJA. Inclusão Educacional. Inclusão Produtiva.

## ***ABSTRACT***

The theme of this work is professional training in cooperatives. The object of study is the cooperative course offered under the National Program for the Integration of Professional Education with Basic Education in the Modality of Youth and Adult Education (PROEJA), at Campus João Câmara, of the Federal Institute of Education, Science and Technology Rio Grande do Norte (IFRN-Campus João Câmara). The objective is to analyze the contribution of the PROEJA cooperative course at IFRN-Campus João Câmara, in the perspective of the educational and productive inclusion of graduates in the Territory of Mato Grande. The methodological approach used in the research is qualitative, supported by bibliographic research, based on authors who discuss the theme, such as Singer (2006), Schneider (2014), Paiva (2006) and Gadotti (2014), among others, and documentary, consulting the federal constitution, laws, decrees and pedagogical projects of course. For data collection, semi-structured interviews were used with the research participants: institutional managers and professors and students who graduated from the course. To locate students graduating from the course, the non-random sampling method called Snowball was used. The results indicate that the PROEJA cooperative course at the IFRN-Campus João Câmara promoted the educational inclusion of the alumni, enabling the continuation of studies at a higher level, but not the productive inclusion, since the existing cooperatives in the Territory of Mato Grande did not absorb students graduating from the course.

**Keywords:** Cooperativism. Professional education. PROEJA. Educational Inclusion. Productive Inclusion.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Infográfico da composição do sistema OCB .....	30
Figura 2	Gráfico da distribuição das cooperativas brasileiras por ramo de atividade .....	32
Figura 3	Tabela da distribuição dos cooperados e funcionários por ramo de atividade das cooperativas .....	33
Figura 4	Gráfico das cooperativas instituídas no RN, de 1993 a 2015.....	36
Figura 5	Gráfico das cooperativas em funcionamento no RN no ano de 2017.....	37
Figura 6	Tabela da distribuição dos cooperados e empregados por ramo de atividade no RN em 2017 .....	37
Figura 7	Mapa Território do Mato Grande no contexto do estado do RN.....	38
Figura 8	Mapa cooperativas no território Mato Grande .....	40
Figura 9	Quadro da distribuição dos cooperados e empregados das Cooperativas ativas no Território do Mato Grande em 2017 .....	42
Figura 10	Gráfico percentual de matrículas da Educação Profissional Integrada a EJA no Brasil 2008-2017 .....	52
Figura 11	Gráfico percentual de matrículas da Educação Profissional Integrada a EJA no RN 2008-2017.....	53
Figura 12	Quadro da matriz curricular do Curso Técnico de nível médio integrado em Cooperativismo na modalidade EJA presencial.....	59
Figura 13	Quadro conjunto de professores que atuaram no curso de Cooperativismo no âmbito do PROEJA, tomando por base o desenvolvimento de uma turma para cada período do curso .....	61
Figura 14	Gráfico a caracterização dos participantes da pesquisa (egressos.....	71
Figura 15	Gráfico percepção dos alunos egressos sobre a contribuição do curso para formação cidadã, profissional e prosseguimento dos.....	72
Figura 16	Quadro com a caracterização dos Professores (a) Participantes da Pesquisa .....	76
Figura 17	Quadro algumas ações de inclusão produtiva urbana .....	81
Figura 18	Quadro algumas ações de Inclusão Produtiva Rural.....	82
Figura 19	Quadro dos fatores que motivaram o encerramento da oferta do Curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara, no âmbito do PROEJA .....	86

## LISTA DE SIGLAS

ABCOOP	Associação Brasileira de Cooperativas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BSM	Plano Brasil Sem Miséria
CNCOOP	Confederação Nacional das Cooperativas
CF	Constituição Federal
DNOCS	Departamento Nacional de obras contra a seca
DCOR	Departamento de Assistência ao Cooperativismo
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional Tecnológica
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IF	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
IFRN	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PEA	População economicamente ativa
PEE	Plano Estadual de Educação
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAS	Política Nacional da Assistência Social
PNE	Plano Nacional da Educação
PNEPE	O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RFEPT	Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
RN	Rio Grande do Norte
SESCOOP	Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SESAN	Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UNASCO	União Nacional das Associações Cooperativas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2</b>	<b>O COOPERATIVISMO .....</b>	<b>20</b>
2.1	Notas Históricas do Cooperativismo .....	21
2.2	As Cooperativas no Território do Mato Grande.....	34
<b>3</b>	<b>O CURSO DE COOPERATIVISMO DO PROEJA NO IFRN- CAMPUS JOÃO CÂMARA.....</b>	<b>44</b>
3.1	O PROEJA como Política Pública de Educação Profissional.....	45
3.2	O Curso de Cooperativismo No IFRN-Campus João Câmara: Especificidades.....	55
<b>4</b>	<b>INCLUSÃO EDUCACIONAL E PRODUTIVA NO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE? .....</b>	<b>64</b>
4.1	Inclusão Educacional?.....	65
4.2	Inclusão Produtiva?.....	78
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>100</b>
	Roteiros das Entrevistas com os Gestores, Professores e Egressos.....	100

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização mediado pelo avanço da ciência e tecnologia, a crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações, a diversidade de produtos e serviços, a busca de eficiência e de competitividade, o uso intensivo de novas formas de gestão do trabalho, são fenômenos que evidenciam transformações estruturais que modificam os modos de vida individual e as relações sociais, inclusive no mundo do trabalho e, conseqüentemente, impõem novas exigências à formação profissional dos trabalhadores.

Neste contexto que se inserem as organizações do Terceiro Setor<sup>1</sup>, dentre as quais estão as cooperativas, que têm como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental por meio do fortalecimento da agricultura familiar, gerando trabalho, renda e igualdade social às pessoas residentes no campo e na cidade.

Terceiro setor é uma terminologia sociológica que dá significado a todas as iniciativas privadas de utilidade pública com origem na sociedade civil. A palavra é uma tradução de *Third Sector*, um vocábulo muito utilizado nos Estados Unidos da América para definir as diversas organizações sem vínculos diretos com o primeiro e o segundo setor. (SOUZA, 2011).

Assim, amplia-se a necessidade de formação profissional e cidadã de jovens e adultos trabalhadores capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, e que possam participar de forma crítica e criativa na sociedade, na política, na cultura e no mundo do trabalho.

É nesse contexto que se insere a temática deste estudo, qual seja, a formação profissional em cooperativismo. Esse segmento, historicamente, se coloca como “modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo como referenciais a participação democrática, solidariedade, independência e autonomia”. (REISDORFER, 2014, p. 16).

De fato, o Cooperativismo é datado do início do século XIX, emergindo inicialmente na Inglaterra no contexto da primeira Revolução industrial. Já no Brasil as ideias cooperativistas foram difundidas em 1847 por meio do médico naturalista, francês Jean Maurice Faivre, e a primeira cooperativa brasileira foi fundada em 1889, sob a denominação de Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. (PINHO, 2004).

Com efeito, o objeto deste estudo é o curso de Cooperativismo ofertado no âmbito do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na

---

<sup>1</sup> O primeiro setor é constituído por órgãos governamentais, pelo aparelho do Estado; e o segundo é constituído por empresas de mercado, pela iniciativa privada.

Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), pelo Campus João Câmara do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN-Campus João Câmara).

O PROEJA foi criado no governo Lula da Silva (2003-2010) e constitui-se como uma política pública orientada à unificação de ações de profissionalização (formação inicial e continuada de trabalhadores e Educação Profissional Técnica de Nível Médio) à Educação Básica (níveis fundamental e médio) na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), objetivando a formação humana integral de jovens e adultos trabalhadores (BRASIL, 2007).

O Campus João Câmara do IFRN integrou a segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica<sup>2</sup>, do Ministério da Educação, iniciada em 2007, e atende a todos os municípios que compõem o Território do Mato Grande<sup>3</sup> no estado do Rio Grande do Norte. Seu objetivo é promover a educação no âmbito científico, técnico, tecnológico e humanístico, visando à formação integral do profissional-cidadão em uma perspectiva crítico-reflexiva, para atuar eticamente no mundo do trabalho a partir de um compromisso efetivo alinhado às transformações sociais, políticas e culturais.

O curso de Cooperativismo ofertado no âmbito do PROEJA pelo IFRN-Campus João Câmara, segundo o Projeto Pedagógico do Curso de 2009<sup>4</sup>, reformulado em 2012, tinha por finalidade formar profissionais que pudessem atuar na constituição e no desenvolvimento de cooperativas no Território do Mato Grande; planejar e executar os processos cooperativos em suas diversas modalidades; atuar na gestão de contratos, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista; prestar assistência e serviços em cooperativas; orientar a elaboração e desenvolvimento de projetos em comunidades rurais e urbanas; executar pesquisas em cooperativismo (IFRN, 2009).

Esse curso se coloca como uma alternativa para combater os elevados níveis de subemprego, desemprego e exclusão no referido Território, bem como promover o desenvolvimento econômico articulado ao processo de democratização e justiça social, e de melhorias no nível de renda, uma vez que possibilita aos seus egressos atuarem como

---

<sup>2</sup> A expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica foi promovida pelo governo Lula da Silva (2003-2010), e desenvolvida em duas fases, sendo a primeira iniciada em 2006 e a segunda em 2007. No governo Dilma Rousseff (2011-2016), teve a realização da terceira fase da expansão, iniciada em 2011. Em 2019, a referida Rede contava com 38 Institutos Federais de Educação; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR); 2 Centros Federais de Educação Tecnológica; 23 Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais; e o Colégio Pedro II. Para maiores informações consultar o site do MEC. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoos/expansao-da-rede-federal>>. acesso em 17 de agosto de 2020).

<sup>3</sup> Ver segundo capítulo deste estudo

<sup>4</sup> Esse Projeto foi reformulado em 2012. Nesse estudo utilizaremos apenas o de 2009.

consultores ou parte do quadro de funcionários de instituições públicas, privadas e do terceiro setor relacionados ao setor do cooperativismo.

A escolha deste objeto de estudo foi motivada pela minha proximidade com a Agricultura Familiar (camponesa), onde desde muito cedo (13 anos) aprendi a importância da Questão Agrária e Reforma Agrária<sup>5</sup> para promoção da justiça social. Continuei nesse percurso participando das organizações do terceiro setor (organizações não governamentais, associações e cooperativas), quando no ano de 2004 me tornei presidente do grupo de Jovens – Jovens à procura de Paz –, da Pastoral da Juventude ligada à Igreja Católica no Município de Ceará-Mirim/RN. O meu interesse cresceu entre 2006 e 2008 quando atuei como professor do Programa Letra do Campo, executado pela Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER), em parceria com o Ministério da Educação, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e a Fundação Banco do Brasil. O programa tinha como objetivo ensinar a ler, escrever e realizar cálculos matemáticos básicos, além de desenvolver a visão crítica dos agricultores no mundo em que vivem.

Em 2009 fui orientador do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem Campo)<sup>6</sup>, promovido pela Prefeitura Municipal de Ceará-Mirim/RN. Entre os anos de 2013 a 2016 atuei na educação profissional, como tutor do curso técnico em Cooperativismo da rede E-tec/UFRN.<sup>7</sup> Nessas ocasiões, foi possível perceber os dilemas vivenciados pelos alunos para conciliar trabalho e estudos, assim me identifiquei com as vivências deles, pois também trabalhei durante o dia e estudava à noite. Em 2018 me tornei especialista através do curso de Especialização em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo IFRN.

---

<sup>5</sup> Questão agrária e reforma agrária são conceitos interdependentes, mas autônomos. Ambos se reportam à estrutura agrária de um país ou região. O primeiro reflete uma determinada leitura de problematização da estrutura de propriedade, posse e uso da terra, historicamente identificada, por sujeitos sociais determinados. O segundo contém proposta política de reforma dessa estrutura agrária, originalmente associada à leitura da questão agrária previamente declarada. (DELGADO, 2014, p.38). ). A Reforma Agrária é um direito assegurado no Art. 184 da CF/1988, a qual preconiza que é competência da União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

<sup>6</sup> O Projovem Campo é um programa de formação de agricultores com idade de 18 a 29 anos alfabetizados, mas que não tenham concluído o ensino fundamental (BRASIL, 2020).

<sup>7</sup> A Rede e-Tec Brasil foi criada em 2011 pelo Ministério da Educação Decreto nº 7.589 em substituição ao Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil). Sua finalidade é desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade da educação a distância, ampliando e democratizando a oferta e o acesso à educação profissional pública e gratuita no País (BRASIL, 2020).

Todos os fatos mencionados nos despertaram o desejo para desenvolver esta pesquisa, orientada pela seguinte questão: o curso de Cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara tem promovido a inclusão educacional e produtiva no Território do Mato Grande?

Neste sentido, a pesquisa teve como objetivo geral analisar a contribuição do curso de cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara, na perspectiva da inclusão educacional e produtiva dos alunos egressos no Território do Mato Grande; e como objetivos específicos: a) Compreender a perspectiva do cooperativismo para o Território do Mato Grande; b) Aprender as especificidades do curso de Cooperativismo do PROEJA no IFRN-João Câmara; e c) Investigar a inclusão educacional e produtiva dos alunos egressos do curso de Cooperativismo do PROEJA no IFRN-João Câmara.

A abordagem metodológica utilizada neste estudo é a pesquisa qualitativa, subsidiada pelas pesquisas bibliográfica e documental. A pesquisa qualitativa se “aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam” (MINAYO, 2000, p. 57). A pesquisa documental é amplamente utilizada nas ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da história e da economia (GIL, 2010). Esta se vale de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2014).

#### Sobre pesquisa bibliográfica,

A pesquisa bibliográfica é elaborada com base no material já publicado. Tradicionalmente, esta modalidade de pesquisa inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos. Todavia, em virtude da disseminação de novos formatos de informação, estas pesquisas passaram a incluir outros tipos de fontes, como discos, fitas magnéticas, CDs, bem como material disponibilizado pela internet (GIL, 2010, p. 29).

Para chegar aos resultados contidos neste trabalho, realizamos vinte entrevistas, sendo duas com gestores institucionais, seis com professores que ministraram aulas no curso de Cooperativismo e doze alunos egressos das turmas que ingressaram em 2009. “As entrevistas representam um dos instrumentos básicos para a coleta de dados. Trata-se de uma conversa oral entre duas pessoas, das quais uma delas é o entrevistador e a outra o entrevistado” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 280). As entrevistas foram do tipo semiestruturada “que combina

perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. (MINAYO, 2014, p. 261).

As entrevistas utilizadas nesta pesquisa foram realizadas, individualmente, entre julho e dezembro de 2019. O procedimento inicial foi marcar o local e a data da entrevista, explicando aos participantes da pesquisa de maneira geral os objetivos da pesquisa. Em seguida solicitamos aos participantes que realizassem a leitura do TCLE e assinassem, no caso de concordarem. Na sequência pedimos permissão para realizar a gravação, para, enfim, começarmos a entrevista orientada por um roteiro previamente estabelecido, elaborado com questões abertas e fechadas.

Os egressos foram localizados por meio da amostragem não-aleatória denominada bola de neve, que “refere-se à ampliação da rede de casos conhecidos, extremamente usando contatos indicados por aqueles que estão na amostra existente” (OLSEN, 2015, p. 35). Decidimos por esta estratégia porque os egressos residiam em cidades diferentes e muitos deles em assentamentos rurais, o que tornava ainda mais difícil sua localização.

Nas entrevistas utilizamos três roteiros diferentes, sendo um para cada grupo de entrevistados. Para o grupo formado por dois gestores (G1 e G2) utilizamos um roteiro com sete perguntas (Apêndice A) que objetivou a compreensão I) dos fatores que motivaram o Campus João Câmara a ofertar o curso de Cooperativismo; II) se havia demanda no Território do Mato Grande que justificasse a oferta do curso; III) as perspectivas para os concludentes do curso; IV) se houve audiência pública para tratar da implantação do curso; V) os fatores que motivaram o encerramento da oferta do curso de cooperativismo; VI) se o cooperativismo não deu certo no Território do Mato Grande; e VII) se ao término do curso os egressos ingressaram nas cooperativas.

Para o segundo grupo, formado por seis professores (P1, P2, P3, P4, P5 e P6) que ministraram aulas no curso de cooperativismo, utilizamos o roteiro com seis perguntas (Apêndice B) sendo cinco fechadas e uma aberta, com o objetivo de compreender: I) a caracterização dos professores participantes da pesquisa; II) a perspectiva de formação profissional para os egressos do curso de cooperativismo; III) se o curso promoveu a inclusão educacional e produtiva no Território do Mato Grande; IV) se o curso promoveu a inclusão produtiva dos egressos; V) os fatores que motivaram o encerramento da oferta do curso no IFRN-Campus João Câmara; e VI) se os participantes da pesquisa gostariam de fazer quaisquer comentários sobre a oferta do curso.

Para o terceiro grupo, formado por doze egressos (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11 e E12) do curso de Cooperativismo, utilizamos o roteiro com quatro perguntas (Apêndice C), sendo três fechadas e uma aberta, com o objetivo de compreender: I) a

caracterização dos egressos; II) se o curso de cooperativismo contribuiu para a sua formação cidadã e profissional; II) se depois da conclusão do curso os egressos prosseguiram os estudos; IV) se depois da conclusão do curso conseguiram ingressar no mercado de trabalho.

As entrevistas foram fundamentais para compreendermos a percepção dos participantes da pesquisa acerca de questões ligadas à implantação do curso, tais como estrutura física e de pessoal, especificidades e fatores que motivaram o encerramento da oferta, como também as dificuldades encontradas e aprendizagens promovidas/adquiridas, de acordo com as vivências da função que exerciam.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além das considerações finais, onde delinearemos os achados da pesquisa. No primeiro – **Introdução** – apresentamos a temática, delimitação, objeto de estudo, a justificativa, o objetivo geral e específicos, a metodologia e a estrutura do texto.

O segundo capítulo – **O Cooperativismo** – está dividido em dois subcapítulos: 1) *Notas históricas do cooperativismo*, onde abordaremos a história, os princípios, os valores do cooperativismo e o ordenamento jurídico desse modelo no Brasil, com o objetivo de apreender a origem e as especificidades dessa alternativa à produção capitalista; e 2) *As cooperativas no Território do Mato Grande*, em que discutiremos as origens e importância do cooperativismo como estratégia de desenvolvimento territorial, objetivando compreender as perspectivas e desafios das cooperativas no território.

O terceiro capítulo – **O Curso de Cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara** – está dividido em dois subcapítulos: 1) *O PROEJA como política pública de educação profissional*, onde abordaremos aspectos históricos da EJA; o modo como essa modalidade de ensino vem sendo inserida nos documentos oficiais a partir da Constituição Federal de 1988 até chegar à formulação do Programa Nacional de Educação Profissional Integrado à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) como política pública de educação profissional; e a compreensão sobre como essa política vem sendo desenvolvida no Brasil; e 2) *O curso de cooperativismo no IFRN-Campus João Câmara: especificidades*, em que discutiremos os aspectos que levaram o IFRN-Campus João Câmara a ofertar o curso de cooperativismo, objetivando apreender as especificidades e como ocorreu a implantação.

O quarto capítulo – **Inclusão Educacional e Produtiva no Território do Mato Grande?** – está dividido em dois subcapítulos: 1) *Inclusão Educacional?*, onde abordaremos, os principais programas e como nascem as políticas públicas de inclusão no Brasil, objetivando compreender se o curso de cooperativismo promoveu a inclusão educacional dos egressos no

território do Mato Grande; e 2) *Inclusão Produtiva?*, neste iremos analisar as políticas públicas de inclusão socioproductiva que buscam promover o acesso ao mundo do trabalho, objetivando compreender se o curso de cooperativismo promoveu inclusão produtiva dos egressos no Território do Mato Grande.

## 2. O COOPERATIVISMO

O século XV deu início à primeira revolução econômica da civilização moderna, denominada de Mercantilismo (ou Revolução Comercial). Esta desarraigou a economia feudal substituindo-a por um capitalismo dinâmico dominado por comerciantes, banqueiros e armadores de navios, os quais subsidiaram grandes navegações para além do mar em busca de novos mercados, a fim de fazer circular livremente as mercadorias e, em consequência, aumentar o acúmulo de capitais.

O Mercantilismo proporcionou o embasamento, na segunda metade do século XVIII, da primeira Revolução Industrial, restrita inicialmente à Inglaterra, cujo pioneirismo se deu em função, entre outros da supremacia naval, do acentuado acúmulo de capitais e da disponibilidade de mão de obra oriunda da migração do campo.

A primeira Revolução Industrial significou grandes mudanças, tanto econômicas (mecanização da indústria e da agricultura, aplicação da força motriz à indústria, desenvolvimento do sistema fabril, aceleração dos transportes e das comunicações, etc.). Quanto aos impactos sociais ficou marcado a (baixos salários, altas jornadas de trabalho, desemprego, miséria e enorme exército de reserva), ampliação dos grandes empreendimentos comerciais e o controle capitalista sobre quase todos os ramos de atividade econômica.

A esse respeito, Huberman (1982) observa:

[...] As máquinas, que podiam ter tornado mais leve o trabalho, na realidade o fizeram pior. Eram tão eficientes que tinham de fazer sua mágica durante o maior tempo possível. Para seus donos, representavam tamanho capital que não podiam parar – tinham de trabalhar, trabalhar sempre. Além disso, o proprietário inteligente sabia que arrancar tudo da máquina, o mais depressa possível, era essencial porque, com as novas invenções, elas podiam tornar-se logo obsoletas. Por isso os dias de trabalho eram longos, de 16 horas (HUBERMAN, 1982, p. 189).

De fato, o processo de industrialização fez com que os artesãos e os trabalhadores rurais, atraídos pelas fábricas, migrassem para as cidades em busca de trabalho e melhores condições de vida. Essa migração teve como consequências o excesso e a exploração da força de trabalho, tornando desumanas as condições de vida, as quais pioraram ainda mais, com o grande contingente de desempregados.

As transformações advindas da primeira Revolução Industrial “[...] deram origem ao comunismo, ao sindicalismo e, como resposta às dificuldades enfrentadas pela classe operária, o cooperativismo, como uma forma democrática de produzir e distribuir riquezas e como solução ao combate do desemprego” (LEITE, 2013, p. 16). Ou seja, o cooperativismo traz em

sua essência a percepção da promoção do desenvolvimento socioeconômico, praticado por um grupo de pessoas com ideias e ações convergentes, na perspectiva da igualdade e justiça social.

Nesse sentido, este capítulo está estruturado em dois subcapítulos: 1) *Notas históricas do cooperativismo*, onde abordaremos a história, os princípios, os valores do cooperativismo e o ordenamento jurídico desse modelo no Brasil, com o objetivo de apreender a origem e as especificidades dessa alternativa à produção capitalista; e subcapítulo 2) *As cooperativas no Território do Mato Grande*, no qual abordaremos as origens e importância do cooperativismo como estratégia de desenvolvimento territorial, objetivando compreender as perspectivas e desafios das cooperativas no território.

## 2.1 Notas históricas do Cooperativismo

O cooperativismo tem como objetivo a união de pessoas para promover o desenvolvimento sustentável, compartilhar ideias, superar desafios, explorar novas possibilidades de negócios, comprar produtos a custos mais baixos, desenvolver pesquisas tecnológicas, traçar estratégias de mercado e contribuir com o desenvolvimento socioeconômico de seus cooperados e da comunidade ou local em que as cooperativas estão inseridas.

Reisdorfer (2014), conceitua cooperativismo como sendo,

[...] movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes (REISDORFER, 2014, p.16).

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional (ACI)<sup>8</sup>, cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, por meio de uma empresa coletiva, para atender as suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais (ACI, 2018). Assim, entendemos que as experiências cooperativistas estão imbricadas e vinculadas à história de luta política, social e econômica da classe trabalhadora frente às condições precárias de trabalho implantadas nas fábricas capitalistas.

---

<sup>8</sup> É um órgão criado em Londres, em 1895, para representar o cooperativismo no cenário mundial, e que tem como função básica preservar e defender os princípios cooperativistas. Sua sede, atualmente, está localizada em Bruxelas, na Bélgica, e se organiza através de quatro sedes continentais: América, Europa, Ásia e África. (ACI, 2019).

No século XVIII, foram criados modelos conceituais de vivência concreta inspirados nas orientações e doutrinas defendidas pelos precursores do cooperativismo até a fundação da cooperativa matriz de Rochdale, em 1844, na Inglaterra. Entre os intelectuais, destacam-se Robert Owen (1771–1858) na Inglaterra e Charles Fourier (1772–1837) na França, ambos conhecidos como socialistas utópicos (ANDRIOLA, 2008).

Ferreira (2010) observa que

[...] o pensamento doutrinário do cooperativismo formou-se, também, graças à solidariedade intelectual de alguns militantes que tinham em comum o desejo de mudar a ordem econômica vigente e estabelecer, na prática, novas relações sociais em que o trabalho seria fonte de justiça, igualdade e equidade, em contraponto à exploração capitalista que se encontrava em processo de consolidação. [...] Os precursores do pensamento cooperativo foram considerados socialistas utópicos, pois tinha em comum a defesa de experiências de trabalho associativo, mas, ao desconsiderarem à estrutura social e econômica vigente nas suas propostas, foram considerados os sonhadores de uma sociedade ideal e considerada irrealizável (FERREIRA, 2010, pp. 90-91).

Owen e Fourier não só teorizaram o ideal para a promoção de uma sociedade justa, como também realizaram ações que se aproximavam de suas teorias cooperativistas. Segundo Marra (2016), Owen ordenou em sua própria fábrica que diminuíssem a jornada de trabalho, de 16 para 10 horas ao dia, e aumentou os salários, proibiu a contratação de crianças menores de 10 anos e ofereceu a seus funcionários casas a um custo mais baixo. Essas ações tiveram consequências positivas na situação econômica da fábrica. Fourier, por sua vez, fundou uma associação agrícola para incentivar capitalistas, proprietários e trabalhadores a colocar em sociedade suas terras, seus capitais e seu trabalho, formando a associação voluntária dos três fatores de produção (ANDRIOLA, 2008).

As iniciativas dos socialistas utópicos foram de grande importância para inspirar, em 1844, a criação da primeira cooperativa moderna na Inglaterra. Naquele momento os tecelões passaram a planejar o fundamento de uma cooperativa, o embrião para a primeira cooperativa moderna no mundo. Após a elaboração de um projeto que durou um ano, os tecelões conseguiram os recursos iniciais, o capital social e, no ano de 1844, em Rochdale, distrito de Manchester, na Inglaterra, fundaram a primeira cooperativa socialmente organizada, denominada Rochdale Equitable Pioneers Society Limited, do ramo de consumo – comercializava produtos de necessidades básicas –, que desempenhou o importante papel de difusão das cooperativas pelo mundo (SINGER, 2006).

Para Leite (2013), o ano de 1844 é tido como o ano oficial do nascimento do cooperativismo, pois nessa data, os 28 tecelões de Rochdale, na Inglaterra, sistematizaram as regras fundamentais a respeito do funcionamento das cooperativas. A cooperativa de Rochdale

tinha como objetivos: a) abrir um armazém para a venda de comestíveis; b) comprar ou construir casas para os membros que desejavam ajudar-se mutuamente, com o fim de melhorar o seu próprio estado doméstico e social; c) iniciar a fabricação de artigos que a sociedade julgasse conveniente para proporcionar trabalho aos seus membros; d) adquirir ou arrendar campos para serem cultivados pelos membros desocupados ou por aqueles trabalhadores que não recebiam a devida remuneração; e) proceder à organização das forças da produção, da distribuição, da educação e do seu próprio governo; e f) auxiliar as demais sociedades cooperativas a fundar outras colônias semelhantes (HOLYOAKE, 1933).

Capitaneadas pelo pioneirismo da cooperativa de Rochdale, as cooperativas de consumo se expandiram por toda a Grã-Bretanha. Além da proteção do desemprego, essas cooperativas mantinham seus associados supridos de alimentos, de forma mais econômica, como também cultivavam áreas para produção de alimentos, com o objetivo de vender produtos e empregar pessoas nas lavouras (SINGER, 2006).

Segundo Andriola (2008), o maior feito da cooperativa de Rochdale foi ter redigido um estatuto social que estabelecia objetivos mais amplos para o empreendimento e definia normas igualitárias e democráticas para a constituição, manutenção e expansão de uma cooperativa de trabalhadores.

Os princípios que orientam o cooperativismo foram constituídos, inicialmente, na fundação da cooperativa de Rochdale: 1) adesão livre; 2) controle democrático; 3) devolução do excedente ou retorno sobre as compras; 4) juros limitados ao capital; 5) neutralidade política, religiosa e social; 6) vendas a dinheiro e à vista; e 7) fomento do ensino em todos os graus. Estes princípios são seguidos até os dias atuais e sua expansão alavancou o movimento cooperativista como um todo (HOLYOAKE, 1933; MEINEM, 2014).

Esses princípios foram revisados em 1937, 1966 e 1995, em congressos coordenados pela ACI e passaram por pequenas alterações. Segundo a ACI (2018), os princípios atuais são:

**1. Adesão voluntária e livre** – as cooperativas são abertas para todas as pessoas que queiram participar, estejam alinhadas ao seu objetivo econômico e dispostas a assumir suas responsabilidades como membro. Não existe qualquer discriminação por sexo, raça, classe, crença ou ideologia. Este princípio está ligado intrinsecamente com os valores da liberdade e igualdade. É importante ainda destacar que o interessado em ingressar na cooperativa deve se sujeitar ao cumprimento de seu estatuto.

**2. Gestão democrática** – as cooperativas são organizações democráticas controladas por todos os seus membros, que participam ativamente na formulação de suas políticas e na tomada de decisões. Seus representantes oficiais são eleitos por todo o grupo. Este princípio

possui um grande diferencial em relação às sociedades empresariais, pois na cooperativa a gestão é democrática com direitos e deveres iguais entre os sócios. Ou seja, a gestão é centrada no bem-estar do cooperado e não do capital como fazem as empresas capitalistas.

**3. Participação econômica dos membros** – todos os membros devem apoiar as atividades aprovadas pelos cooperados ou para o desenvolvimento da própria cooperativa. Tudo sempre decidido democraticamente. Os cooperados contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas, as quais têm duas finalidades: a social e a econômica. Esse princípio tem como objetivo fazer com que os cooperados se apropriem das sobras que são resultados do seu próprio trabalho, sem perder de vista a solidariedade e a ajuda mútua.

**4. Autonomia e independência** – as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas por seus membros, e nada deve mudar isso. Se uma cooperativa firmar acordos com outras organizações, públicas ou privadas, deve fazer em condições de assegurar o controle democrático pelos cooperados e garantir a autonomia da cooperativa. Esse princípio preconiza que as cooperativas devam tomar suas próprias decisões e escolher seus próprios caminhos democraticamente, sem interferência externa, assegurando que a participação do cooperado nas decisões não sofra influências de entidades externas à cooperativa.

**5. Educação, formação e informação** – ser cooperativista é comprometer-se com o futuro dos cooperados, do movimento e das comunidades. As cooperativas promovem a educação e a formação para que seus membros e trabalhadores possam contribuir para o desenvolvimento dos negócios e, conseqüentemente, dos lugares onde estão inseridos. Esse princípio reforça a importância da educação para a difusão do movimento cooperativista, pois é responsável pelo crescimento intelectual dos cooperados, formando-os para exercerem seus direitos e deveres na cooperativa.

**6. Intercooperação** – cooperativismo é trabalhar em conjunto. É atuando juntas que as cooperativas dão mais força ao movimento e servem de forma mais eficaz aos cooperados. Sejam unidas em estruturas locais, regionais, nacionais ou até mesmo internacionais, o objetivo é sempre se juntar em torno de um bem comum. A Intercooperação deve começar pela base, nas entidades de primeiro grau e se potencializar a nível macro, onde os cooperados e a comunidade, trabalhem em conjunto.

**7. Interesse pela comunidade** – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das comunidades através de políticas aprovadas por seus membros. Como organizações sociais, estão diretamente imbricadas à comunidade onde os cooperados residem e, desta forma, o desenvolvimento da comunidade reflete-se diretamente nos cooperados.

Singer (2006) ressalta que as alterações feitas nos princípios tiveram como objetivo contemplar um maior número possível de ramos cooperativos, bem como reforçar as características do cooperativismo. Diferentemente dos princípios demarcados formalmente, não existe rol exclusivo de valores para o cooperativismo. Das inúmeras referências feitas por estudiosos, a enunciação de valores mais recorrente, segundo Meinem (2014), são:

**1. Solidariedade**, cuja essência reside no compromisso, na responsabilidade que todos têm com seus pares, fazendo a força do conjunto e assegurando o bem de cada um dos membros. É uma espécie de reciprocidade obrigacional, justificada pelo interesse comum.

**2. Liberdade**, que está no direito de escolha pela entidade cooperativa, tanto na hora do ingresso como no momento da saída podendo a pessoa, enquanto cooperada, manifestar-se de acordo com a sua vontade e consciência, respeitados os limites estabelecidos coletivamente.

**3. Democracia**, que está diretamente relacionada ao pleno direito de associado participar da vida da cooperativa em toda a sua dimensão, especialmente pela palavra e pelo voto, implicando, em contrapartida respeito as decisões majoritárias. Indica também acesso universal sem discriminação de qualquer espécie. É pela democracia que se exerce a cidadania cooperativa.

**4. Equidade**, que se manifesta, fundamentalmente, pela garantia da igualdade de direitos, pelo julgamento justo e pela imparcialidade, tanto em aspectos econômicos como sociais.

**5. Igualdade**, que impede a segregação em razão de condição socioeconômica, raça, gênero ou sexo, ideologia política, opção religiosa, idade ou qualquer outra preferência ou característica pessoal. A todos são assegurados os mesmos direitos e as mesmas obrigações.

**6. Responsabilidade**, que tem a ver com a assunção e o cumprimento de deveres. Como cooperada, a pessoa é responsável pela viabilidade do empreendimento, incumbindo-lhe operar com a cooperativa e participar das atividades sociais.

**7. Honestidade**, que se liga à verdade por excelência. É uma das marcas de pessoas de elevado caráter; tem a ver com retidão, probidade e honradez.

**8. Transparência**, que diz respeito à clareza, aquilo que efetivamente é, sem ambiguidade, sem segredo. No meio cooperativo todos devem ter conhecimento preciso sobre a vida da entidade, suas regras, gestão e números.

**9. Responsabilidade socioambiental**, que se conecta ao compromisso do empreendimento, naturalmente de caráter comunitário, com o bem-estar das pessoas e com a proteção do meio ambiente, compreendidos na sua área de atuação, preocupação que envolve

desenvolvimento econômico e social e respeito ao equilíbrio e às limitações dos recursos naturais.

A sustentabilidade das cooperativas depende, fundamentalmente, de que sejam colocadas em prática seus princípios e valores, sustentados no interesse coletivo dos cooperados. Os princípios, que têm caráter internacional, norteiam a forma de atuação das cooperativas, ou seja, são seus alicerces; já os valores invocam experiências morais, justiça e solidariedade na conduta dos cooperativistas. Assim, a justiça deve estar na prática diária dos cooperados e o sucesso ou fracasso das cooperativas serão compartilhados por todos os cooperados.

Os ideais cooperativistas chegaram ao Brasil em 1847 por meio do médico naturalista francês Jean Maurice Faivre (1795-1858), que fundou, com um grupo de europeus, no sertão do Paraná, a Colônia Tereza Cristina, uma organização comunitária voltada à produção rural, que funcionava de acordo com os ideais cooperativistas e foi importante para a difusão do movimento no Brasil (MARRA, 2016).

De acordo com Meinem e Port (2014) e Schneider (2014), foi com a intensificação da imigração europeia que o cooperativismo passou a ganhar força e demarcar espaço através da criação de cooperativas rurais. Em 1885, chega ao Brasil o padre suíço Theodor Amstad (1851-1938), que para além de suas atividades pastorais e religiosas, dedicou-se às questões da promoção econômica e social dos produtores rurais familiares e ao incentivo à criação de cooperativas rurais de crédito na região sul do País, que passava por uma grave crise econômica e conseqüente aumento da miséria, o que fez com que houvesse uma grande procura por alternativas de geração de trabalho e renda. Ferreira (2010) ressalta que:

[...] em se tratando da criação das cooperativas rurais ela foi impulsionada pelos emigrantes europeus, originando as cooperativas agrícolas, como forma de eliminar o intermediário; pela Igreja Católica, apoiando principalmente a constituição de cooperativas rurais de crédito; e dos governos federal e estaduais, no fomento e estímulo financeiro (FERREIRA, 2010, p. 97).

Em outubro de 1889 foi fundada a primeira cooperativa brasileira, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, apresentando em sua estrutura e estatuto forte influência dos Pioneiros de Rochdale. Como no Brasil ainda não havia legislação adequada sobre cooperativismo, essa Sociedade apresentava forma de sociedade anônima (PINHO, 2004).

Ainda segundo Pinho (2004), a referida Sociedade Cooperativa seguia as normas para uma cooperativa moderna, pois, baseados nos princípios elencados anteriormente, adotava número ilimitado de cooperados e objetivava realizar diversas atividades, começando por um

armazém de gêneros de primeira necessidade, depois a produção de bens de consumo, armarinhos de tecidos, padaria e ferragens; previa também a criação de uma caixa de auxílio e socorro às viúvas de seus associados ou aos próprios associados incapazes de trabalhar. Não se tem notícias da qualificação profissional dos cooperados pioneiros nem do tempo de duração da Sociedade.

Na segunda metade do século XIX o cooperativismo no Brasil, assim como na Europa, passou a se desenvolver mediante o agravamento das crises econômicas, cenário que fez com que os trabalhadores se unissem e organizassem em cooperativas para melhorar suas condições socioeconômicas (PINHO, 2004).

Segundo Schneider (2014),

[...] a cooperativa é relevante instrumento de desenvolvimento local e sustentável das comunidades. Os cooperados, morando nas diversas localidades da área de atuação da cooperativa, ao terem uma melhoria de renda obtida mediante a cooperativa, tendem a investir a sua renda na melhoria de suas condições habitacionais, na crescente qualificação e melhoria da produção e produtividade, todas no próprio local ou na comunidade na qual vivem (SCHNEIDER, 2014, p. 25).

Notamos, pois, que é a partir das crises econômicas que as cooperativas se tornaram instrumentos de desenvolvimento participativo e autônomo das comunidades que buscavam, em tempos sombrios (precarização de trabalho e desemprego), garantir sua sobrevivência e aumentar seu padrão de vida e o da comunidade.

Em novembro de 1902 foi fundada a primeira cooperativa de crédito do Brasil, denominada Caixa de Economia e Empréstimos Amstad, atual Sicredi Pioneira, constituída por 19 pequenos produtores familiares em Linha Imperial, distrito do município de Nova Petrópolis, no Rio Grande do Sul. Em 2014 esta cooperativa celebrou 112 anos de atividades ininterruptas, tornando-se a 12ª maior cooperativa de crédito da América Latina, 8ª maior cooperativa de crédito do país e a terceira maior do Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi), com 99.685 cooperados naquele ano (SCHNEIDER, 2014).

As cooperativas de crédito desempenharam importante papel no fortalecimento das atividades produtivas, uma vez, que abriram crédito para os pequenos produtores que não tinham oportunidades de acessá-lo nos grandes bancos tradicionais, por não terem como assegurar garantias de pagamentos.

Outro fator que fortaleceu a expansão cooperativista no Brasil foi a publicação do Decreto Legislativo nº 1.637/1907, que criou os sindicatos profissionais e sociedades cooperativas e definiu as características das cooperativas, quais sejam: a) a variabilidade do capital social; b) a inacessibilidade das ações, quotas ou partes a terceiros, estranhos à

sociedade; c) a não limitação do número de sócios. O Decreto também concedeu algumas isenções de impostos às cooperativas rurais de crédito que estavam em expansão no país, em especial na região Sul (BRASIL, 1907).

Na década de 1930, o cooperativismo brasileiro ganhou grande importância jurídica com a consolidação e promulgação do Decreto nº 22.239/1932, que reformou as disposições do Decreto Legislativo anteriormente citado, na parte referente às sociedades cooperativas, e visibilizou a importância do movimento cooperativista, pois ampliou a liberdade ao funcionamento e categorizou as atividades que poderiam ser alcançadas com as cooperativas (BRASIL, 1932).

[...] o cooperativismo brasileiro só adquiriu maior importância a partir de 1932, com a edição do Decreto Federal nº 22.239. Esse decreto deu ampla liberdade à constituição e ao funcionamento das cooperativas no Brasil, pois apresentou suas características próprias, além de consagrar as doutrinas do sistema cooperativista. Foi, de fato, a primeira lei que organizou o cooperativismo brasileiro (MARRA, 2016, p.36).

A expansão do cooperativismo no Brasil está vinculada ao desenvolvimento das regiões agrícolas e tem desempenhado importante papel para as organizações coletivas através da organização produtiva e de seus serviços em variados setores da economia, especialmente o agropecuário.

Na década de 1950, foram criadas a União Nacional das Associações Cooperativas (UNASCO) e a Aliança Brasileira de Cooperativas (ABCOOP), ambas com o objetivo de integrar e unificar as cooperativas brasileiras. Esse objetivo, no entanto, não foi alcançado porque houve divergências internas entre as duas instituições, de modo que o movimento cooperativista perdeu força na representatividade junto ao Estado Brasileiro. (REISDORFER, 2014).

Na década de 1960, o governo passou a se empenhar na união das duas vertentes cooperativistas – a UNASCO e a ABCOOP –, em um esforço de unificá-las para que se tornassem a representatividade das cooperativas brasileiras. Em 1969 ocorreu a unificação mediante a instituição da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), que passou a representar e defender o cooperativismo nacional e a defesa de diversos compromissos com a demanda das cooperativas, tais como operações com terceiros, eliminação da exigência de autorização prévia para funcionar e extinção da compulsoriedade de subscrição de ações (PINHO, 2004).

O início da década de 1970 foi marcante para o cooperativismo brasileiro. A Lei nº 5.764/1971 definiu a Política Nacional de Cooperativismo e instituiu o regime jurídico das

sociedades cooperativas. Essa Lei regulamentou e conferiu a representação do Sistema Cooperativista Nacional à OCB, dispondo, em seu art. 107, sobre a obrigatoriedade do registro para funcionamento das cooperativas na OCB ou na entidade estadual, se houver, mediante apresentação dos estatutos sociais e suas alterações posteriores (BRASIL, 1971). Tal obrigatoriedade causou controvérsia e discordância no movimento cooperativista, que defendia a livre criação e funcionamento das sociedades cooperativas. Essa Lei classificou, ainda, as cooperativas em três tipologias (BRASIL, 1971):

a) **Singulares** – as constituídas por, no mínimo, 20 pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas ou, ainda, aquelas sem fins lucrativos; se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados.

b) **Cooperativas centrais ou federações de cooperativas** – as constituídas de, no mínimo, três singulares, podendo, excepcionalmente, admitir associados individuais; objetivam organizar serviços em comum para atender aos interesses das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

c) **Confederações de cooperativas** – as constituídas de, pelo menos, três federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades; têm por objetivo orientar e coordenar as atividades das filiadas, nos casos em que o vulto dos empreendimentos transcender o âmbito de capacidade ou conveniência de atuação das centrais e federações.

Essa classificação deu ao movimento cooperativista maior liberdade na representação, pois facilitou à organização em nível regional, nacional e internacional.

Na década de 1980, a Constituição Federal de 1988 fortaleceu o movimento cooperativista estabelecendo que a criação de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento (BRASIL, 1988). Este preceito constitucional é importante porque determina que as cooperativas devam conduzir sua própria existência, independentemente de ação governamental.

Segundo Pinho (2004), mesmo com o amparo constitucional, o cooperativismo passou por uma grande crise causada por dois fatores: a própria falência do Estado brasileiro, em decorrência dos efeitos negativos e perversos da hiperinflação que assolava a economia do País; e a própria crise de identidade do cooperativismo internacional, que não conseguia ocupar o vazio deixado pela implosão do socialismo e pela falência social do capitalismo, que embasa a economia de mercado.

Atualmente, o cooperativismo brasileiro se organiza através do Sistema OCB, que é composto por três esferas:

a) Confederação Nacional das Cooperativas (CNCOOP) – entidade sindical de grau máximo das cooperativas. Fundada em 2005, seu trabalho é defender os interesses da categoria, promovendo, ainda, a coordenação e a integração das federações de sindicatos das cooperativas. Uma atuação que acontece em diversas esferas, sempre em busca de avanços que façam do cooperativismo um movimento cada vez mais forte;

b) OCB – que tem como objetivo promover o cooperativismo junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e representar o movimento dentro e fora do país. Para manter suas atividades a OCB conta com diversas fontes de recursos, tais como: taxa de registro, contribuições de pessoas físicas ou jurídicas, rendas de seu patrimônio, doações ou legados, subvenções concedidas pelos poderes públicos ou contribuições que a lei estabeleça a seu favor, verbas de convênios com entidades públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.

c) Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) – criado pela Medida Provisória nº 1.715/1998 e posteriormente regulamentada pelo Decreto nº 3.017/1999, e que tem por finalidade promover o desenvolvimento sustentável e integrado por meio da formação profissional, educação cooperativista, gestão e liderança cooperativa, entre outros. (OCB, 2018).

### Infográfico 1: Composição do Sistema OCB.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da OCB.

A OCB adotou, em 1993, a classificação das cooperativas em 13 ramos, de acordo com o modelo adotado pela ACI: agropecuário; consumo; crédito; educacional; especial; habitação; infraestrutura; mineral; produção; saúde; transporte; turismo; e trabalho, com o objetivo de

agrupar e facilitar a organização das cooperativas em federações, confederações e centrais, em âmbito estadual e nacional (OCB, 2018). Quanto aos ramos, estes são assim caracterizados:

a) **Agropecuário** – constituída por agricultores familiares, pescadores artesanais e produtores rurais; esse ramo fortalece e orienta a produção desde a aração das terras até a venda do produto, seja in natura ou agroindustrializado.

b) **Consumo** – constituída por um grupo de pessoas que realizam suas compras em conjunto, com a intenção de diminuir os custos dos produtos; comprando em grande escala, a cooperativa pode pleitear custos mais baixos, o que não seria possível se cada cooperado realizasse sua compra individualmente.

c) **Crédito** – formada para prestar assistência financeira aos seus cooperados, desde operações passivas até as mais comuns a uma instituição financeira. Esse ramo depende do Banco Central do Brasil para funcionar e se organiza de duas formas: cooperativa de crédito rural e cooperativa de crédito mútuo (urbano).

d) **Educacional** – esse ramo pode atuar em vários níveis de ensino ou concentrar em apenas um; os pais podem participar do projeto político pedagógico da escola, oferecer mensalidades mais baixas aos seus cooperados etc.

e) **Especial** – constituída por cooperados que precisam ser tutelados, teve sua idealização na Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência.

f) **Habitação** – esse ramo busca soluções para problemas habitacionais seja de ordem de administração, manutenção ou construção de conjuntos habitacionais. Os cooperados dividem o custo total entre si, o que faz com que se diminua o custo individual da obra.

g) **Infraestrutura** – visam a realização de prestação de serviços de telecomunicação, saneamento e eletrificação, entre outros, buscando atender a uma grande parte da população carente desses serviços.

h) **Mineral** – constituída com o propósito de realizar pesquisas, lavar, extrair, comercializar, importar e exportar produtos minerais. Esse ramo possui regras claras de funcionamento e visa contribuir para conscientização da preservação ambiental.

i) **Produção** – visando criar mecanismos para alavancar a produção, seja no campo ou na cidade, esse ramo é uma alternativa para aumentar a produção de mercadorias.

j) **Saúde** - dedicada à recuperação e preservação da saúde humana, esse ramo visa a valorização do profissional com melhor remuneração, condições de trabalho adequadas e atendimento de qualidade ao paciente, além de ofertar aos seus cooperados investimentos em treinamento e capacitação profissional.

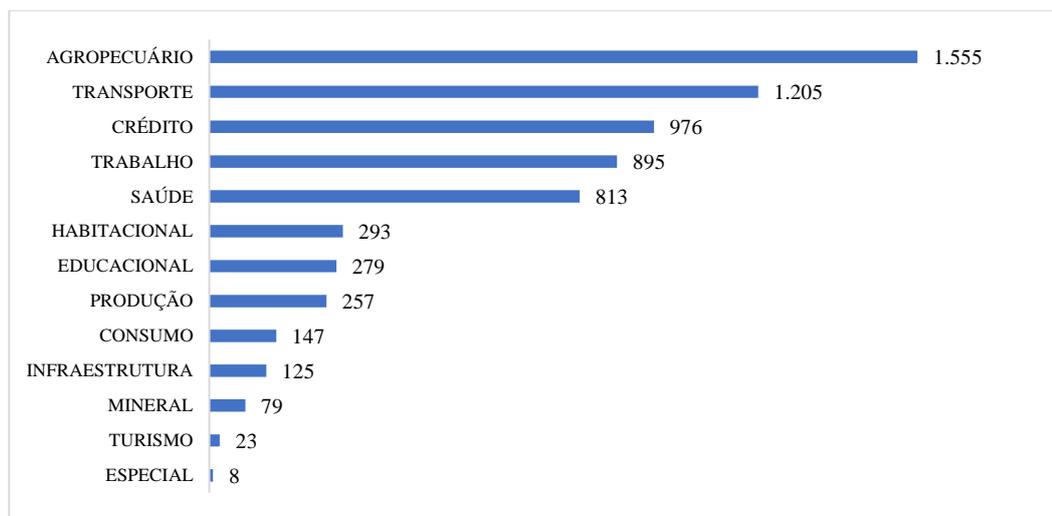
l) **Transporte** – visa a prestação de serviços de transporte, independentemente de ser carga ou passageiros.

m) **Turismo** – visando prestar serviços de lazer, esportes ou entretenimento a seus cooperados, esse ramo tem um grande potencial no País, devido às suas diversas belezas naturais.

n) **Trabalho** – tendo como característica a realização de vários serviços que tem como meio de produção a coletividade, esse ramo é regulamentado pela Lei nº 12.690/2012.

No Brasil existem cooperativas constituídas em todos os 13 ramos, congregando milhões de pessoas, sejam como cooperados ou funcionários (pessoas contratadas para prestar serviços às cooperativas). O Gráfico 1 apresenta a distribuição das cooperativas brasileiras por ramo de atividade.

**Gráfico 1: Distribuição das cooperativas brasileiras por ramo de atividade**



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da OCB.

O Gráfico 1 revela que o ramo que mais possui cooperativas é o Agropecuário, com 1.555 empreendimentos espalhados em todo o território nacional. Esse ramo, tem grande importância para o desenvolvimento do País, pois movimenta toda a cadeia do agronegócio e da agricultura familiar, desde a compra de sementes até a comercialização de produtos, seja in natura ou agroindustrializados.

As cooperativas agropecuárias são uma ótima alternativa de comercialização da produção conjunta, armazenamento, industrialização, assistência técnica, educacional e social. Além de ser fundamental para a transferência de tecnologias e assistência técnica, contando

com o suporte de mais de 8 mil técnicos, incluindo engenheiros agrônomos, engenheiros florestais, veterinários, zootecnistas e técnicos agrícolas (OCB, 2018).

O ramo de Transporte é o segundo que mais possui cooperativas, com 1.205 empreendimentos. Esse ramo reúne várias modalidades: o transporte individual de passageiros (táxi e moto táxi); o transporte coletivo de passageiros (vans e ônibus); o transporte de cargas (caminhões, motocicletas e furgões); e o transporte escolar (vans e ônibus). (OCB, 2018).

O ramo de Crédito é o terceiro que mais possui cooperativas, com 976 empreendimentos. Esse ramo tem grande importância na promoção de assistência financeira aos seus cooperados. Para obtenção dos seus objetivos as cooperativas de crédito são autorizadas pelo Banco Central do Brasil a praticar operações típicas de sua modalidade.

As cooperativas são formadas por cooperados que buscam na organização coletiva a oportunidade de aumentar a renda e conquistar melhorias sociais para a comunidade onde estão inseridas, seja no campo ou na cidade. As cooperativas geram milhares de empregos no País e movimentam a economia, em todos os setores em que estão presentes. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos cooperados e funcionários por ramo de atividade das cooperativas.

**Tabela 1: Distribuição dos cooperados e funcionários por ramo de atividade das cooperativas, em 2017**

RAMO	COOPERADOS	EMPREGADOS	% EMPREGADOS/COOPERADOS
Agropecuário	1.016.606	188.777	18,5
Consumo	2.990.020	14.056	0,5
Crédito	7.476.308	50.268	0,6
Educacional	50.847	3.966	7,8
Especial	315	9	2,8
Habitacional	114.567	886	0,8
Infraestrutura	955.387	6.154	0,6
Mineral	57.204	187	0,3
Produção	12.494	3.458	27,7
Saúde	225.191	96.230	42,7
Trabalho	193.773	1.580	0,8
Transporte	136.425	11.209	8,2
Turismo	1.823	15	0,8
<b>Total</b>	<b>13.230.960</b>	<b>376.795</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da OCB.

Conforme se observa na Tabela 1, as cooperativas brasileiras possuem 13.230.960 de cooperados. O ramo que mais possui cooperados é o de crédito, com 7.476.308 pessoas, seguido do ramo de consumo, com 2.990.020 pessoas, e do de agropecuário, com 1.016.606 pessoas. As cooperativas também são importantes para a geração de empregos e renda. No País os

diferentes ramos empregam juntos 376.795 pessoas, sendo que o que mais emprega é o agropecuário, com 188.777 funcionários, seguido do de saúde, com 96.230 funcionários, e o de crédito, com 50.268 funcionários. Essa geração de emprego para o mercado de trabalho se deve à complexidade desses ramos que estão presentes em todo o Brasil, no desenvolvimento das pesquisas agrárias e agrícolas, produção de alimentos, concessão de crédito e prestação de serviços.

A partir de 2020, de acordo com a Resolução OCB nº 56/2019, as cooperativas brasileiras passarão a se organizar em apenas sete ramos: Agropecuário; Consumo; Crédito; Infraestrutura; Saúde; Transporte; e Trabalho, Produção de Bens e Serviços. O objetivo para essa reorganização é fortalecer os ramos e a representação do cooperativismo no País, bem como promover uma maior uniformização, alinhamento de discurso e comunicação mais assertiva, sendo também mais adequado e flexível para se adaptar às rápidas mudanças de mercado e inovação (OCB, 2019).

Neste subcapítulo, vimos que os ideais cooperativistas chegaram ao Brasil em 1847 e se desenvolveram a partir de 1889 com a chegada dos imigrantes europeus. No século XX o movimento cooperativista teve seu funcionamento regulamentado pelo Estado brasileiro através de Decretos, os quais deram alento à segurança jurídica para as cooperativas.

Enfim, constatamos que as cooperativas inicialmente agrupadas em 13 ramos foram reagrupadas, em 2020, em apenas 7, objetivando facilitar a sua organização e o fortalecimento das ações desses ramos. Podemos afirmar que as cooperativas têm papel fundamental para a promoção do desenvolvimento socioeconômico do País, uma vez que contribuem com a alavancagem da economia brasileira por meio da oferta de variados serviços e da geração de empregos e renda.

## **2.2 As cooperativas no Território do Mato Grande**

O Estado do Rio Grande do Norte está localizado na região Nordeste do Brasil, possuindo extensão territorial de 52,8 mil km<sup>2</sup> e dividido em 167 municípios. A população estadual totaliza 3.168.027 habitantes, sendo 1.548.887 (48,89%) do sexo masculino e 1.619.140 (51,11%) do sexo feminino, 2.464.991 (78%) residem na área urbana e 703.036 (22%) na área rural. O rendimento nominal mensal domiciliar per capita é de R\$ 956,00 e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,684 (IBGE, 2010).

No que diz respeito ao cooperativismo no RN, suas origens decorrem da necessidade de corrigir as distorções da economia de mercado, principalmente às relacionadas as dificuldades

de acesso ao crédito, utilizadas como instrumento de política de desenvolvimento, para atender aos interesses dos grandes produtores ou ainda como maneira de tentar conter os movimentos sociais, no campo e na cidade (FERREIRA, 2010).

Segundo Lucena (2017), em 1915 o farmacêutico Tércio Rosado Maia, fundou a primeira Cooperativa potiguar em caráter provisório na zona rural da cidade de Mossoró, a qual recebeu o nome de Mossoró Novo e teve forte influência da Igreja Católica, que através do seu representante Dom José Pereira Alves, criou a Comissão Central de Cooperativismo de Crédito.

Por ter suas origens nas ações da Igreja, o cooperativismo no RN passou a ser confundido como ação de caridade, desvirtuando-se da finalidade do movimento que é de desenvolver as comunidades socioeconomicamente para possibilitar soberania socioproductiva aos pequenos produtores.

Em 1925, o cooperativismo no RN se expandiu através da criação de cooperativas rurais de crédito, que passou a fortalecer as atividades dos pequenos produtores com a concessão de microcrédito. O crescimento das cooperativas passou então a incomodar as elites que controlavam o poder político e econômico por meio da detenção das terras. Então o coronelismo passou a investir na tentativa de dominação das cooperativas de pequenos produtores, para assim, também dominar a classe popular trabalhadora (LUCENA, 2017). O autor assevera:

[...] No campo, a dependência era mais acentuada e embora com objetivos de servir, a Cooperativa viveu, em muitos momentos, a serviço do coronelismo, utilizado pelos privilégios e regalias que possuía. O serviço era um favor e a participação, insignificante. Desenvolvendo-se no meio rural, o Cooperativismo norriograndense conviveu com personagens os mais diversos em meios às contradições que envolvem a terra, dos grandes e médios produtores aos trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros, posseiros, moradores e pequenos produtores (LUCENA, 2017, p. 8).

As elites norte-rio-grandenses controlavam as terras e com elas os meios de produção; cabia então aos trabalhadores rurais se sujeitarem para não perderem as possibilidades de sobrevivência que tinham, através do cultivo das terras concedidas por empréstimos, seja como arrendatários ou meeiros (FERREIRA 2010).

O cooperativismo no RN conviveu com o nascimento de quatro eixos: o primeiro ligado à Igreja Católica, a partir dos anos 1920, considerado, como já mencionado, um momento do cooperativismo confessional. O segundo, baseado no apoio do Governo do Estado por meio do desenvolvimento de programas governamentais promovidos pelo Departamento Nacional de Obras e Combate à Seca (DNOCS) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Além desses órgãos, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo (DCOR) foi aparelhado, em 1965, durante o II Plano Diretor da SUDENE, com incentivos à revenda de insumos e implementos agrícolas (LUCENA, 2017).

O terceiro eixo é composto por grandes proprietários de terras, que foram responsáveis por grandes conflitos no campo. O quarto eixo foi organizado por organismos internacionais, tendo como principal condutor os Estados Unidos da América, que temiam a ideologia do cooperativismo, pois esse foi constituído em bases ideológicas: “[...] o cooperativismo potiguar não poderia fugir do transplante ideológico que marca nossa vida cultural e econômica, nossas instituições e organizações”. (LUCENA, 2017, p. 9).

De acordo com esse autor, no período de 1993 a 2015 foram instituídas 481 cooperativas no RN, distribuídas em 12 dos 13 ramos (a exceção foi o ramo especial): Agropecuário, Consumo, Crédito, Educacional, Mineral, Saúde, Produção, Infraestrutura, Habitacional, Trabalho, Transporte e Turismo (LUCENA, 2017). O Gráfico 2 apresenta o quantitativo de cooperativas por ramo de atividade.

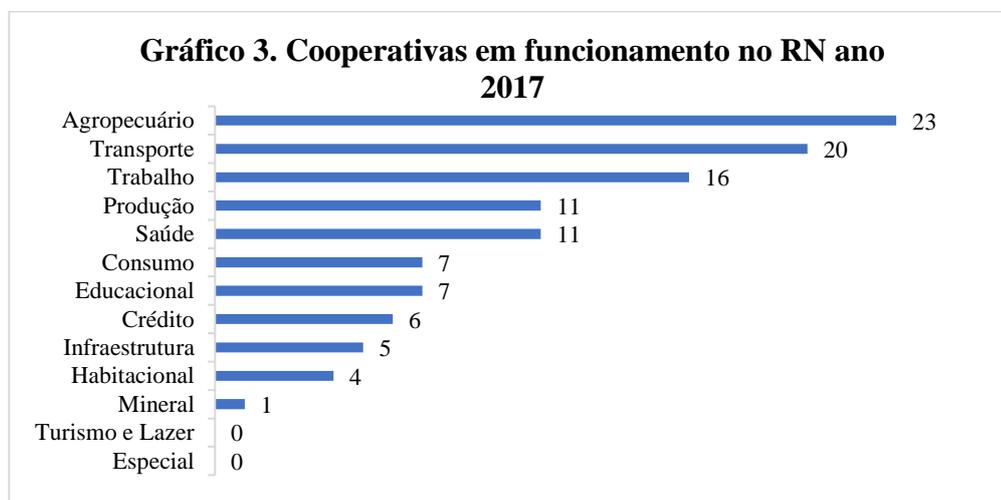


Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados de Lucena (2017).

Como podemos observar no Gráfico 2, os ramos que mais instituíram cooperativas foram o agropecuário (159; 33%), o trabalho (159; 33%) e o transporte (55; 11%). A integração destes três ramos é muito importante para contribuir com o desenvolvimento econômico e social do Estado do RN, por meio do auxílio aos produtores rurais no processo de assistência técnica, manejo, plantio, tratamento, colheita, transporte, armazenamento e comercialização de seus produtos.

Analisando os dados da Organização das Cooperativas Estaduais do RN (OCERN), constatamos que havia apenas 111 cooperativas em funcionamento em 2017 no Estado, ou seja, uma redução de 77% em relação ao período de 1993 a 2015. Isso não significa que as 370 cooperativas foram fechadas até o ano de 2016, mas sim, que ao longo do referido período umas

foram sendo instituídas e outras fechadas. O Gráfico 3 apresenta o quantitativo de cooperativas por ramo de atividade.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da OCERN.

No gráfico 3, observamos que os ramos de atividades que mais possuem cooperativas instaladas são: agropecuário (23; 21%), transporte (20; 18%) e trabalho (16; 14%). Comparando esses dados com os do Gráfico 2, vemos que no RN o ramo agropecuário continua sendo o de maior constituição, embora tenha encolhido 86% em relação ao período anterior; o ramo de trabalho passou a ser o terceiro com maior número em funcionamento, mas se reduziu em 90%; e o ramo de transporte ocupa, agora, a segunda colocação com 20 cooperativas instalados, com redução de 64%.

Na Tabela 2, apresentamos a distribuição dos cooperados e empregados por ramo de atividade no RN em 2017.

**Tabela 2: Distribuição dos cooperados e empregados por ramo de atividade no RN, em 2017**

RAMO	COOPERADOS	EMPREGADOS	% EMPREGADOS/COOPERADOS
Agropecuário	3.593	21	0,6
Consumo	2.185	23	1,0
Crédito	13.849	156	1,1
Educacional	347	28	8,1
Habitacional	6.680	100	1,5
Infraestrutura	19.372	3	0,01
Mineral	20	0	0,0
Produção	1.094	17	1,5
Saúde	2.709	1.704	62,9
Trabalho	660	4	0,6
Transporte	1.685	120	7,1
<b>TOTAL</b>	<b>52.194</b>	<b>2.175</b>	

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da OCERN.

A Tabela 2 revela que o ramo que mais possui cooperados é o de infraestrutura, com 19.372 (37%), seguido do de crédito, com 13.849 (27%), e do habitacional, com 6.680 (13%). Já o que mais possui empregados é o de saúde, com 1.704 (78% do total), seguido do de crédito, com 156 (73%) e do de transporte, com 120 (6%). O ramo de turismo e lazer, e o ramo especial, não possuem cooperativas no RN, o que é estranho dado que a economia do Estado se sustenta por essa atividade em consequência da grande infraestrutura hoteleira e das belas praias do litoral potiguar.

O Território do Mato Grande<sup>9</sup> localiza-se ao Noroeste da capital do Estado, Natal, abrangendo uma área de 5.702,25 km<sup>2</sup> e sendo formado por 16 municípios: Bento Fernandes, Caiçara do Norte, Ceará Mirim, Jandaíra, Jardim de Angicos, João Câmara, Maxaranguape, Parazinho, Pedra Grande, Poço Branco, Pureza, Rio do Fogo, São Bento do Norte, São Miguel do Gostoso, Taipu e Touros; e uma população de 224.107 habitantes, sendo 114. 518 (51%) residentes na área rural e 109. 589 (49%) residentes na área urbana (IBGE, 2010). A renda per capita mensal no território é de R\$ 76,15 e a concentração de renda de acordo com o Índice de Gini é 0,58. A taxa de analfabetos acima de 15 anos é de 35,9% e das pessoas responsáveis por domicílios com menos de quatro anos de estudo é 66,8% (SOUZA, 2011). A Figura 1 situa o Território do Mato Grande no contexto do Estado do RN.

### **Figura 1: Território do Mato Grande no contexto do Estado do RN**

---

<sup>9</sup> No início de 2008, a estratégia de Territórios Rurais foi objeto de integração das políticas públicas não só do MDA, mas do conjunto dos Ministérios do Governo Federal, passando a receber a denominação de Territórios da Cidadania. A partir de então o Mato Grande transforma-se em Território da Cidadania do Mato Grande. (PTDRS/MDA, 2006).



de R\$ 956,00 e a do território é 12,5 vezes menor (R\$ 76,15). Assim, percebemos que o Território do Mato Grande tem na agricultura e na pecuária a sustentação de sua economia, com grande potencial para o desenvolvimento de cooperativas, visto que sua população, por um lado, é carente da ação do Estado por meio de políticas públicas e, por outro, muito ligada a movimentos sociais.

O cooperativismo chegou ao Território do Mato Grande por meio da expansão das cooperativas de crédito, que objetivava estimular o acesso ao crédito para pequenas atividades produtivas entre os trabalhadores rurais que tinham sua produção focada na subsistência familiar.

A primeira cooperativa instalada no referido Território foi a Caixa Rural de Ceará-Mirim, fundada em 25 de setembro de 1925, sob a liderança do jurista, sociólogo e católico fervoroso Heráclio Vilar (1893-1931), tendo como primeiro presidente Jorge Câmara. Posteriormente a Caixa Rural reformou seu estatuto para se transformar em cooperativa agropecuária (LUCENA, 2017).

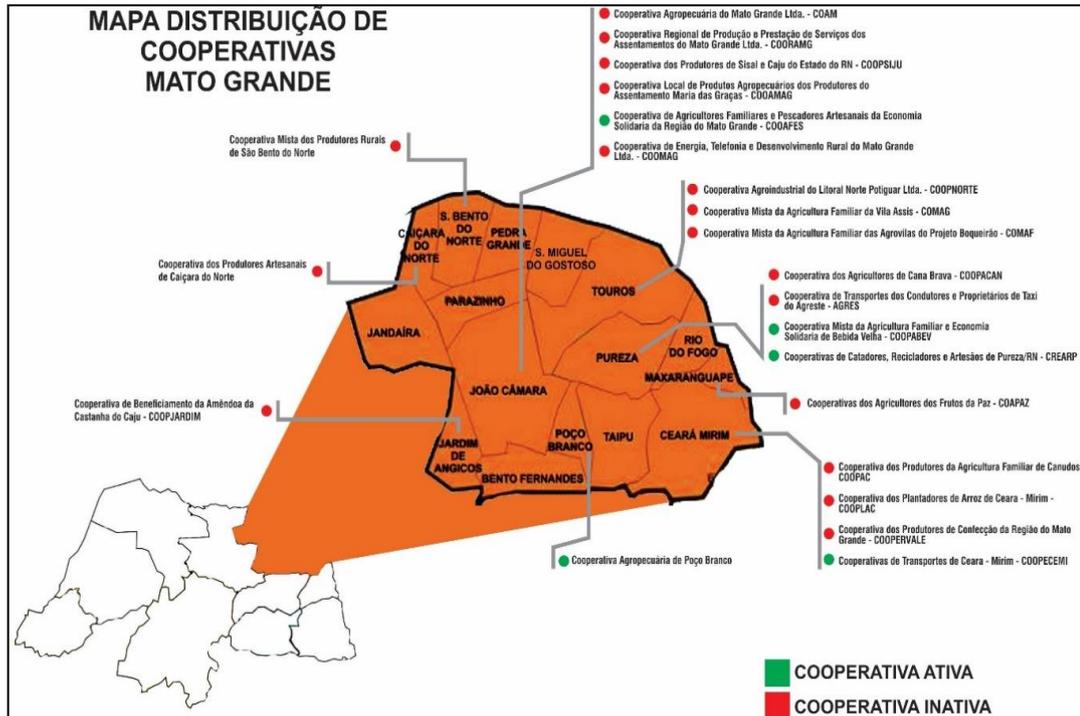
De acordo com Lucena (2017), até o ano de 1992 foram fundadas no Território do Mato Grande diversas cooperativas. As que se têm registros são: a) Cooperativa Agropecuária de Baixa Verde<sup>10</sup>; b) Cooperativa Agropecuária de Taipu; c) Cooperativa Agropecuária de Ceará-Mirim; d) Cooperativa de Crédito Agrícola e Popular de Ceará-Mirim; e) Cooperativa Agropecuária de Jardim de Angicos; f) Cooperativa de Consumo dos Servidores de Touros; g) Cooperativa de Pesca de Caiçara do Norte; h) Cooperativa Agropecuária de Poço Branco; i) Cooperativa de Produção Artesanal Litorânea de Touros; j) Cooperativa Escola dos Alunos da Escola Estadual Cristóvão Dantas de Ceará-Mirim.

Ainda, segundo esse autor, foram fundadas no Território do Mato Grande, no período de 1993 a 2015, 22 cooperativas, distribuídas nos seguintes ramos: Agropecuário, Crédito, Consumo, Produção e Transporte. A Figura 2, traz o mapa que situa as cooperativas constituídas nesse período e apresenta as que se encontravam em funcionamento em 2017.

### **Figura 2: Cooperativas no Território do Mato Grande**

---

<sup>10</sup> Baixa Verde era o antigo nome da cidade de João Câmara.



Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da OCB

A Figura 2 revela que as 22 cooperativas instituídas no período de 1993 a 2015 estavam distribuídas em nove dos 16 municípios: seis em João Câmara; quatro em Ceará-Mirim; quatro em Pureza; três em Touros; e uma em Jardim de Angicos, Maxaranguape, São Bento do Norte, Caiçara do Norte e Poço Branco. Em 2017 estavam ativas apenas 5 (redução de 77% em relação ao total daquele período), sendo duas no município de Pureza e uma no de João Câmara, Ceará-Mirim e Poço Branco, sendo três do ramo agropecuário, uma do ramo de transporte e uma do ramo de produção. Esses dados também são preocupantes, quando se analisa os números de cooperados e funcionários das cooperativas ativas no Território do Mato Grande. A Tabela 3 apresenta a distribuição dos cooperados e empregados por ramo de atividade em 2017.

**Tabela 3: Distribuição dos cooperados e empregados das cooperativas ativas no Território do Mato Grande em 2017**

Cooperativa	Ramo	Cooperados	Funcionários	Cidade
Cooperativa de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais da Economia Solidária da Região do Mato Grande - COOAFES	Agropecuário	65	0	João Câmara
Cooperativas de Transportes de Ceará - Mirim - COOPECEMI	Transporte	63	2	Ceará-Mirim
Cooperativa Mista da Agricultura Familiar e Economia Solidária de Bebida Velha - COOPABEV	Agropecuário	26	0	Pureza
Cooperativas de Catadores, Recicladores e Artesãos de Pureza/RN - CREARP	Produção	20	0	Pureza

Cooperativa Branco	Agropecuária de Poço Branco	Agropecuário	192	0	Poço Branco
<b>Total</b>	<b>05</b>	<b>03</b>	<b>366</b>	<b>02</b>	<b>04</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados da OCERN

Como podemos constatar na Tabela 3, o cooperativismo no Território do Mato Grande não conseguiu se desenvolver, pois só estão ativas cinco cooperativas das 22 instituídas no período de 1993 a 2015. No contexto de 224.107 habitantes, as cooperativas só possuem 366 cooperados e 2 empregados. Diante deste contexto é importante a criação de políticas públicas de fomento ao cooperativismo para promover o desenvolvimento sustentável do território.

O território do Mato Grande é propício à formação de cooperativas, principalmente as do ramo agropecuário, para organizar a produção e melhorar a renda das famílias. Contudo, quando analisamos os dados das cooperativas constituídas em relação às ativas no Território, percebemos que o movimento cooperativista no Território do Mato Grande vem passando por momento de grande crise. A sustentabilidade das cooperativas depende fundamentalmente de se colocar em prática os princípios cooperativos: adesão voluntária e livre, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, e intercooperação.

Essa forma de se constituir cooperativas para atender demandas específicas de curto e médio prazo sem atender aos princípios cooperativos, faz com que muitas cooperativas não logrem êxito a longo prazo e, conseqüentemente, provocam o desestímulo das pessoas em se organizarem através deste segmento.

Assim sendo, é fundamental ações como as desenvolvidas pelo IFRN-Campus João Câmara, que ofertou, no período de 2009 a 2012, o curso técnico em cooperativismo, a fim de formar e qualificar jovens e adultos trabalhadores que pudessem fomentar a constituição de novas e modernas cooperativas e, assim, contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do Território do Mato Grande.

O cooperativismo precisa ser concebido e estimulado como estratégia de desenvolvimento territorial rural, uma vez que é uma das formas (senão a única) dos pequenos produtores se reunirem e competirem de igual para igual, com os grandes produtores, dos mais variados serviços.

Neste subcapítulo, descrevemos as origens do cooperativismo no RN, o qual se deu pelas ações da Igreja Católica e, por isso, foi confundido como ação de caridade, desvirtuando-se da finalidade de desenvolvimento socioeconômico das comunidades para possibilitar soberania produtiva aos pequenos produtores.

O cooperativismo chegou ao Território do Mato Grande por meio da expansão das cooperativas de crédito, que objetivavam estimular o acesso ao crédito para pequenas atividades produtivas entre os trabalhadores rurais que tinham sua produção focada na subsistência familiar.

Constatamos, enfim, que no período de 1993 a 2015 havia 22 cooperativas instituídas no Território do Mato Grande. Todavia, desde 2017 há apenas 5 em funcionamento, mesmo que o ambiente seja favorável à formação de cooperativas, principalmente no ramo agropecuário, o que possibilitaria o escoamento da produção coletiva dos pequenos produtores familiares e a geração de renda e, conseqüentemente, o incremento da economia do Território.

### 3 O CURSO DE COOPERATIVISMO DO PROEJA NO IFRN-CAMPUS JOÃO CÂMARA

A Constituição Federal de 1988 (CF/1988), em seu art. 205, preconiza que “a educação é, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). O direito à educação, segundo o art. 208 da CF/1998, será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria (BRASIL, 1988).

Essas finalidades foram recepcionadas pelo art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 25 de dezembro de 1996 – (LDB/1996), que preconiza que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

Para que essas finalidades possam ser alcançadas é necessário que sejam efetivados investimentos e ações do Estado no campo da educação, através dos respectivos sistemas de ensino, tanto na operacionalização da educação básica quanto de suas modalidades. Isto se coaduna com a afirmação de Gadotti (2014):

Não há sociedades que tenham resolvido seus problemas sociais e econômicos sem equacionar, devidamente, os problemas de educação, e não há países que tenham encontrado soluções para seus problemas educacionais sem equacionar, devida e simultaneamente, a educação de adultos. (GADOTTI, 2014, p. 18).

A educação de jovens e adultos (EJA) começou a se configurar como política pública no Brasil a partir da década de 1940, mas foi somente no início dos anos 2000, segundo Paiva (2006), que o governo brasileiro investiu no alargamento dessa política, entendendo que essa modalidade de educação não mais deveria ficar restrita a programas de alfabetização. Ou seja, era imperativo possibilitar aos jovens e adultos a continuidade de estudos tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio, inclusive por meio da articulação com a educação profissional.

Tratando dessa temática, este capítulo está estruturado em dois subcapítulos: 1) *O PROEJA como política pública de educação profissional*, onde abordaremos aspectos históricos da EJA e como essa modalidade vem sendo inserida nos documentos oficiais desde a CF/1988 até chegar ao PROEJA, objetivando compreender como essa política vem sendo

desenvolvida no Brasil; e 2) *O curso de cooperativismo no IFRN-Campus João Câmara: especificidades*, onde abordaremos os aspectos que levaram o IFRN-Campus João Câmara a ofertar o curso de Cooperativismo, a fim de apreender as suas características e como ocorreu a implantação.

### **3.1 O PROEJA como Política Pública de Educação Profissional**

No Brasil a EJA é marcada, historicamente, por ações educativas assistencialistas e compensatórias, desenvolvidas por meio de campanhas nacionais de alfabetização, as quais nunca estiveram inseridas nas políticas públicas educacionais delineadas para a educação básica com a perspectiva de continuidade ou de articulação com a educação profissional. Ressaltam Haddad e Pierro que:

[...] a ação educativa junto aos adolescentes e adultos no Brasil não é nova. Sabe-se que já no período colonial os religiosos exerciam sua ação educativa missionária em grande parte com adultos. Além de difundir o evangelho, tais educadores transmitiam normas de comportamento e ensinavam os ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, inicialmente aos indígenas e, posteriormente, aos escravos negros. Mais tarde, se encarregaram das escolas de humanidades para os colonizadores e seus filhos. (HADDAD; PIERRO, 2000, p. 1).

A perspectiva de ampliação da escolarização de jovens e adultos no País tomou impulso com a CF/1988, primeiramente em articulação com o ensino fundamental e, depois, com a educação básica, em virtude da Emenda Constitucional nº 59/2009 que prevê que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria<sup>11</sup>; e progressiva universalização do ensino médio gratuito (BRASIL, 1988).

A EJA tem sido, desde a CF/1988, requerida como direito, e deve ser entendida não apenas pela vertente da escolarização para jovens e adultos (porque não se escolarizaram na infância, ou que, fazendo-a, não lograram êxito), mas também como perspectiva de que esses sujeitos aprendem por toda a vida, nas experiências de mundo e de trabalho, visto que passam a maior parte da vida na condição de adultos, vivenciam o movimento de educação continuada da EJA, que assume assim, a concepção de que todos os espaços sociais educam, não só a escola (PAIVA, 2012).

---

<sup>11</sup> Entende-se por idade “própria” aquela correspondente ao período de 4 aos 17 anos, abrangendo dois anos de Educação Infantil, nove anos de Ensino Fundamental e três anos de Ensino Médio. (BRASIL,2017).

No entanto, mesmo a EJA sendo um direito de todos, conforme preceitua a Constituição Federal, muitos grupos ainda estão excluídos desse direito: pessoas idosas, migrantes, ciganos, outros povos fixados a um território ou nômades, refugiados, deficientes e reclusos. Não basta ter a garantia do direito, é necessário efetivá-la na prática, para que esses grupos possam ter acesso a programas educativos que garantam uma pedagogia centrada na pessoa objetivando responder às suas necessidades e facilitar a sua plena integração participativa na sociedade. Todos os membros da sociedade deveriam ser convidados e, se necessário, ajudados a se beneficiar da educação de adultos – o que supõe a satisfação de necessidades educativas muito diversas (PAIVA; MACHADO; IRELAND, 2004).

A LDB/1996 define a EJA como uma modalidade da educação básica, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental ou médio na idade dita própria; estabelece que os sistemas de ensino deverão assegurar, gratuitamente, aos jovens e aos adultos oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames, sendo o Poder Público responsável por viabilizar e estimular o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996).

Assim, para o atendimento adequado aos sujeitos da EJA, com todas as suas especificidades, é necessária uma organização adequada de tempo e de espaços formativos, bem como do calendário escolar, de modo que se leve em consideração as peculiaridades existentes nessa modalidade de educação tais como: alternância, turnos de trabalho, sazonalidade, entre outras. Nesse sentido, a EJA, de acordo com o Parecer CNE/CEB nº 11/2000, tem as seguintes funções:

a) **Função reparadora**, que não se confunde com a noção de suprimento, já que significa o resgate dos direitos civis pela restauração de um direito negado. Neste sentido, entende que os termos suplência e supletivo e a lógica de tratamento que os informava não faz jus e até compromete a compreensão do que a negação deste direito representa;

b) **Função equalizadora**, que reivindica cobertura adequada para a reentrada no sistema educacional, assegurando condições efetivas de acesso e permanência a todos e a tantos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de continuidade dos estudos ou outras condições adversas;

c) **Função qualificadora**, entendida como a essencial e permanente desta modalidade educacional, qual seja a de garantir educação contínua e ao longo da vida a todos. Esse seria, portanto, o sentido próprio e a função da EJA. As duas funções anteriores decorrem, na verdade,

de distorções sociais distributivas e limitações das concepções e no desenvolvimento das políticas e práticas educacionais. (BRASIL, 2000).

A retomada da integração entre o ensino médio e a educação profissional ocorreu com a promulgação do Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, o qual preconiza que a articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio se daria da seguinte forma:

a) **Integrada**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno; e

b) **Concomitante**, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou estejam cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso (BRASIL, 2004).

O referido Decreto apontava que a modalidade de educação, desenvolvida por meio de cursos e programas de formação inicial e continuada de trabalhadores e de educação profissional técnica de nível médio, poderia se articular, preferencialmente, com os cursos de EJA a fim de qualificar os trabalhadores.

Assim, em 2005 o Governo Federal, através do Decreto nº 5.478, de 24 de junho, institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica – Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais –, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o qual visava ofertar cursos e programa de formação inicial e continuada de trabalhadores, assim como educação profissional técnica de nível médio (BRASIL, 2005b).

No ano seguinte, revogou-se o referido Decreto e promulgou-se o Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, ampliando o Programa do Ensino Médio para a Educação Básica (ensinos fundamental e médio), que apesar de manter a mesma sigla (PROEJA), passou a ser denominado como Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2006).

Neste sentido, o Decreto nº 5.840/2006 assegurou a oferta do PROEJA pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao Sistema S<sup>12</sup>.

O Programa aspira uma formação pautada na mudança de perspectiva de vida por parte do aluno, na compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual faz parte e na ampliação de sua leitura de mundo, assim como na participação efetiva nos processos sociais, possibilitando uma formação plena. Para tanto, o caminho escolhido é o da formação profissional aliada à escolarização, tendo como princípio norteador a formação integral (BRASIL, 2007).

Destaca Machado (2005), que o PROEJA é uma política pública orientada à unificação de ações de profissionalização (nas categorias formação inicial e continuada de trabalhadores e educação profissional técnica de nível médio) à educação geral (no nível fundamental e médio) desenvolvida na modalidade consagrada a jovens e adultos.

Segundo o Decreto nº 5.840/2006, os cursos no âmbito do PROEJA podem ser ofertados nas seguintes formas: destinados à formação inicial e à formação continuada de trabalhadores, os quais deverão contar com carga horária mínima de mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente serem destinadas, no mínimo, mil e duzentas horas para formação geral e no mínimo, duzentas horas para a formação profissional.

Já os cursos de educação profissional técnica de nível médio do PROEJA deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente a destinação de, no mínimo, mil e duzentas horas para a formação geral, com carga horária mínima estabelecida para a respectiva habilitação profissional técnica e observância às diretrizes curriculares nacionais e demais atos normativos do Conselho Nacional de Educação para a educação profissional técnica de nível médio, para o ensino fundamental, para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos (BRASIL, 2006).

Para Machado (2012), o PROEJA foi implantado inicialmente como base de ação estratégica na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, levando-se em conta a importante decisão governamental de lançar mão de sua excelência e qualidade de escola pública, colocando-a ao alcance da formação dos trabalhadores. O PROEJA tem como princípio

---

<sup>12</sup> O sistema S é composto por, 9 entidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social da Indústria (Sesi); Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (Senat); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e Serviço Social de Transporte (Sest).

formar cidadãos para o mundo do trabalho, com capacidade de desenvolver atividades técnicas, mas também de ter uma compreensão complexa do mundo ao qual estão inseridos, uma educação emancipadora. De acordo com Ciavatta, a formação do cidadão.

[...] deve ser, obrigatoriamente, emancipatória. Um currículo crítico emancipatório deve proporcionar aos jovens estudantes uma leitura ampliada do mundo e uma preparação intelectual e profissional para atuar e obter meios de vida, mesmo em um mundo onde cresce o desemprego, a desregulamentação das relações de trabalho, o empobrecimento generalizado de grandes massas da população”. (CIAVATTA, 2008, p. 54).

A formação emancipadora, também requer que a educação profissional e tecnológica seja pensada e preconizada da maneira mais contundente dentro de uma perspectiva da formação humana integral para que sujeitos possam dela usufruir e aplicá-la na vida como profissionais e cidadãos. Para Lima Filho:

[...] esta concepção compreende a educação profissional em uma perspectiva emancipatória e integradora que, portanto, vai em direção contrária à perspectiva de fragmentação da educação entre uma educação geral – livresca e propedêutica ao ensino superior – e uma formação profissional específica – terminal e dirigida a ocupações – bem como de subordinação desta última aos objetivos imediatos e restritos do mercado de trabalho. Fragmentação e subordinação, portanto, marcadas pela origem de classe social, refletindo na política educacional a dualidade estrutural da sociedade brasileira (LIMA FILHO, 2013, p. 202).

Segundo Ciavatta e Ramos (2012), a origem da ideia de integração entre formação geral e a educação profissional, no Brasil, está na busca da superação do tradicional dualismo da sociedade e da educação brasileira, como também nas lutas pela democracia e em defesa da escola pública desde os anos de 1980.

Nesse sentido, concordamos com Ferreira (2012), quando infere que o PROEJA deve ser efetivado para além das perspectivas de que a educação deve atender às necessidades sociais, particularmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e à gestão da pobreza. Os jovens e adultos que não conseguiram uma trajetória linear em sua escolaridade sofrem, de forma mais imediata, as pressões socioeconômicas e ficam à mercê de políticas públicas muitas vezes precárias e instáveis do ponto de vista de continuidade e investimento financeiro proporcional às necessidades para o alcance de resultados positivos.

O PROEJA nos remete à proposta de formação integrada, ou seja, uma formação capaz de articular a teoria e a ação curricular sustentada numa perspectiva que leve em consideração a indissociabilidade entre o trabalho como princípio educativo, a ciência, a tecnologia e a cultura. Para Ciavatta,

[...] a ideia de formação integrada sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de

pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico – tecnológico e na sua apropriação histórico – social (CIAVATTA, 2012, p. 87).

A dimensão de integração entre conhecimentos científicos e tecnológicos implicaria em superar a justaposição de disciplinas para promover uma articulação entre saber científico e saber técnico com vistas à não reprodução da dualidade, marca histórica das relações entre formação científica e formação para o trabalho.

A construção de um campo de conhecimento na interseção da educação profissional e da EJA traz para o terreno da educação certo abalo nos educadores, pois esses terão que socializar o conhecimento até então instituído para aventurar-se pelas possibilidades e potências da criação científica, o que implica, inexoravelmente, pensar a formação continuada de educadores com base na pesquisa (PAIVA, 2012).

Segundo o documento base do PROEJA (BRASIL, 2007) os princípios que norteiam o programa são:

**a) Princípio da aprendizagem e de conhecimentos significativos:** a aprendizagem significativa é o processo pelo qual um novo conhecimento relaciona-se com os anteriormente construídos, ou seja, com os conhecimentos prévios. Do mesmo modo, os conhecimentos significativos são aqueles que se relacionam com a vivência, a prática e o cotidiano do trabalhador e que lhe permitem, a partir da motivação, a aquisição de novos conhecimentos.

**b) Princípio de respeito ao ser e aos saberes dos educandos:** Jovens e adultos trabalhadores possuem identidades e culturas particulares, forjadas por um conjunto de crenças, valores, símbolos, do mesmo modo, trazem uma gama de conhecimentos oriundos da sua formação anterior, da sua prática no trabalho e das suas vivências extratrabalho.

**c) Princípio de construção coletiva do conhecimento:** o processo de construção do conhecimento é individual, entretanto, ele é mediado por múltiplas formas de interação social, incluindo-se aí as práticas escolares propostas pela instituição, viabilizadas pelo educador e compartilhadas entre o grupo de alunos.

**d) Princípio da vinculação entre educação e trabalho integração entre a Educação Básica e a Profissional e Tecnológica:** essa vinculação exige o rompimento com a tradicional fragmentação entre Educação Básica e Educação Profissional, promovendo sua construção de forma integrada e colaborativa.

**e) Princípio da interdisciplinaridade:** com o objetivo de superar a fragmentação do conhecimento e qualificar as práticas educativas, se faz necessário tomar a interdisciplinaridade como referência, substituindo a visão positivista, centrada nas distintas disciplinas

isoladamente, para assumir uma visão de processo, defendendo a ideia do conhecimento como uma construção em rede, em diálogo entre as disciplinas.

**f) Princípio da avaliação como processo:** a avaliação é concebida como momento de aprendizagem, tanto para educandos quanto para educadores, e entendida como diagnóstico orientador do planejamento, com vistas a promover a aprendizagem e avanços dos alunos e alunas.

Esses princípios, trazem em sua essência a importância dos saberes socioculturais, a geração do conhecimento mediado pela interação social e a construção da forma integrada e colaborativa, no intuito de superar a fragmentação do conhecimento e percebendo a avaliação formativa no processo de aprendizagem. Tais princípios servem, assim, como bússola para nortear os caminhos percorridos por meio do PROEJA, na busca da integração da educação profissional nos sistemas educacionais públicos, tendo como horizonte o fornecimento de uma oferta de educação com qualidade e direcionada para a formação humana integral.

De acordo com Ciavatta,

O trabalho como princípio educativo, remete à relação entre o trabalho e a educação, no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais. (CIAVATTA, 2009, p. 408).

Sendo assim, o trabalho como princípio educativo vincula-se à relação entre trabalho e educação, visando preparar o ser humano para os desafios que a sociedade os impõe, sendo uma condição imperativa de socializar essa relação de valores para o ser humano produzir as formas de sua própria existência e educação.

A construção de um campo de conhecimento na interseção da educação profissional e da EJA traz para o terreno da educação certo abalo nos educadores, pois estes terão que repensar o conhecimento até então instituído para, de novo, aventurar-se pelas possibilidades da criação científica. O que implica, inexoravelmente, pensar a formação continuada de professores com base na pesquisa como princípio pedagógico (PAIVA, 2012).

O PROEJA tem grandes desafios, dentre os quais estão a formação inicial e continuada de professores para atuar no Programa, a integração do currículo e a conversão do Programa em uma política pública de Estado, que é condição *sine qua non* para garantir financiamento, ampliação e continuidade de suas ofertas (PAIVA, 2012).

Esses desafios se tornam necessários, pois o programa é uma nova proposta que visa à construção de uma política pública de inclusão socioeducacional emancipatória, objetivando de

forma gradativa a superação da dicotomia entre educação e trabalho, construindo, assim, uma proposta pedagógica que contemple em sua organização curricular a dimensão da elevação da escolaridade tendo como referência o trabalho.

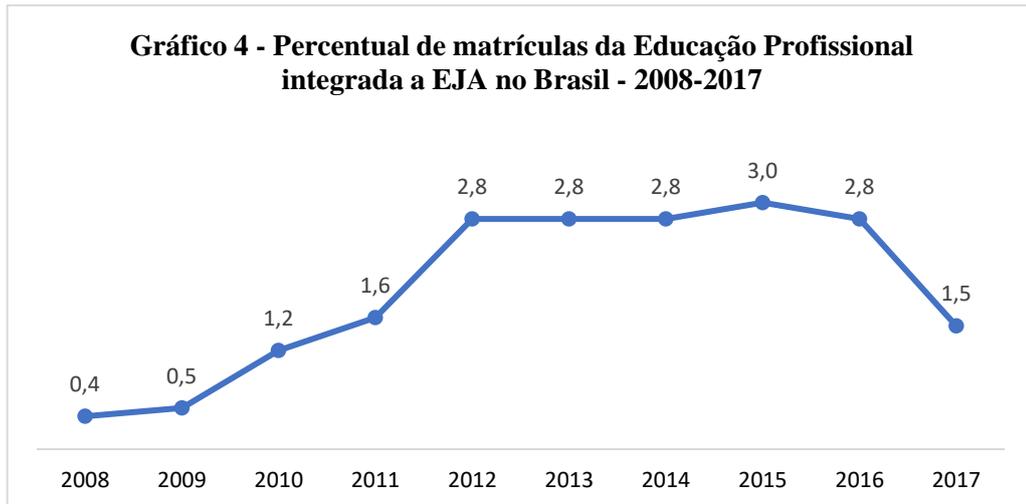
Garantir o PROEJA como política pública significa colocar de uma vez por todas a EJA na agenda do governo e superar um conjunto de desafios que se impõem para quem deseja uma sociedade que possibilita o acesso permanente a patamares cada vez mais elaborados da formação humana em suas múltiplas dimensões. Assim, é imperioso retomar e reinventar a EJA para escolarizar, profissionalizar, tecnologizar, musicalizar, teatralizar, enfim, para humanizar a sociedade e humanizar-nos (MOLL, 2010).

Segundo Machado,

[...] o PROEJA se estabelece e ganha significação nesse contexto de mudança paradigmática e de busca de universalização da educação básica, de ampliação das oportunidades de qualificação profissional e de perspectivas de continuidade de estudos em nível superior a um público portador de escolaridade interrompida, fator limitador das chances de melhor inserção na vida social e no mundo do trabalho (MACHADO, 2006, p.04).

Ao se tornar uma política pública o PROEJA pode estabelecer uma nova concepção para a política de qualificação profissional, permitindo aos jovens e adultos e adultos conhecimentos necessários para uma melhor inserção no meio escolar através do conhecimento gerado de forma inovadora, assim como a preparação dos cidadãos para ingressar no mundo do trabalho.

Convém ressaltar, assim, que o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 recepciona o PROEJA através da **meta 10: oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de EJA, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional**. Essa meta busca estimular os jovens e os adultos a concluírem a educação básica e, ao mesmo tempo, capacitá-los para atuar no mercado de trabalho (BRASIL, 2014). O Gráfico 4, demonstra, em percentual, o desempenho das matrículas da Educação Profissional Integrada à EJA no Brasil entre os anos de 2008 e 2017.

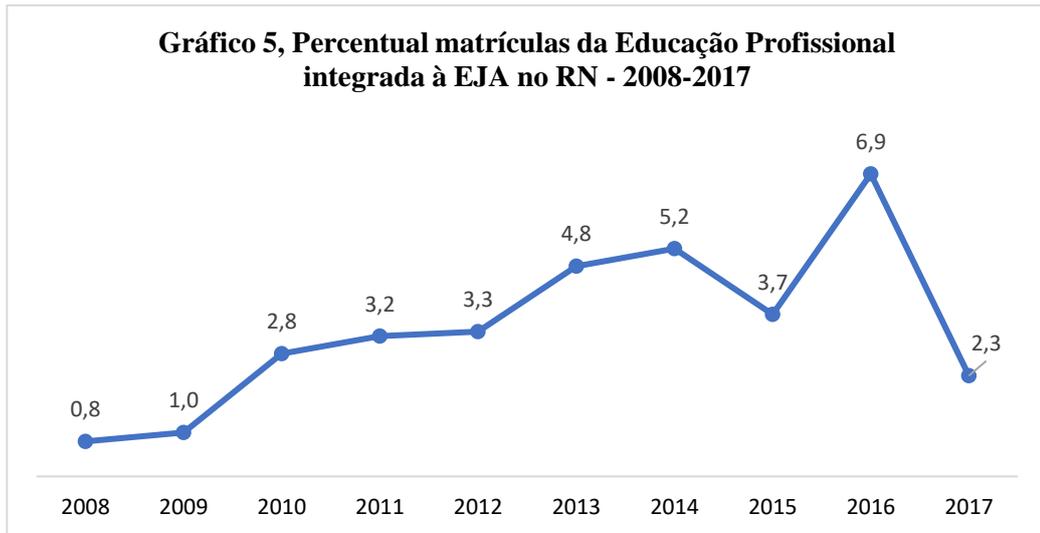


Fonte: Autoria própria, a partir de dados do INEP/Censo da Educação Básica (2008-2017)

O Gráfico revela que, em 2008, no Brasil, apenas 0,4% (20.345) do total de matrículas na modalidade EJA dizia respeito à Educação Profissional Integrada à EJA. Esse percentual cresceu significativamente atingindo, em 2012, a marca de 2,8%, (109.039) de matrículas e, entre 2012 e 2016 manteve-se praticamente estabilizado. No entanto, em 2017, houve uma queda significativa nesse percentual, chegando a 1,5% (54.502).

Os dados revelam, portanto, que a meta 10 estabelecida no PNE (25%) está longe de ser alcançada até o final do período (2024), pois o número de matrículas da Educação Profissional Integrada à EJA sofreu acréscimos significativos, mas em nenhum momento da série histórica sequer atingiu a marca da metade do percentual concebido pelo Plano. Para alcançar a meta, será necessário aumentar em 23,5% o número de matrículas, considerando o ano de 2017.

De forma semelhante, a Educação Profissional Integrada à EJA no Rio Grande do Norte não teve no mesmo período (2008-2017) um desempenho animador, conforme demonstra o Gráfico 5, o que também compromete a projeção do Plano Estadual de Educação (PEE) para esse Programa, que tem como meta ofertar, no mínimo, 25% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à Educação Profissional até 2024. O Gráfico 5, demonstra, em percentual, o desempenho das matrículas da Educação Profissional Integrada à EJA no RN, no período de 2008 a 2017.



Fonte: Autoria própria, a partir de dados do INEP/Censo da Educação Básica (2008-2017).

De acordo com esse Gráfico, em 2008 no RN apenas 0,8% (826) do total de matrículas na modalidade EJA dizia respeito à Educação Profissional Integrada à EJA. Esse percentual cresceu significativamente atingindo, em 2012, a marca de 3,8%, (2.872) matrículas e em 2016 chegou no auge com 6,9% (5.001). No entanto, em 2017 houve uma queda significativa nesse percentual, que chegou a 2,3% (1.567 matrículas).

Os dados revelam, portanto, que a meta estabelecida no PEE, que também é meta do PNE, 25%, está longe de ser alcançada até o final do período (2025), pois apesar de o número de matrículas na Educação Profissional Integrada à EJA ter tido significativos acréscimos, em momento algum da série histórica sequer atingiu a marca da metade do percentual concebido pelo Plano. Para alcançar a meta, será necessário aumentar em 22,7% o número de matrículas, considerando o ano de 2017.

A Educação Profissional Integrada à EJA, enquanto política pública, certamente contribuirá para a reinserção de jovens e adultos no sistema escolar e promover uma qualificação profissional e técnica que lhes permita inseri-los dignamente no mundo do trabalho e, de fato, mudar sua história de vida.

Neste subcapítulo, vimos como a EJA é marcada, historicamente, por ações educativas assistencialistas e compensatórias, desenvolvidas por meio de campanhas nacionais de alfabetização e como essa tem sido recepcionada nos documentos oficiais a partir da Constituição Federal de 1988 até chegar à formulação do PROEJA.

Analisamos como vem ocorrendo a efetivação do programa na perspectiva de atender às necessidades sociais, particularmente no que diz respeito ao mercado de trabalho e aos sujeitos jovens e adultos trabalhadores que não seguiram uma trajetória linear em sua

escolaridade. Analisamos ainda como se deu a recepção do PROEJA no Plano Nacional de Educação e no Plano Estadual de Educação.

### **3. 2 O Curso de Cooperativismo no IFRN-Campus João Câmara: Especificidades**

O IFRN–Campus João Câmara foi concebido na segunda fase do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPCT), no governo Lula da Silva (2003-2010), iniciada em 2007, visando atender, prioritariamente, os municípios que compõem o território do Mato Grande<sup>13</sup>.

O Campus, inaugurado em 2009, tem como função social contribuir com o desenvolvimento socioeconômico do Território do Mato Grande, promovendo ações para além dos muros da escola na perspectiva de que, efetivamente, conhecimento e informação revertam-se em atitudes transformadoras, conforme demanda o novo modelo de sociedade. Além disso, tem por objetivo promover a educação no âmbito científico, técnico, tecnológico e humanístico, visando à formação integral do profissional-cidadão em uma perspectiva crítico-reflexiva, para atuar eticamente no mundo do trabalho a partir de um compromisso efetivo alinhado às transformações sociais, políticas e culturais (IFRN, 2009).

Para a definição da oferta dos cursos no IFRN-João Câmara foi realizada uma audiência pública no município de João Câmara em 2008 que contou com a participação de prefeitos, secretários municipais de educação, professores e pessoas das comunidades, de todos os municípios do Território do Mato Grande. Como resultado, o Campus implantou em 2009 os seguintes cursos técnicos: Informática e Cooperativismo, ambos nas formas integrado, subsequente e PROEJA. A partir de 2012 incorporou a oferta dos cursos técnicos de Eletrotécnica (subsequente) e Administração (integrado e subsequente), os cursos superiores de Licenciatura em Física e Tecnologia em Energias Renováveis, e as especializações em Educação, Sustentabilidade e Geografia do Semiárido, e em Organização e Gestão Escolar (modalidades de Educação do Campo e EJA).

Afirmam os gestores:

Para a definição dos cursos, levamos em consideração os arranjos produtivos sociais, culturais locais, realizamos levantamento junto a casa da indústria e comércio do estado para verificar os potenciais da região, realizamos pesquisas através do IBGE e por fim realizamos uma audiência pública que contou com a participação de prefeitos da região, secretários municipais de educação, professores, sociedade civil organizada, sejam, ONGs, Associações e Cooperativas (G1).

---

<sup>13</sup> Para maiores detalhes sobre o Território do Mato Grande, consultar o primeiro capítulo deste estudo.

O curso nasce devido as demandas dos assentamentos rurais, da agricultura familiar e das fazendas do Mato Grande. Foram devidos a essas demandas que nasce a oportunidade de qualificar as pessoas para atuar melhor na região. Primeiro começou com o técnico em cooperativismo dito normal (Regular) e logo em seguida começou com o técnico em cooperativismo no âmbito do PROEJA. O curso técnico Regular, não deu muito certo porque, as fazendas queriam contratar administradores e não pessoas do cooperativismo, devido a isso o curso de cooperativismo no âmbito do PROEJA foi pensado para pessoas dos assentamentos rurais, que trabalhavam com a agricultura familiar (G2).

Com base nessas falas podemos afirmar que todos os cursos tinham a finalidade de fortalecer a educação pública no Território do Mato Grande e, particularmente, o curso de cooperativismo, o qual tinha como meta contribuir com o desenvolvimento social e econômico do referido Território por meio da difusão de práticas cooperativas, dando subsídios à organização da produção dos agricultores.

A implantação de todos os campi do IFRN, desde a primeira fase da expansão da RFEPT, em 2007, por orientação do Ministério da Educação deveria levar em consideração os arranjos produtivos locais, para assim realizar a qualificação da mão de obra compatível com o desenvolvimento local. Neste sentido foi ofertado o curso de cooperativismo com o objetivo de fortalecer os arranjos produtivos, sociais e culturais do Mato Grande. Para o G1,

O Território do Mato Grande, onde está situado o campus João Câmara, tem em seu entorno grande quantidade de assentamentos rurais, por isso a preocupação nossa e da comunidade foi a organização dos arranjos produtivos dos pequenos produtores rurais, dos assentamentos, tanto na produção quanto na comercialização dos seus produtos, sobretudo por meio de cooperativas. Para isso, sugerimos à comunidade que seria interessante ter um curso de Cooperativismo, que possibilitasse essa organização e incentivasse os pequenos produtores rurais a se organizarem em torno de cooperativas.

Neste sentido, o curso de Cooperativismo foi idealizado como uma ferramenta para combater os elevados níveis de subemprego, desemprego e exclusão, promovendo melhorias no nível de renda e evolução tecnológica a partir do fortalecimento do cooperativismo no território do Mato Grande e possibilitando aos profissionais egressos desse curso atuarem como consultores ou parte do quadro de funcionários de instituições públicas, privadas e do terceiro setor relacionadas ao segmento de cooperativismo.

Particularmente, o curso de Cooperativismo no âmbito do PROEJA foi ofertado, inicialmente (em 2009), por meio de duas turmas com 40 estudantes cada, sendo 36 (45%) do sexo masculino e 44 (55%) do feminino, dos quais apenas 19 (5 do sexo masculino e 14 do sexo feminino) concluíram o curso, o que representa 24% dos que iniciaram. No ano seguinte (2010) houve a oferta de apenas uma turma com 26 estudantes, sendo 7 (27%) do sexo masculino e 19 (73%) do feminino, dos quais apenas 2 (8%), do sexo feminino, concluíram o curso. Em 2011 não houve oferta e, em 2012, ingressou uma turma de 10 alunos, sendo 4 (40%)

do sexo masculino e 6 (60%) do sexo feminino, dos quais tão somente 2 (20%), do sexo feminino, concluíram o curso.

O Curso de Cooperativismo tem como princípio a formação de técnicos de nível médio para atuarem nos diferentes processos de trabalho relacionados ao eixo tecnológico e ao campo específico da habilitação técnica profissional reconhecida pelos órgãos oficiais e profissionais. Constitui-se em um complexo desafio, à medida que busca integrar formação básica com formação profissional, orientando-se pelos princípios políticos e pedagógicos da EJA. E como objetivos: o desenvolvimento e formação de cooperativas, fundamentado nos princípios éticos e políticos; atuação na gestão de contratos de cooperativas, assegurando o cumprimento da legislação trabalhista; prestação de assistência e serviços em cooperativas, bem como a atuação como fundador de cooperativas imbuído de um espírito de empreendedor; execução de pesquisas em cooperativismo, contribuindo com a reflexão e ampliação da atuação, dos princípios e das finalidades do cooperativismo (IFRN, 2009).

Quando perguntados se ao término do curso os alunos ingressaram nas cooperativas do território do Mato Grande, os gestores assim se pronunciaram:

A ideia inicial, nem era colocar os alunos como membros ou administradores das cooperativas já existentes, era que esses alunos se organizassem e formassem novas cooperativas, com o conhecimento técnico que eles tinham e agregasse, difundisse, captasse cooperados para as cooperativas já existentes. Eles agora com o conhecimento que adquiriram em cooperativismo também pudessem montar novas cooperativas na perspectiva para organizar a produção e comercialização, dentro do município. (G1).

A perspectiva inicial era, que eles fossem empregados pelas fazendas da região, o que não ocorreu. Por isso foi necessário repensar o curso de cooperativismo no âmbito do PROEJA, na perspectiva de os alunos terminarem o técnico e se engajar em trabalhos no meio rural, com os movimentos sociais e agricultura familiar. (G2).

Para o G1, o curso tinha como perspectiva fomentar a criação de novas cooperativas e o fortalecimento das existentes, utilizando os novos conhecimentos adquiridos pelos egressos ao longo do curso. Já para o G2, o curso tinha como perspectiva inicial, empregar os egressos nas fazendas da região. Como esta última perspectiva não se concretizou, foi necessário repensar o curso de modo que os egressos pudessem se engajar em trabalhos voltados para a agricultura familiar e os movimentos sociais.

A oferta do curso se justificou pelos avanços científico e tecnológico; a mundialização dos mercados; a nova ordem no padrão de relacionamento econômico entre as nações; o deslocamento da produção para outros mercados; a diversidade e multiplicação de produtos e de serviços; a tendência à conglomeração das empresas, à crescente quebra de barreiras comerciais entre as nações e à formação de blocos econômicos regionais; a busca de eficiência

e competitividade industrial, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho (IFRN, 2009).

O curso técnico em Cooperativismo do IFRN, visava também responder à grande demanda social por políticas públicas perenes relacionadas à EJA, as quais envolvem ações educativas baseadas em princípios epistemológicos que resultam em um corpo teórico bem definido e respeitam as dimensões sociais, econômicas, culturais, cognitivas e afetivas do estudante do PROEJA (IFRN, 2009).

Nessa perspectiva, o IFRN entendeu que ofertar o curso de Cooperativismo no âmbito do PROEJA estaria contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de impulsionar a formação humana e o desenvolvimento econômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

A criação do curso realmente levou em consideração as potencialidades do Território do Mato Grande, com maior nível na agricultura diversificada, sendo que alguns produtos, como o abacaxi, cana de açúcar, mandioca, castanha de caju e o coco se destacam dos demais Territórios, atrelando-se a isso as condições naturais excelentes para a produção de caprino e ovinocultura. A comercialização da produção é um grave problema enfrentado pela maioria dos agricultores e agricultoras do Território, são poucas as alternativas que se tem de comercialização, de modo que praticamente toda a produção é escoada pelos atravessadores (intermediários), que normalmente ficam com a maior parte do lucro (SILVA et. al 2012).

O curso técnico de Cooperativismo no âmbito do PROEJA, é destinado aos portadores de certificado de conclusão do Ensino Fundamental, ou equivalente, maiores de 18 (dezoito) anos. O acesso se dá por meio de processo seletivo, aberto ao público ou conveniado, para o primeiro período do curso; ou transferência, para período compatível (IFRN, 2009). Essa forma de acesso, tem gerado grandes debates, por meio da sociedade civil organizada, sobre a alegação que esse formato é excludente, uma vez que a finalidade do curso é atender uma grande demanda da população que historicamente tem sido excluída dos bancos escolares e que nesse modelo, tem que concorrer dentro de uma lógica geral, onde não são levadas em consideração as especificidades dos alunos da EJA, principalmente no campo, onde o curso terá uma maior contribuição.

O perfil profissional de formação do curso de Cooperativismo PROEJA habilita o egresso para desempenhar atividades voltadas para produção, formação, desenvolvimento e gestão de cooperativas, planejando e executando os processos cooperativos, bem como demonstrando, entre outras, as seguintes capacidades (IFRN, 2009):

- a) Conhecer e utilizar as formas contemporâneas de linguagem, com vistas ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- b) Compreender a sociedade, sua gênese e transformação e os múltiplos fatores que nela intervêm como produtos da ação humana e do seu papel como agente social;
- c) Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- d) Refletir sobre os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando teoria e prática nas diversas áreas do saber;
- e) Compreender o processo de evolução do cooperativismo, os diversos modelos e avaliar as características socioeconômicas de cada modelo;
- f) Conhecer as bases científicas e tecnológicas do cooperativismo, com ênfase na agroindústria;
- g) Assessorar estudos de implantação e desenvolvimento de projetos de cooperativas com base nos princípios de gerenciamento e auditoria em cooperativismo;
- h) Orientar na formação e desenvolvimento de cooperativas com base nos princípios filosóficos e legais do cooperativismo;
- i) Realizar, com competência técnica e ética reuniões de implantação e desenvolvimento de cooperativas, respeitando os direitos dos cooperativados;
- j) Estimular a participação e o compromisso coletivo no desenvolvimento de projetos associativos e cooperativos, utilizando práticas de cooperação e organização das comunidades.

A perspectiva do Curso ao promover essas capacidades era permitir que os novos os profissionais formados pudessem contribuir com o desenvolvimento sustentável do Território do Mato Grande, através dos conhecimentos obtidos no curso estariam aptos a serem agentes de transformação, planejando e executando os processos cooperativos.

O curso de Cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara busca formar profissionais-cidadãos, por meio das múltiplas aprendizagens com vistas à preparação para o trabalho à compreensão da sociedade e sua transformação, articulando os conhecimentos das várias ciências para compreender o processo de evolução do cooperativismo e suas formas socioeconômicas, orientando o desenvolvimento de cooperativas (IFRN, 2009).

A realização da prática profissional poderia ocorrer através das seguintes formas: estágio curricular não obrigatório; desenvolvimento de projetos integradores; projetos de extensão e projetos de pesquisa, os quais seriam desenvolvidos no próprio IFRN, na comunidade ou em locais de trabalho, objetivando a integração entre teoria e prática e baseando-se no princípio da interdisciplinaridade, resultando em relatórios sob o acompanhamento e supervisão de um orientador (IFRN, 2009).

O referido curso foi estruturado através de uma matriz curricular integrada, constituída por disciplinas em regime seriado semestral, distribuída entre conhecimentos de formação geral (1.200 horas), diversidade (270 horas) e formação profissional (930 horas), além de 400 horas destinadas à prática profissional, perfazendo uma carga horária total de 2.800 horas, conforme apresentado no Quadro 4.

**Quadro 4 – Matriz curricular do curso técnico de nível médio integrado em Cooperativismo na modalidade EJA, presencial.**

DISCIPLINAS		CH Total	
Formação Geral		H/a	Horas
Língua Portuguesa		440	330
Inglês		120	90
Arte		40	30
Educação Física		40	30
Geografia		80	60
História		80	60
Matemática		440	330
Física		120	90
Química		120	90
Biologia		120	90
<b>Subtotal CH</b>		<b>1.600</b>	<b>1.200</b>
Diversidade			
Desenho		40	30
Espanhol		80	60
Filosofia		40	30
Sociologia		40	30
Informática		80	60
CA		80	60
<b>Subtotal CH</b>		<b>360</b>	<b>270</b>
Formação Profissional			
Filosofia do Cooperativismo		120	90
Gestão de Pessoas		80	60
Legislação Cooperativista		80	60
Administração de Empresas Cooperativistas		160	120
Projetos de Empresas Cooperativista		200	150
Gerenciamento Ambiental e dos Resíduos Sólidos e Efluentes na Agroindústria		80	60
Gerenciamento e Auditoria em Cooperativismo		80	60
Direito do Consumidor		80	60
Agroindústria da Mandioca		80	60
Agroindústria da Apícola		80	60
Agroindústria da Cajucultura		80	60
Agroindústria do Laticínio		80	60
Segurança do Trabalho		40	30
<b>Subtotal CH</b>		<b>1.240</b>	<b>930</b>
<b>Total CH Disciplinas</b>		<b>3.200</b>	<b>2.400</b>
<b>Total CH Disciplinas (horas)</b>			<b>2.400</b>
<b>CH Prática Profissional (horas)</b>			<b>400</b>
<b>Total CH do Curso (horas)</b>			<b>2.800</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PPC do curso de Cooperativismo 2009.

No Quadro 4 é possível observar que a matriz curricular está estruturada com base na integração entre conhecimentos científicos, tecnológicos e humanísticos. Na formação geral, a matriz contempla as disciplinas que integram o conhecimento do Ensino Médio. Na parte de diversidade são contempladas as disciplinas que asseguram a compreensão das relações ligadas ao mundo do trabalho. Já a formação profissional contempla as disciplinas que mais orientadas à atividade profissional que os alunos irão realizar quando estiverem atuando no mundo do trabalho.

Conforme vimos no capítulo anterior o Território do Mato Grande não possui cooperativas de agroindustrialização dos produtos agropecuárias, por isto é compreensível que

o curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara contemple em sua matriz curricular as disciplinas de agroindústrias para despertar nos alunos o interesse em promover a cadeia de transformação dos produtos agregando valor e gerando trabalho e renda para os produtores.

Assim, é possível perceber que a constituição de cooperativas agroindustriais e de comercialização no Território do Mato Grande fortaleceria a agricultura por meio da organização dos produtores para buscar recursos com a finalidade de implantar agroindústrias e transformar suas matérias primas em produtos com maior valor econômico.

É importante ressaltar que o curso de Cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara foi ofertado levando em consideração as especificidades dos arranjos produtivos locais do Território do Mato Grande, a matriz curricular passou por modificações para atender as demandas socioeconômicas locais e contemplar as potencialidades da agricultura diversificada.

O Quadro 5 apresenta o conjunto de professores que atuaram no curso de Cooperativismo no âmbito do PROEJA, tomando como base o desenvolvimento de uma turma para cada período do curso.

<b>PROFESSORES</b>	<b>Nº</b>
Professor com licenciatura plena em Matemática	01
Professor com licenciatura plena em Física	01
Professor com licenciatura plena em Química	01
Professor com licenciatura plena em Biologia	01
Professor com licenciatura plena em Língua Portuguesa	01
Professor com licenciatura plena em Língua Inglesa	01
Professor com licenciatura plena em Língua Espanhola e /ou Francês	01
Professor com licenciatura plena em História e/ou Filosofia	01
Professor com licenciatura plena em Geografia e/ou Sociologia	01
Professor com licenciatura plena na área de Artes e/ou Desenho	01
Professor com graduação na área de Informática	01
Professor com graduação na área de Administração	01
<b>Formação Profissional</b>	
Professor com graduação em Administração	01
Professor com graduação em Cooperativismo	02
Professor com graduação em Zootecnia	01
<b>Total de professores necessários</b>	<b>16</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados do PPC do curso de Cooperativismo 2009.

Podemos observar que o funcionamento do curso de Cooperativismo no IFRN-Campus João Câmara contou com um corpo docente interdisciplinar, contribuindo para a consolidação da aprendizagem integrada dos estudantes. Porém, observamos que apenas dois docentes que atuaram no curso possuem graduação em cooperativismo, o que, de certa forma, é um fator relevante para a ofuscação de amplas discussões no campo do cooperativismo pelo coletivo dos professores.

O curso de Cooperativismo deixou de ser ofertado em (2013), mesmo estando a agricultura familiar em crescente desenvolvimento no Território do Mato Grande, o que seria propício para a formação de cooperativas. Ao serem perguntados sobre o motivo do encerramento da oferta do referido curso, ambos os gestores afirmaram que não havia mais demanda que justificasse a continuidade do mesmo, conforme se observa nas falas:

Quando percebemos que a inserção no mundo do trabalho estava sendo muito baixa e não estava sendo fomentada a questão do empreendedorismo na formação de novas cooperativas, entendemos que não adiantava ofertar um curso que não tinha onde colocar as pessoas, pois a demanda por qualificação de cooperativismo já estava saturada. A nova demanda era por qualificado na área de administração isso porque a maioria dos prefeitos não conhecem nada da administração pública, como também os secretários e servidores das prefeituras, então era importante que se ofertasse o curso nessa área para dar esse suporte a administração pública, instituições particulares e pequenos comércios que precisem de administradores com conhecimento para tocar esses empreendimentos. (G1).

O curso deixou de ser ofertado por falta de demandas e também tem um fator muito interessante, o curso técnico na modalidade EJA os professores não gostam muito, porque se utiliza uma metodologia totalmente diferente para que ocorra o processo de aprendizagem e os professores dos Institutos Federais eles não gostam muito de ensinar no PROEJA, por isso teve muita resistência por parte dos professores. Na época, para os professores trabalharem com o PROEJA, fizemos um curso de qualificação, porque quando o professor entra no Instituto Federal, muitos vêm com seus mestrados, seu doutorado, recém-saídos das universidades, e aí não tem ainda, a habilidade de trabalhar metodologia para o PROEJA, e aí fizemos essa capacitação, mais com muita resistência. Porque com o PROEJA se sai totalmente do ensino tradicional, uma sala de ensino PROEJA é uma sala diferenciada, são outras estruturas cognitivas que o professor tem que trabalhar e aí muitos não tinham propriedade dessas metodologias e aí eles tiveram muita resistência. O PROEJA funciona a noite. Os professores não terem formação na área do cooperativismo e do PROEJA, porque exige mais dedicação, já que é outra forma de pensar, então é diferente de eu chegar e da aula no curso tradicional, no PROEJA existe preconceito. É preciso que alguém compre essa ideia. Acontecia também muito remanejamento de professores. Quando implantamos a especialização em PROEJA, foi muito complicado, porque a maioria dos professores não queriam fazer, alegavam que tinham mestrado e até doutorado. Aí foi preciso explicar que não é fácil para o professor, porque tem de ensinar metodologias diferentes, como também não é fácil para o aluno que tem de trabalhar durante o dia e a noite frequentar o curso em busca de qualificação profissional. Então assim, se tivesse mais tempo, teria feito muita coisa bacana com o curso, mais se tivesse tido vontade política de querer fazer com que o curso despontasse, não precisa só a direção querer, precisava que os professores também quisessem. (G2).

As falas dos gestores nos permitem inferir que o Curso deixou de ser ofertado porque em não havendo demanda, os egressos não conseguiriam ingressar no mundo do trabalho nem tampouco fomentar a criação de novas cooperativas. Em 2013 o IFRN - João Câmara deixou de ofertar o curso de cooperativismo no âmbito do PROEJA e passou a atender novas demandas por qualificação profissional para fortalecer os órgãos públicos e empreendimentos empresariais de pequeno e médio porte no Território do Mato Grande. Quando perguntados se o curso de Cooperativismo não tinha dado certo, os gestores afirmaram que alguns fatores fazem com que as pessoas passem a se desestimular com esse seguimento.

O cooperativismo cresce de forma lenta porque, infelizmente a gente tem uma cultura no Brasil e principalmente no Nordeste muito individualista. As pessoas não acreditam em projeto coletivos, não trabalham coletividade, trabalham apenas sua individualidade, o seu bem-estar. Eu estando bem, o resto que se exploda, e isso precisa ser mudado, o foco não deve ser o indivíduo, mais sim, a coletividade. Se todos tivessem o pensamento de cooperativismo e coletividade a sociedade seria mais, fraterna e participativa e com certeza menos desigual. (G1).

Não é que o cooperativismo não dar certo, é que o cooperativismo trás outra forma de pensar. Porque é outra forma de você enxergar o mundo, porque você tem que ter corporalizado tatuado em seu corpo esse associativismo, essa forma de você cooperar, de você crescer junto com outro e nessa sociedade capitalista, isso é muito difícil das pessoas pensarem, e o cooperativismo traz essa ideia, seu produzo junto com outros colegas, monto uma cooperativa e a gente crescer junto, produzir junto, vender junto é muito difícil, cada um que queira tirar o seu, então o cooperativismo é uma outra forma de pensar que eu não vejo os brasileiros com essas ideias de coletividade, de você crescer junto com o outro e partilhar, é muito difícil vermos isso. Outra questão é que o curso só tinha uma professora que tinha formação na área do cooperativismo e aí, se tem professores formados na área o curso cresce porque os professores compram a ideia, e eles tem uma visão longitudinal diferente do professor de administração que não tem a formação de cooperativismo, então é tipo assim, eu pedir pra você pensar uma coisa que você não conhece, então o problema é esse, você não consegue pensar, visualizar, ver propostas ousadas, então foi que aconteceu, como nós só tinha uma professora, ela no remanejamento veio para o campus de cidade alta, e ficou em João Câmara, os professores que eram da administração. (G2).

As afirmações desses gestores se somam ao que vimos no primeiro capítulo, quando tratamos do cooperativismo como alternativa ao sistema capitalista, capaz de gerar melhoria socioeconômica para os pequenos produtores familiares envolvidas no processo cooperativista.

Neste subcapítulo vimos a EJA como política pública desde a CF/1988, passando pela LDB/1996, e a discussão sobre o modo como, no Brasil, ela passa a ser concebida como modalidade de educação, ampliando a formação de jovens e adultos trabalhadores que, por alguma razão, não conseguiram concluir seus estudos na idade apropriada.

A vinculação da EJA com a educação profissional, expressa pelo PROEJA, contribui efetivamente para a reinserção de jovens e adultos no sistema escolar, bem como promove uma qualificação profissional ou técnica que lhes permitem ser inseridos dignamente no mundo do trabalho e, de fato, mudar sua história de vida.

O curso de Cooperativismo no IFRN-Campus João Câmara fomentou a discussão em torno da importância do desenvolvimento sustentável do Território do Mato Grande a partir do fortalecimento das cooperativas, como uma nova forma de pensar a organização coletiva e organizar os pequenos produtores familiares para gerar trabalho e renda no campo, diminuindo os elevados níveis de desemprego, subemprego e exclusão socioeconômica.

#### **4 INCLUSÃO EDUCACIONAL E PRODUTIVA NO TERRITÓRIO DO MATO GRANDE?**

Decerto na agenda política das sociedades democráticas contemporâneas está presente a democratização e a universalização da educação por meio da ampliação das oportunidades de acesso e de permanência nos sistemas escolares de amplas camadas da população, notadamente a classe trabalhadora.

No Brasil, o processo de democratização e universalização da educação ganhou força nos anos 1980, quando o país experimentou um novo cenário político, capitaneado pelo fim do Regime Civil-Militar (1964-1985) e pela promulgação da CF/1988, conhecida como Constituição Cidadã, a qual institucionalizou o Estado democrático de direito.

O texto constitucional de 1988 trouxe a necessidade de se (re)pensar a educação brasileira ao declarar, no Art. 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada em colaboração com a sociedade; e no Art. 206, que o ensino será ministrado respeitando os princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; pautando-se também pela gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais; e na gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988).

Com efeito, houve um aumento significativo nas matrículas na educação básica, sobretudo no ensino fundamental, que praticamente se tornou universalizado no país, uma vez que a taxa líquida de matrícula, em 1998, chegou a 98% (BRASIL, 2007). Evidentemente, a desigualdade e a exclusão social permanecem, mas os preceitos constitucionais possibilitaram que as camadas mais pobres da população brasileira tivessem acesso à escola pública. E o conjunto de programas educacionais desenvolvidos, ainda que insuficientes, promoveram a permanência dos estudantes nos sistemas de ensino.

É, pois, fundamental refletir sobre a importância e a necessidade da inclusão educacional e produtiva como direito subjetivo dos cidadãos brasileiros, a fim de que as políticas públicas sociais, particularmente as educacionais e de promoção e geração de emprego e renda, sejam postas em prática de forma mais equitativa, atendendo, sobretudo, à população de baixa renda.

A inclusão é um movimento social e político que defende o direito de todos os indivíduos participarem, de forma consciente e responsável, da sociedade de que fazem parte, e de serem aceitos e respeitados naquilo que os diferencia dos outros. No contexto educacional, visa defender o direito de todos os alunos desenvolverem e concretizarem as suas potencialidades, bem como de apropriarem as competências que lhes permitam exercer o seu

direito de cidadania, através de uma educação de qualidade, que foi talhada tendo em conta as suas necessidades, interesses e características (FREIRE, 2008).

Neste sentido, para efeito deste estudo, consideramos a inclusão educacional como a inserção dos alunos egressos em cursos de nível superior. Assim, analisaremos se o curso de Cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara, contribuiu para que os alunos egressos tivessem progressão nos estudos.

Sobre a inclusão produtiva, esta

[...] pode ser compreendida como todo processo que busca a autonomia das famílias em situação de vulnerabilidades, dos indivíduos que são apartados, ou mesmo fragilmente vinculados à produção de renda e riqueza. Conduz à formação destes através do incentivo à geração de trabalho e renda, promovendo ações de capacitação, instrumentalização para o trabalho e formação de grupos de produção (ALBUQUERQUE; MARTINS; ALBUQUERQUE, 2015, p. 04).

Assim, entendemos como inclusão produtiva a inserção dos alunos egressos do curso de Cooperativismo do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara no mundo do trabalho por meio da formação profissional que receberam.

Sendo assim, este capítulo está dividido em dois subcapítulos: 1) *Inclusão Educacional*, onde abordaremos, os principais programas e o modo como nascem as públicas de inclusão escolar no Brasil, objetivando compreender se o curso de Cooperativismo promoveu a inclusão educacional dos egressos; e 2) *Inclusão Produtiva*, onde analisaremos as políticas públicas de inclusão socioprodutiva que buscam promover o acesso ao mundo do trabalho, objetivando compreender se o curso de cooperativismo promoveu inclusão produtiva dos alunos egressos.

#### **4.1 Inclusão educacional?**

No Brasil, o tema inclusão educacional recebeu atenção maior a partir dos anos 1990, influenciado pela CF/1988 e pela própria LDB/1996 que, ao recepcionar àquele mandamento legal, dispôs que a educação escolar deveria vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social e que o ensino deve ser ministrado com base, entre outros, na igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

De fato, naquele período estavam presentes no âmbito educacional, movimentos da sociedade organizada que reivindicam a educação para todos, mediante o estabelecimento das condições materiais para a ampliação das ofertas na educação pública, da universalização do

acesso, da permanência com êxito, da gestão democrática, da escola em tempo integral, enfim, da educação com qualidade socialmente referenciada.

Vale ressaltar, no entanto, que a história da educação escolar nacional é um contínuo de exclusões, no qual tende-se a culpabilizar os colonizadores, as classes dominantes e os governantes por tramarem contra os interesses da maioria da população, composta pela classe trabalhadora. Inclusive porque a exclusão educacional no Brasil sempre foi uma característica da sociedade que aqui foi se consolidando após a chegada dos europeus (SANFELICE, 2006).

[...] A inclusão educacional, como conceito, como direito, é uma preocupação e uma necessidade objetiva das sociedades modernas e contemporâneas. Pode-se dizer que passou a integrar o ideário das nações democráticas capitalistas. Apregoar a inclusão tem tanto um sentido ideológico, já que anunciá-la, como meta, referenda a crítica à exclusão, bem como busca-se validar as medidas que teoricamente passaram a incrementá-la. Evidentemente, posturas progressistas não podem ficar à margem dos apelos em prol da inclusão educacional, mas há sempre um, porém (SANFELICE, 2006, p. 31).

Nesse sentido, o MEC promoveu um conjunto de ações e de programas em todos os níveis e etapas da educação básica, com o objetivo de melhorar a qualidade e a inclusão da/na educação, entre os quais destacamos alimentação escolar, transporte escolar, dinheiro direto na escola, formação continuada para professores, saúde na escola e material didático para as escolas, estudantes e professores (BRASIL, 2004).

No âmbito da formação dos trabalhadores brasileiros, o Ministério do Trabalho e Emprego do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) implantou, em 1995, o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com o objetivo de estimular oportunidades de geração de trabalho e renda, mediante o desenvolvimento de ações de educação profissional, a fim de reduzir o desemprego da população economicamente ativa (PEA), a pobreza e a desigualdade social, bem como elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo. (BRASIL, 2001).

O PLANFOR mirava, a (re)qualificação de trabalhadores, propiciando, ao mesmo tempo, condições para o desenvolvimento de habilidades básicas e específicas para a (re)inserção no mercado de trabalho, elevação do nível de escolaridade e conhecimentos que o tornassem cidadão competente e consciente e valorizasse os saberes adquiridos nas experiências de trabalho. (BRASIL, 2001).

O governo Fernando Henrique Cardoso criou, ainda, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que nasceu em 1998 da luta dos movimentos sociais e sindicais do campo. Desde então, se tornou uma política pública de Educação do Campo,

desenvolvida nas áreas de reforma agrária e executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tendo como objetivo fortalecer as áreas de reforma agrária enquanto espaços de vida em todas as suas dimensões: econômica, social, educacional, política e cultural (BRASIL, 2016).

Os beneficiários do PRONERA são jovens e adultos que, a partir de sua inserção no Programa, reconhecem-se como sujeitos de direitos capazes de construir suas identidades de povo camponês e produzir, no cotidiano dos assentamentos e acampamentos da reforma agrária, alternativas de transformação e enfrentamento ao modelo agrícola dominante, que expulsa crescentemente os povos do campo do seu território (BRASIL, 2016).

Esse governo também instituiu, em 1998, o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNEPE), vinculado a ações dirigidas à promoção da inserção de jovens no mercado de trabalho e sua escolarização, ao fortalecimento da participação da sociedade no processo de formulação de políticas e ações de geração de trabalho e renda, com a finalidade de promover a criação de postos de trabalhos formais para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho e ocupações alternativas, geradoras de renda; assim como a qualificação do jovem para o mercado de trabalho e inclusão social (BRASIL, 1998)

O PNEPE tem como objetivo atender jovens em situação de desemprego que não tenham tido vínculo de emprego formal anterior, com idade de dezesseis a vinte e quatro anos, integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo, que estejam frequentando regularmente estabelecimento de ensino fundamental ou médio, e cadastrados nas unidades executoras do Programa (BRASIL, 1998).

Esses Programas foram de fundamental importância para oportunizar a geração de trabalho e renda, diminuindo assim o desemprego através da promoção de ações socioeducacionais à população que se encontrava em condição de vulnerabilidade social, seja nas áreas urbanas ou rurais, como também desenvolveram ações para a inserção dos jovens no mundo do trabalho e aumento de sua escolarização.

O governo Lula da Silva (2003-2010) também estabeleceu um conjunto de programas, além do PROEJA. Em 2003 substituiu o PLANFOR pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ), vinculado ao Sistema Nacional de Emprego, do Ministério do Trabalho e Emprego, o qual passou a articular ações de desenvolvimento social e qualificação profissional, objetivando promover a inclusão social efetiva dos trabalhadores, mediante o desenvolvimento econômico e social por meio da geração de trabalho e renda como objeto de planejamento público (BRASIL, 2003).

O PNQ (2004-2007) foi concebido tendo em vista a necessidade de reorientação do modelo de desenvolvimento do país – da demanda do mercado de trabalho, característico do PLANFOR, para o mercado consumidor como estratégia de crescimento – e contava com seis dimensões: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional (BRASIL, 2003).

Além do PNQ, o governo Lula da Silva promoveu o desenvolvimento de diversos Programas no âmbito da EJA visando o combate ao alto índice de analfabetismo, bem como o acesso aos ensinos fundamental e médio e ao técnico, proporcionando formação educacional básica aos jovens e adultos trabalhadores.

O Programa Brasil Alfabetizado, por exemplo, foi criado em 2003 com o objetivo de promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais de idade, adultos e idosos e contribuir para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. É desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a municípios que apresentam alta taxa de analfabetismo, sendo porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade (BRASIL, 2003).

O Programa Escola de Fábrica também foi criado em 2005 com o objetivo de: ampliar os espaços educativos de formação profissional incorporando os locais de produção como espaços de aprendizagem; oferecer formação profissional a jovens de 16 a 21 anos para o exercício da cidadania e preparação para o trabalho; estimular o ingresso e a permanência destes jovens na Educação Básica; favorecer o ingresso destes jovens no mundo do trabalho; e envolver o setor produtivo na formação dos jovens, aliando responsabilidade social às suas necessidades de trabalhadores qualificados (BRASIL, 2005).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM) foi criado ainda em 2005 com a finalidade de proporcionar a formação integral ao jovem, por meio de uma efetiva associação entre elevação da escolaridade, tendo em vista a conclusão do ensino fundamental; qualificação profissional com certificação de formação inicial; e desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Seus destinatários são jovens de 18 a 24 anos que terminaram a quarta série, mas não concluíram a oitava série do ensino fundamental e que não possuem vínculos formais de trabalho.

Todos os Programas descritos tinham/têm como finalidade a inclusão educacional e produtiva, atendendo, prioritariamente, jovens e adultos trabalhadores excluídos da educação básica e ou inseridos precariamente no mundo do trabalho.

É importante ressaltar que a democratização da educação não se limita à garantia do acesso à escola. É imprescindível que todos que nela ingressarem ou retornarem tenham condições de permanecer com sucesso, isto é, que possam aprender de forma significativa os conhecimentos indispensáveis à sua vida em sociedade e ao exercício crítico da cidadania, bem como se (re)qualificar para (re)inserção no mundo do trabalho.

Nesta perspectiva, não basta oferecer escola, é necessário ter as condições de frequência assegurada e o desenvolvimento de metodologias adequadas à realidade dos sujeitos, o que facilitará seu aprendizado. Por isso, o educador deve estar capacitado para trabalhar com as distintas realidades na sala de aula e o poder público pronto para desenvolver políticas que assegurem as condições socioeconômica para permanência dos alunos na escola (SANTOS, 2013).

Para Barretta e Canan,

As políticas públicas é condição para compreender seu significado, sentido, amplitude e mediações necessárias para a efetivação do direito à educação. Inicialmente, cabe ressaltar que não é suficiente a constituição de uma política pública educacional bem definida, com conteúdo bem construído, formulado; o importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional. (BARRETTA; CANAN, 2012, p. 3).

É perceptível que o paradigma educacional atual requer políticas educacionais que atendam aos anseios exigidos nas diversas áreas da educação, com ênfase ao essencial de toda a educação, o ser humano. Nesse contexto, a implementação das políticas públicas de educação inclusiva no âmbito educacional é relevante, pois contribui efetivamente com uma educação que fará a diferença (BARRETTA; CANAN, 2012).

Lasta e Hillesheim aduzem,

As políticas educacionais inclusivas buscam garantir efetividade, eficiência, eficácia, relevância e produtividade aos processos pedagógicos, um dos responsáveis por formar as subjetividades modernas. Problematizar esses documentos é pensar a produção dos modos de subjetivação, bem como as tecnologias de governo. As políticas públicas de inclusão escolar agem sobre a escola, pois essa é uma instituição que, tal qual o hospital, a prisão e a fábrica, constitui-se como espaço de confinamento, espaço que na sociedade disciplinar foi marcado pelo muro e caracterizado pela busca constante de recuperação; recuperação que produz sujeitos, espaços e tempos escolares. Espaços que, na contemporânea sociedade de controle<sup>8</sup>, ultrapassam os muros, mas que seguem disciplinando, recuperando, produzindo e controlando (LASTA; HILLESHEIM, 2014, p. 07).

Assim, as políticas públicas de inclusão educacional devem caminhar no propósito de enfrentar as desigualdades sociais através da socialização dos conhecimentos historicamente

construídos, resultando em aprendizagens que possibilitem os sujeitos a exercer sua cidadania de forma crítica e criativa e a se inserir no mundo do trabalho com dignidade.

Na prática as estratégias de inclusão educacional buscam repensar, transformar e promover uma escola de qualidade para todos, respeitando as diferenças sociais e de gênero e constituindo cidadãos-profissionais.

Sendo assim, a concretização de uma educação inclusiva neste contexto não é tarefa simples e fácil. “Não menos desprovida de dificuldades é a tarefa de um Estado que intenta organizar uma política pública que, como tal, se empenha na busca de um caráter de universalidade, garantindo acesso a todos os seus cidadãos às políticas que lhes cabem por direito” (BRASIL, 2005, p. 23).

As políticas públicas inclusivas costumam centrar-se nos eixos da organização sociopolítica necessários para viabilizá-las e dos direitos individuais do público a que se destina. Os importantes avanços produzidos pela democratização da sociedade, em muito alavancada pelos movimentos de direitos humanos, apontam a emergência da construção de espaços sociais menos excludentes e de alternativas para o convívio na diversidade (BRASIL, 2005).

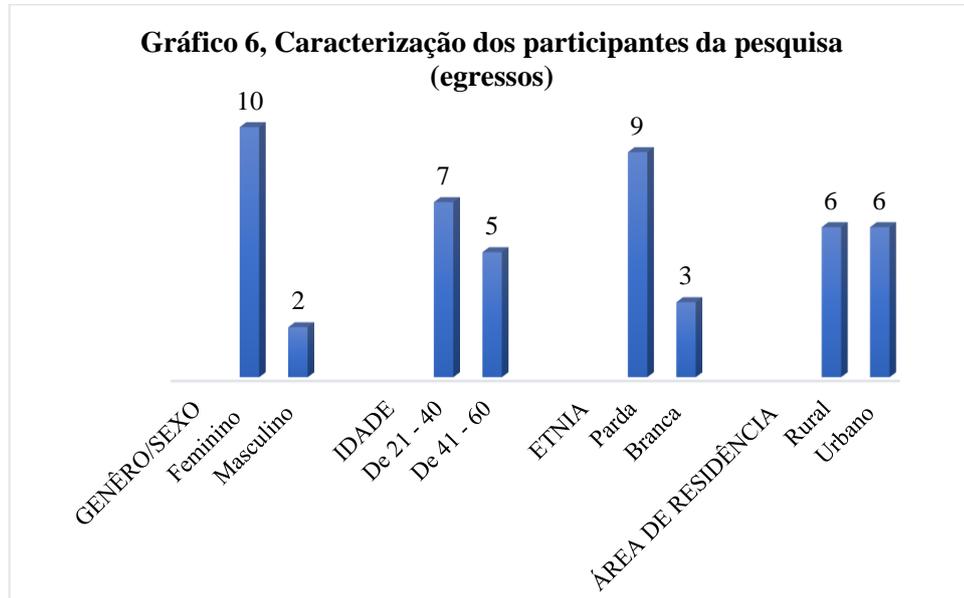
De fato, a inclusão educacional deve ser pensada e efetivada de forma inovadora na busca de se alcançar resultados eficientes que possam transformar a vida das pessoas, e isso requer do Estado brasileiro o desenvolvimento de políticas públicas que promovam os direitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, o curso de Cooperativismo ofertado pelo IFRN-Campus João Câmara no âmbito do PROEJA, se coloca como um contributo à elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade formando técnicos, através de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos capaz de impulsionar o desenvolvimento social, cultural e econômico do Território do Mato Grande.

No Gráfico 06, apresentamos a caracterização de 12 (63%) alunos egressos, dentre os 19 que concluíram o curso de Cooperativismo, todos oriundos das duas primeiras turmas que iniciaram em 2009, ambas funcionando no período noturno, os quais contribuíram para o desvelamento do nosso objetivo geral.

Os dados mostram que os alunos egressos são predominantemente do sexo feminino (10); a maioria (7) possui de 21 a 40 anos de idade; 9 declararam ser de etnia parda; e a metade vive na área rural. Esses dados nos permite inferir a dificuldade dos estudantes do Território de Mato Grande em frequentar uma escola de ensino médio, pela distância entre o local de suas residências e, no caso estudado, o IFRN-Campus João Câmara; pelo tempo que estão afastados da sala de aula, em função de terem concluído o ensino fundamental há alguns anos; e, ainda,

o desafio que esse Campus tem em recebê-los e possibilitar sua permanência e desenvolvimento com êxito.



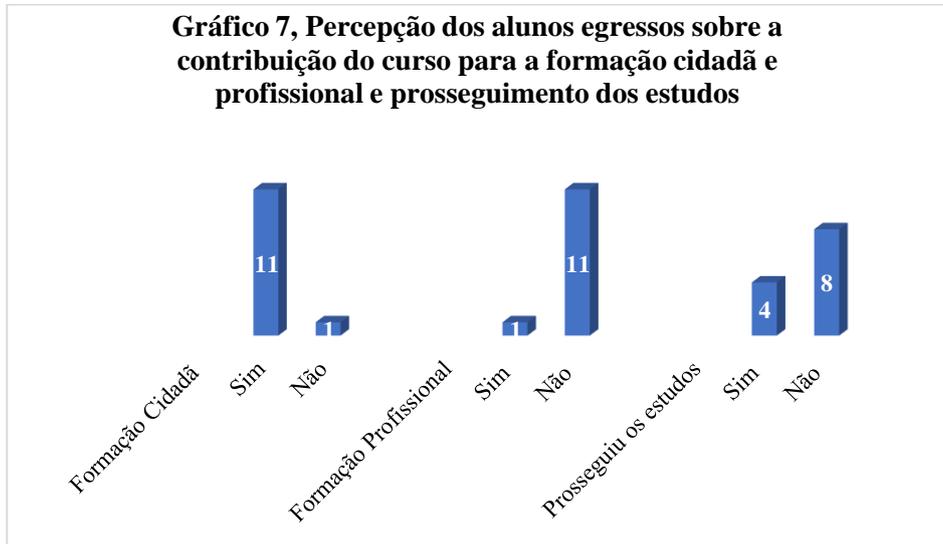
Fonte: Autoria própria

De fato, os jovens e os adultos, historicamente, têm sido excluídos do processo de escolarização por decorrência, na maioria das vezes, das péssimas condições sociais e econômicas do país que, por um lado, dificultam o acesso da maioria, que se vê impossibilitada de estudar e, por outro, forçam o abandono precoce dos que conseguem ingressar no sistema escolar brasileiro (SILVA; FREITAS; MEDEIROS, 2007).

Nesse sentido, o curso de Cooperativismo ofertado no âmbito do PROEJA pelo IFRN-Campus João Câmara se coloca como uma política para o enfrentamento da exclusão escolar no Território do Mato Grande, contribuindo com a elevação da escolaridade de jovens e adultos trabalhadores e ao mesmo tempo oferecendo formação profissional. Assim, concordamos com Silva, Lima e Tavares (2007) quando afirmam que é necessário criar condições que possibilitem a inserção dos jovens e adultos no mundo do trabalho; condições estruturais e sociais, para que os egressos possam participar efetivamente desse processo e vislumbrar as oportunidades necessárias à melhoria de suas vidas, como também discutir sobre a relação da educação e o mundo do trabalho.

Perguntados se curso de Cooperativismo contribuiu para a sua formação cidadã, entendida esta como a inserção social, cultural e política, os alunos egressos participantes desta pesquisa responderam predominantemente que sim (11; 92%). Já em relação à contribuição para a formação profissional, a maioria (11; 92%) respondeu que não; e no que diz respeito ao

prosseguimento dos estudos, a maioria (8; 67%) disse que não prosseguiu, conforme observamos no Gráfico 07.



Fonte: Autoria própria

É importante ressaltar que o curso de Cooperativismo tem como viés tanto a formação cidadã quanto a profissional, e sua conclusão possibilita o prosseguimento dos estudos em nível superior. Houve a formação cidadã, porque o aprendizado tornou os alunos egressos mais bem preparados para as questões societárias, pois implica na construção, no fortalecimento e na ampliação de redes de comunicação, de programas e projetos que busquem articular, organizar e aproximar o conjunto de ações e experiências educacionais, sociais, culturais e políticas. Trata-se, como apontam Antunes e Padilha (2010), de enfatizar princípios e valores que fundamentam uma lógica de poder transformadora, libertadora, dialógica, radicalmente democrática, sustentável, inclusiva, conectiva, informativa, comunicativa, plural, intertranscultural e intertransdisciplinar, fortalecedora do poder local.

Esses autores também acrescentam que a formação cidadã,

Objetiva a preparação de homens e mulheres tecnicamente competentes, capazes de desempenhar plenamente sua profissão, de viver com autonomia, em busca permanente de sua realização pessoal e profissional, mas, sobretudo, almeja a formação de seres humanos que promovem o bem-viver, a justiça social e a vida sustentável para todos. [...] Pessoas que, no seu processo de humanização, tenham acesso a um repertório sociocultural que as prepare mais plenamente para o diálogo com o outro, para ensinar e aprender com o outro, para conviver com a diferença de forma democrática, enriquecedora, solidária e emancipadora (ANTUNES; PADILHA, p. 23).

A esse respeito, o aluno E7 assim se expressa:

O curso contribuiu muito com minha formação enquanto cidadão, pois tem ampla diversidade de assuntos. Minha vida se divide antes e depois que entrei no IFRN, porque tinha saído de um ensino de escola estadual que geralmente é um ensino de mal qualidade, aí quando fui para o IFRN, passei a ver assuntos totalmente diferentes, é tanto que quando chegamos lá os professores perceberam que tínhamos vindo de um ensino de baixa qualidade.

Nesta perspectiva a educação cidadã não é missão exclusiva da escola, mas do Estado brasileiro em conjunto com toda a sociedade, que juntos devem promover a qualidade da educação por meio do ensino e aprendizagem, com inserção social, cultural, política e profissional.

Quanto à formação profissional, essa tem grandes desafios diante do modelo da especialização flexível, onde a divisão técnica do trabalho se tornou menos evidenciada devido tanto a integração do trabalho direto e indireto, quanto entre produção e controle de qualidade, de modo que o trabalho em equipe passou a substituir o trabalho individualizado e as tarefas repetitivas dos postos de trabalho foram eclipsadas pelas funções polivalentes. (DELUIZ, 2017).

Assim, a formação profissional deve ser entendida como potencializadora do ser humano, enquanto integralidade, no desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade, na perspectiva de sua emancipação. No que diz respeito ao cooperativismo, trata-se de uma formação voltada para a construção de uma sociedade mais democrática, inclusiva e equilibrada social e economicamente (PACHECO, 2010).

Ou seja, a formação profissional em cooperativismo promovida pelo IFRN-Campus João Câmara é potencializadora do desenvolvimento sustentável, uma vez que promove a formação de técnicos capazes de organizar e desenvolver atividades produtivas em cooperativas no Território do Mato Grande. No entanto, o aluno E12 afirma que,

O curso não contribuiu com minha formação profissional, até mesmo porque no Território do Mato Grande não se tem mercado de trabalho. No Território tem muitos assentamentos da reforma agrária e comunidades rurais, porém o curso não fazia essa parceria com estes espaços e não se teve interesse ou investimento para levar a turma para estagiar em cooperativas. Nós só fizemos o curso e pronto, a maioria das pessoas não conseguiram trabalhar nessa área. Outra coisa é que o curso era administração pura, mal estudávamos o cooperativismo pois as disciplinas eram todas voltadas para administração e os professores também formados nessa área.

Da mesma forma, o aluno E10 afirma: “o curso não contribuiu com minha formação profissional, já que no Território do Mato Grande não se tem mercado de trabalho nessa área e curso de cooperativismo mais parecia um curso de administração”.

É perceptível nas falas dos alunos egressos, que os mesmos confundem formação profissional com inclusão profissional, tanto que associam a ausência daquela a não inserção no mundo do trabalho e, por isso afirmam que o curso de cooperativismo não promoveu a formação profissional. Todavia, não ingressar no mundo de trabalho não significa que o curso de Cooperativismo não possibilitou a formação profissional tanto que a matriz curricular do curso era composta por treze disciplinas vinculadas às práticas cooperativistas: Filosofia do Cooperativismo; Gestão de Pessoas; Legislação Cooperativista; Administração de Empresas Cooperativistas; Projetos de Empresas Cooperativistas; Gerenciamento Ambiental e dos Resíduos Sólidos e Efluentes na Agroindústria; Gerenciamento e Auditoria em Cooperativismo; Direito do Consumidor; Agroindústria da Mandiocultura; Agroindústria da Apícola; Agroindústria da Cajucultura; Agroindústria do Laticínio; e Segurança do Trabalho.

Ou seja, o curso de Cooperativismo ofertado pelo IFRN-Campus João Câmara no âmbito do PROEJA promoveu sim formação profissional na perspectiva de fortalecer os arranjos produtivos no Território do Mato Grande, ainda que os alunos egressos não tenham sido absorvidos pelas cooperativas locais.

Na realidade o IFRN-Campus João Câmara promoveu, por meio do curso de Cooperativismo, uma formação humana integral. A esse respeito, convém ressaltar a afirmação de Ciavatta,

A formação integrada sugere tornar íntegro, inteiro, o ser humano dividido pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar. Trata-se de superar a redução da preparação para o trabalho ao seu aspecto operacional, simplificado, escoimado dos conhecimentos que estão na sua gênese científico tecnológica e na sua apropriação histórico-social. Como formação humana, o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalhador o direito a uma formação completa para a leitura do mundo e para a atuação como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente à sua sociedade política. Formação que, neste sentido, supõe a compreensão das relações sociais subjacentes a todos os fenômenos (CIAVATTA, 2005, p. 02).

Ainda segundo Ciavatta (2005), para que de fato haja a formação integrada torna-se necessário os seguintes pressupostos:

a) ser um projeto social onde as diversas instâncias responsáveis pela educação (governo federal, secretarias de educação, direção das escolas e professores) manifestem a vontade política de romper com a redução da formação à simples preparação para o mercado de trabalho;

b) articulação entre o ensino médio e a educação profissional em todas as suas modalidades, para superar o dualismo educacional existente;

c) adesão de gestores e de professores responsáveis pela formação geral e específica, a fim de se elaborar coletivamente as estratégias acadêmico-científicas de integração;

d) articulação da instituição com os alunos e os familiares sobre as expectativas da integração e sua possível realização.

e) o exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa, de ação coletiva, já que o movimento de integração é, necessariamente, social e supõe mais de um participante.

f) garantia de investimentos que permitam a oferta pública e gratuita de educação para todos.

Assim, o curso de Cooperativismo ofertado pelo IFRN-Campus João Câmara no âmbito do PROEJA promoveu a formação integrada, pois houve o diálogo entre a formação cidadã e a formação profissional, buscando romper com a simples preparação para o mercado de trabalho, com a elaboração coletiva das estratégias de ensino e aprendizagem, capazes de ofertar aos alunos conhecimentos necessários para que esses possam se posicionar de forma crítica e reflexiva na sociedade.

Quanto à não continuidade dos estudos os alunos egressos elencaram várias razões, entre as quais: a falta de condições financeiras, pois precisam trabalhar para sustentar a família; as irregularidades dos transportes fornecidos pelas prefeituras no que diz respeito aos alunos que residiam nas áreas rurais; o cansaço após um dia inteiro de trabalho e pela falta de saúde. Os que conseguiram prosseguir os estudos (4) o fizeram em cursos de graduação em Administração, Serviço Social e Pedagogia, todos em instituições de ensino privadas.

O aluno E8 assim expressou: “Fiz o curso superior em Administração de Empresas em uma universidade privada e a qualidade do ensino do IFRN foi fundamental para meu prosseguimento nos estudos, pois é uma das melhores instituições do Brasil e tem feito uma grande diferença no Território do Mato Grande”. O aluno E10, por sua vez, afirmou: “me graduei em Pedagogia em uma universidade privada. Quando ingressei no curso de Cooperativismo estava fora da sala de aula há mais de 10 anos, depois não parei mais de estudar.”

Esses depoimentos revelam a importância não apenas da expansão da RFEPCT em todo país, mas também da interiorização do ensino técnico, como é o caso do IFRN-Campus João Câmara, que se propõe a contribuir com o desenvolvimento econômico, social, cultural e político do Território do Mato Grande.

Dentre os egressos que não conseguiram prosseguir os estudos (8), destacamos o posicionamento do aluno E2: “não consegui prosseguir com os estudos porque faltou condições financeiras e tinha que trabalhar para sustentar a minha família”. E, do aluno E1:

Não prossegui os estudos por causa das dificuldades, já tinha passado quatro anos no curso de cooperativismo PROEJA, através de muita garra e coragem pois passava o dia inteiro trabalhando na agricultura, realizando tarefas muito pesadas e a noite viajava, 12 quilômetros até chegar na no centro da cidade de Ceará-mirim/RN, aí depois pegava o ônibus da prefeitura e viaja mais 51 quilômetros para a cidade de João Câmara onde está localizado o IFRN, ao termino das aulas fazia o percurso de volta. Tudo isto era muito cansativo e gerava uma grande despesa.

Os relatos dos alunos egressos que não prosseguiram os estudos mostram a necessidade de se formular e efetivar políticas públicas de inclusão educacional que levem em consideração as especificidades do público (jovens e adultos trabalhadores) do PROEJA para que estes possam ingressar, permanecer e continuar seus estudos ao logo da vida, dando assim uma grande contribuição para a sociedade. Assim, concordamos com Ferreira, quando afirma:

Para além das perspectivas de que a educação deve atender às necessidades sociais, particularmente no que diz respeito ao atendimento ao mercado de trabalho e a gestão da pobreza, os sujeitos jovens e adultos que não conseguiram uma trajetória linear em sua escolaridade sofrem, de forma mais imediata, as pressões socioeconômicas e ficam à mercê de políticas públicas muitas vezes precárias e instáveis do ponto de vista de continuidade e investimento financeiro proporcional as necessidades para o alcance de resultados positivos (FERREIRA, 2012, p. 109).

As necessidades socioeconômicas dos estudantes em qualquer oferta educacional devem ser pensadas e efetivadas em consonância com as necessidades educacionais e na perspectiva da verticalização da formação, ou seja, no prosseguimento dos estudos.

No Quadro 06, podemos observar as características dos professores participantes da pesquisa que atuaram nas duas turmas de 2009 do curso em Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara.

<b>QUADRO 6 - CARACTERIZAÇÃO DOS PROFESSORES (A) PARTICIPANTES DA PESQUISA</b>			
<b>Professor (a)</b>	<b>Idade</b>	<b>Formação Acadêmica</b>	<b>Experiências Profissional Antes de Ingressar no IFRN</b>
P01	48	Graduação em Administração e Ciências Contábeis, Especialização em Cooperativismo e Mestrado em Gestão Social	Trabalhou prestando serviços as cooperativas da agricultura familiar e movimentos sociais; Contadora; Ministrou aulas na Universidade Católica em Tocantins.
P02	45	Licenciatura em Ciências Biológicas, Especialização em EJA, Mestrado em Ensino de Ciência e Doutorando em Ensino de Ciências	Professor do ensino fundamental II, ensino médio e EJA.

P03	65	Licenciatura em Física, Especialização em Educação, Especialização em Ensino de Física, e Mestrado em Ensino de Matemática	32 anos como professora da rede estadual, 14 anos como professora no marista e 9 no Sagrada Família
P04	39	Graduação em Letras, Especialização em Língua Portuguesa, Mestrado e Doutorado em Literatura Comparada	Professor de Língua Inglesa em cursos de idiomas e professor de linguagem em uma faculdade
P05	34	Graduado em Ciências Contábeis, Graduado em Tecnologia de Materiais, Especialização em Perícias e Auditorias Contábeis, Mestrado em Engenharia de Produção	Professor Substituto da UFRN e Consultor
P06	32	Bacharelado e Licenciada em Ciências Sociais, Mestrado e Doutorado em Ciências Sociais	Professora convidado em uma faculdade particular, fora essa experiência só fiz atividades de estágio

Fonte: Autoria própria

Os dados revelam que os professores possuíam idade entre 32 e 65 anos e todos com formação de, no mínimo, mestrado, o que aponta para a qualificação a ser promovida pelo o curso de Cooperativismo no IFRN-Campus João Câmara, inclusive para a possibilidade do desenvolvimento do currículo integrado conforme previsto na estrutura do curso.

No que diz respeito à formação profissional para os alunos egressos do curso de Cooperativismo ofertado no âmbito do PROEJA, a maioria (04) dos professores respondeu que o curso não tinha como perspectiva inserir o egresso no mundo do trabalho e, sim, ofertar uma formação a nível de ensino médio de qualidade, como relata o P2: “A perspectiva era mais para que os alunos pudessem ter um ensino médio de qualidade, pois não se tinha a perspectiva dos egressos ingressar no mercado de trabalho com a formação de cooperativismo”. Na mesma direção, P1 afirma,

O curso não tinha a perspectiva da formação profissional. Na minha visão o curso nasceu morto, pois o PPC foi escrito baseado no agronegócio cooperativista e não na realidade da região que são pequenas cooperativas da agricultura familiar. As disciplinas eram totalmente ligadas as áreas do capital, e nada focado no coletivo, no auto gestor, que é nosso público. Os professores em sua grande maioria não eram formados em cooperativismo, e isso dificulta, pois quando você pega um professor com a formação em administração como obrigatoriedade, o que vai acontecer? Esse professor vem de um âmbito empresarial e não do âmbito do cooperativismo. Quando ele ministra a aula ele nunca vai fazer uma interligação com os alunos com a realidade cooperativista, ele vai sempre trazer um enfoque empresarial. Todo enfoque do curso era para as empresas, é como se o aluno estivesse com um diploma de cooperativismo, mas todo embasamento estava focado para administração, não tinha uma interligação entre os conteúdos com a realidade local.

As falas desses professores não condizem com o objetivo do curso de Cooperativismo prevista no PPC-2009, pois esse estabelece “formar o profissional para atuar na formação, desenvolvimento e gestão de cooperativas da agroindústria, planejando e executando os processos cooperativos em diversas áreas de atuação”, nem com a finalidade de “responder as

demandas sociais e do trabalho, qualificando profissionais que atendam à necessidade do mercado emergente do estado, e, sobretudo no município local” (IFRN, 2009, pp.7-8).

Os relatos também se distanciam do segundo princípio do PROEJA, o qual consiste na inserção orgânica da modalidade EJA integrada à educação profissional nos sistemas educacionais públicos. Assume-se, assim, a perspectiva da educação como direito assegurado pela CF/1988 como dever do Estado (BRASIL, 2007). Assim, o curso de Cooperativismo tem a perspectiva de formar, também para o mundo do trabalho.

Quando perguntado aos professores se é possível afirmar que o curso de Cooperativismo permitiu a inclusão educacional dos egressos, a maioria (4) afirmou que ocorreu tal inclusão, tendo em vista que os alunos compreendiam o que realmente é o cooperativismo e a importância da formação ao longo da vida. Assim, P2 relata:

Houve a inclusão educacional, alguns alunos continuaram na seguindo os estudos. As turmas iniciais eram muito boas, era a melhor turma que já tive de EJA, porque de fato eram jovens e adultos, com uma boa bagagem de formação humana técnica e profissional, muitos participavam das discussões trazendo elementos de sua vivência que contribuía na aula.

A afirmação de P2 se coaduna a dois princípios que norteiam o PROEJA: o princípio de respeito ao ser e aos saberes dos educandos e o princípio de construção coletiva do conhecimento, os quais preconizam que a EJA é construída através das identidades e culturas particulares de forma a gerar um leque de conhecimentos baseados nas práticas sociais dos educandos. Esse conhecimento deve ter

O ser humano e suas relações com o meio-ambiente e a natureza em geral como centro e na qual a tecnologia esteja submetida a uma racionalidade ética no lugar de estar a serviço exclusivo do mercado e do fortalecimento dos indicadores econômicos. Nessa sociedade, a produção coletiva do conhecimento deve estar voltada para a busca de soluções aos problemas das pessoas e das comunidades menos favorecidas na perspectiva da edificação de uma sociedade socialmente justa (BRASIL, 2007, p. 24).

Dessa forma, o conhecimento gerado no curso de Cooperativismo no IFRN-Campus João Câmara buscou gerar soluções para os problemas socioeconômicos do Território do Mato Grande, através da formação de profissionais para intervir e contribuir de forma significativa com as organizações dos trabalhadores por meio do fortalecimento das cooperativas e do desenvolvimento sustentável.

Neste subcapítulo, analisamos os principais os programas públicos destinados aos jovens e adultos trabalhadores. À luz do conceito de inclusão educacional que assumimos neste estudo, compreendemos que o curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara promoveu, de fato, a inclusão educacional, possibilitando o prosseguimento dos estudos aos

alunos egressos em nível superior. Chegamos a essa conclusão pelo fato de que o motivo de alguns dos alunos egressos não prosseguirem os estudos em nível superior não decorreu da formação que receberam no curso de Cooperativismo e, sim, por fatores que estão para além da responsabilidade do IFRN-Campus João Câmara, tais como: falta de condições financeiras, irregularidades dos transportes fornecidos pelas prefeituras para os alunos que residiam nas áreas rurais, cansaço após um dia inteiro de trabalho e falta de saúde.

#### **4.2 Inclusão Produtiva?**

A inclusão produtiva está relacionada à melhoria da qualidade de vida das pessoas, sobretudo as de baixa renda, através do desenvolvimento socioeconômico de um país e da inserção desses sujeitos no mundo do trabalho, o que resultará na geração de trabalho e renda. No âmbito da assistência social aparece como uma referência de segurança de sobrevivência e garantia de que todos terão acesso a uma forma monetária que contribua para a superação das desigualdades ocasionadas pela falta de emprego, independentemente de suas limitações e capacidades (BRASIL, 2014).

A CF/1988 preceitua em seu Art. 203, inciso III, que dentre os objetivos da assistência social está “a promoção da integração ao mercado de trabalho” (BRASIL, 1988). Posteriormente essa questão foi regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), que deu caminho para várias iniciativas de políticas públicas de inserção e qualificação no mundo do trabalho para a população mais vulnerável, além de ampliar o debate por meio da Política Nacional da Assistência Social (PNAS) quando traz como desafio a implementação das políticas públicas como uma das estratégias de combate ao enfrentamento da pobreza (BRASIL, 2004).

Para a PNAS são considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho (BRASIL, 2004). Assim,

A inclusão produtiva busca promover tanto o acesso ao mundo do trabalho, no marco da formalidade, quanto o apoio à sustentabilidade desse acesso, por meio de ações que conduzam à melhoria das condições de trabalho e elevação da renda auferida. O principal objetivo da inclusão produtiva é proporcionar aos indivíduos em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso aos mecanismos que possibilitem sua

inserção formal - como empreendedores ou empregados - na produção de bens e serviços (BRASIL, 2014, p. 15).

Portanto a inclusão produtiva visa melhorar a qualidade de vida das pessoas, através da inserção no mundo do trabalho. Para que a inclusão aconteça na prática, torna-se necessária a articulação intersetorial e um olhar integrado para as necessidades básicas do ser humano, cabendo aos governos em parcerias com a sociedade promovê-la, com a integração do crescimento sustentável e desenvolvimento socioeconômico. Para Castro et al:

Já se formou o consenso de que projetos de inclusão produtiva não são de natureza pura, ou seja, eles são naturalmente intersetoriais. Portanto, para alcançar resultados sólidos, é preciso articular várias políticas setoriais e de desenvolvimento regional, e não atribuir a responsabilidade a apenas um programa ou ministério (CASTRO et al, 2010, p. 09).

Assim, as políticas de inclusão produtiva devem buscar promover a melhoria da qualidade de vida através do acesso ao mercado de trabalho e meios produtivos sustentáveis, proporcionando ao público da política acesso aos mecanismos que assegurem a inserção no mundo do trabalho, seja na produção de bens e serviços, como empregados, empreendedores autônomos, ou em outras formas.

Ainda de acordo com Castro et al,

Para o sucesso da ação pública de intervenção no espaço econômico e social que pretenda realizar a promoção social mediante inclusão produtiva para populações vulneráveis, deve-se em princípio tentar delimitar quem seriam os futuros beneficiários e quais são suas principais características. O conhecimento destes quesitos permitirá a montagem de uma estratégia de intervenção estatal, assim como a delimitação dos recursos que serão demandados (CASTRO et al, 2010, p. 12).

De fato, a intervenção do Estado brasileiro torna-se necessária para que a inclusão produtiva obtenha sucesso e consiga incluir as pessoas nos meios produtivos. Mas em um país com extensas dimensões geográficas, socioeconômicas e culturais como o Brasil, isso só será possível se as políticas forem formuladas e efetivadas dialogando com a realidade territorial, onde estão inseridos os beneficiários da política.

A implementação de ações de inclusão produtiva requer a atuação conjunta de diversos órgãos e instituições. Muitos Programas governamentais possuem concepção e financiamento na esfera federal, mas gestão na esfera de estados e municípios, ou execução por entidades do terceiro setor, além de apoio técnico de outras instituições (BRASIL, 2014). Assim, a regulamentação das políticas de inclusão produtiva demanda parcerias entre os governos federal, estaduais e municipais visando atender à população que reside nas áreas urbana ou rural.

No quadro 7 apresentamos algumas ações de inclusão produtiva para as pessoas que vivem na área urbana, promovidas pelo governo federal. Nestas ações as políticas de inclusão produtiva foram associadas às políticas de assistência social, fortalecendo, assim, as estratégias de inserção das pessoas nos meios produtivos.

**Quadro 7 – Algumas ações de inclusão produtiva urbana**

<b>Ações de Inclusão Produtiva Urbana e Qualificação Profissional</b>	<b>Descrição</b>
Qualificação Profissional	Ações que oferecem formação profissional, visando o desenvolvimento e o aprimoramento de habilidades demandadas pelo mercado e a promoção da inserção no mercado de trabalho.
Intermediação de mão de obra	São ações de identificação das demandas e ofertas do mercado de trabalho com o objetivo de promover a (re) colocação o indivíduo neste mercado.
Mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional	São ações de divulgação e estímulo à participação dos cursos de qualificação profissional oferecidos nos estados e municípios.
Cursos de qualificação ou capacitação profissional	Cursos promovidos pelos estados e municípios com o objetivo de promover e fortalecer a qualificação e capacitação profissional em sintonia com as vocações e demandas dos mercados locais.
Fomento a empreendimentos individuais urbanos	Ações de promoção do desenvolvimento de negócios individuais através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.
Fomento a empreendimentos coletivos urbanos	Ações de promoção do desenvolvimento de negócios coletivos através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.
Assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos	Forma de consultoria que fornece orientação para tomada de decisões e para identificação das necessidades e potencialidades dos empreendimentos individuais, visando à melhoria da gestão, produção e renda.
Assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos urbanos	Forma de consultoria que fornece orientação para tomada de decisões e para identificação das necessidades e potencialidades dos empreendimentos coletivos, visando à melhoria da gestão, produção e renda.
Incubação de empreendimentos	Forma de assessoria voltada para criação de empreendimentos econômicos. Essa assessoria oferece subsídios, tais como formação técnica e política, e acompanhamento dos processos de tomada de decisão e implementação de atividades econômicas, tais como produção, trabalho, finanças e comércio.
Fomento ao artesanato	Ações de promoção do desenvolvimento do setor de artesanato através de prestação de serviços, suprimentos e financiamento.
Doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	Ação de doar ao empreendedor individual ou coletivo os equipamentos necessários para o desempenho de sua atividade produtiva.

Fonte. Pesquisa de Informações Básicas Municipais IBGE, 2014.

O Quadro 7 nos mostra que a oferta de cursos de capacitação e qualificação profissional, assim como a sensibilização e mobilização para as ações relacionadas com os empreendimentos - sejam individuais ou coletivos -, visam atender às demandas territoriais, como a promoção da inserção no mercado de trabalho, qualificação e capacitação profissional, e implementação de atividades econômicas, tais como produção, trabalho, finanças e comércio.

Já no meio rural as estratégias de inclusão produtiva têm como finalidade fortalecer as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar com foco em alguns grupos específicos (associações, cooperativas, entre outros), buscando aumentar sua capacidade socioeconômica através da colocação de seus produtos nos mercados consumidores, sejam institucionais ou privados. No quadro 8, podemos observar algumas ações de inclusão produtiva na área rural.

**Quadro 8 - Algumas Ações de Inclusão Produtiva Rural**

<b>AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA RURAL</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)	A atividade ATER em suas várias modalidades é voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros com o objetivo de potencializar atividades produtivas agrícolas voltadas à oferta de alimentos saudáveis e matérias primas, bem como apoiar estratégias de comercialização tanto nos mercados locais como nos mercados regionais e internacionais.
Fomento a atividades produtivas	As ações de fomento e atividades produtivas são parte integrante do Plano Brasil sem Miséria cujo objetivo é articular as ações de ATER e transferência de recursos financeiros não reembolsáveis a famílias rurais em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais que exerçam atividades de agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores, que se enquadrem nas disposições da Lei n. 11.326 de 24.07.06 ou pertençam a comunidades tradicionais e povos indígenas.
Acesso a crédito e ao seguro rural	O papel do crédito rural é o de gerador de oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas estruturas das propriedades, mas muito, além disso esse crédito que traz a modernização do campo também auxilia e estimula sua permanência na agricultura, e fortalece o processo de sucessão na agricultura familiar. O crédito rural financia o custeio da produção e da comercialização de produtos agropecuários, estimula os investimentos rurais, incluindo armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas. Além de fortalecer o setor rural, incentiva a introdução de métodos racionais no sistema de produção. O seguro rural, independente da modalidade, é um dos instrumentos de política agrícola por meio do qual se busca a redução dos riscos inerentes à atividade rural.
Aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas	Financiar a aquisição, isolada ou associada a investimento, de tratores, colheitadeiras, plataformas de corte, pulverizadores, plantadeiras, semeadoras e equipamentos para preparo, secagem e beneficiamento de café.
Doação de sementes ou matrizes de pequenos animais	Promover a estruturação da capacidade de produção e a inclusão produtiva das famílias de agricultores familiares, com a disponibilização de sementes e mudas ou matrizes de pequenos animais, com identificação de cultivares adequados aos territórios atendidos e projetos produtivos com atividades voltadas, principalmente, à criação de pequenos animais (porcos, aves, cabras e ovelhas).
Aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE);	O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) - é uma das ações da Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O PAA compra alimentos da agricultura familiar para doações e para a formação de estoques, contribuindo para segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - por meio da oferta da alimentação escolar e

	de ações de educação alimentar e nutricional, contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis. O PNAE compra alimentos da agricultura familiar para a formação de estoques, contribuindo para segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar.
Aquisição de alimentos para atender demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros	Compra alimentos da agricultura familiar para doações e para a formação de estoques, contribuindo para segurança alimentar e o fortalecimento da agricultura familiar.
Apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos	Empréstimos de caminhões, manutenção de centrais de recebimento de alimentos provenientes de programas como o PAA e o PNAE, comercialização direta da produção de alimentos da agricultura familiar
Doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	Ação de doar ao empreendedor individual ou coletivo os equipamentos necessários para o desempenho de sua atividade produtiva.

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais IBGE, 2014.

Essas ações visam o fortalecimento das atividades produtivas realizadas pelas famílias residentes no campo, como os extrativistas, assentados da reforma agrária, silvicultores, povos indígenas, pescadores artesanais, aquicultores familiares, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades remanescentes de indígenas, comunidades tradicionais, entre outros, objetivando o aumento da capacidade produtiva e a entrada de seus produtos nos mercados consumidores, por meio de formação, orientação, assistência técnica e oferta de produtos com alta qualidade. Para Mello et al.:

A alta incidência de pobreza no meio rural exigiu do governo federal estratégias específicas capazes de reconhecer e incorporar em suas ações a diversidade social e econômica existente no campo. Para isso, o Plano Brasil sem Miséria articulou, de forma inédita, as informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal com as bases de dados de outros programas voltados ao atendimento da população rural, permitindo ao poder público conhecer as famílias mais pobres do país e reorientar a ação dos programas de apoio à estruturação produtiva dos agricultores familiares (MELLO et al, 2014, p. 323).

Nesse sentido, o Estado brasileiro direcionou as ações de inclusão produtiva no âmbito rural, mediante a ampliação da assistência técnica especializada, ampliação do acesso à água e energia elétrica, apoio à comercialização da produção por meio de compras governamentais e privadas, recursos para investir nas propriedades, entre outros.

As dificuldades dos pequenos agricultores e ou dos agricultores familiares estão centradas, de um lado, na falta de apoio técnico para qualificar, aperfeiçoar ou mesmo iniciar as suas atividades produtivas e, por outro lado, na escassez de recursos para investir na melhoria da sua produção. Dessa forma, as ações elencadas e promovidas pelo governo federal tendem a contribuir decisivamente com o processo produtivo desses agricultores.

O Plano Brasil Sem Miséria (BSM), instituído no governo Dilma Rousseff (2011-2016), se constituiu em uma estratégia nacional para a superação da situação de extrema

pobreza da população em todo o território nacional, por meio da garantia de renda, do acesso a serviços públicos e da inclusão produtiva, abrangendo tanto a zona rural quanto a urbana. (BRASIL, 2011). Esse Plano foi apontado,

como uma necessidade a readequação da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). A atividade era, até então, mais voltada aos setores mais estruturados da agricultura familiar, para o atendimento dos agricultores mais pobres, caracterizados, em sua maioria, pelo baixo aporte tecnológico, pela falta de insumos produtivos, pela pouca diversificação de sua produção e pelo baixo grau de associativismo e cooperativismo. Partindo desse diagnóstico, foi constituído um modelo diferenciado em que passaram a caminhar juntas a assistência técnica e a disponibilização de recursos não reembolsáveis para apoiar as atividades produtivas desenvolvidas pelos agricultores mais pobres (MELLO et al, 2014, p. 324).

Nesta perspectiva, a implementação do BSM representou um forte instrumento das políticas de inclusão produtiva no meio rural, pois por meio deste as atividades produtivas passaram a ter operacionalização com foco na promoção das ações de geração de trabalho e renda.

A ação governamental para o combate à pobreza rural deve ser analisado em três processos correlatos e complementares no decorrer dos últimos quinze anos: (I) a consolidação da matriz de políticas sociais, com a universalização das políticas de combate à pobreza, a constituição de uma agenda universal de direitos sociais, o crescimento da oferta de serviços públicos e a ampliação de programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família; (II) a construção e a institucionalização da agenda de segurança alimentar e nutricional como política pública; e (III) a ampliação das políticas de desenvolvimento rural e de apoio à agricultura familiar. (CAMPOS, et al, 2014).

Assim, concordamos que estas ações governamentais foram de grande importância para o enfrentamento da pobreza no meio rural, pois houve a ampliação dos serviços públicos, implementação de programas de transferência de renda, construção da política de segurança alimentar e nutricional, as quais buscaram garantir o mínimo de dignidade aos homens e mulheres que vivem no meio rural.

No que diz respeito à inclusão produtiva, os alunos egressos revelaram, em sua maioria (11; 92%), que não houve motivos para não conseguirem se inserir no mercado de trabalho. O curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara até os preparou com a formação técnica e profissional, porém não houve a absorção dos alunos egressos nas cooperativas, na assistência técnica, órgão públicos ou na formação de novas cooperativas.

De acordo com o aluno E1, “Ao término do curso voltei a trabalhar na agricultura pois não se tem vaga no mercado de trabalho para os técnicos em cooperativismo”. Na mesma direção o aluno E2 afirmou “Não conseguir ingressar no mercado, aí voltei a trabalhar na

agricultura pois na área de cooperativismo não se tem emprego”; e o aluno E10 disse “Não consegui ingressar na área de cooperativismo, pois as empresas públicas, privadas e estabelecimento da agricultura familiar não conheciam o curso de cooperativismo, só conheciam o curso de administração de empresas”.

Na concepção do único egresso que conseguiu ingressar no mundo do trabalho, na área de sua formação (cooperativismo), o curso deixou fortes lacunas e, por isso não atingiu o seu objetivo de inserir os alunos nas cooperativas do Território do Mato Grande para assim promover, de fato, o desenvolvimento socioeconômico do Território. Para ele,

Ingressei em uma cooperativa de trabalho, atuando como assistente administrativo, onde aprendi de fato como é o funcionamento de uma cooperativa, porque nosso curso foi mais voltado para a administração do que para o cooperativismo. No curso era para termos uma oportunidade de estagiar em uma cooperativa e isso não ocorreu. O curso deixou lacunas porque não era voltado para as cooperativas e sim para administração (E7).

Ainda que na percepção do aluno E7 o curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara esteja voltado para Administração, isso não fragiliza a perspectiva de formação delineada pelo curso, tanto que a matriz curricular, conforme apresentamos acima, aponta para um diálogo com a realidade dos arranjos produtivos locais, com visibilidade a alavancar o desenvolvimento do Território do Mato Grande a partir do fortalecimento da gestão das cooperativas existentes.

Já os professores, quando perguntados se o curso de Cooperativismo permitiu a inclusão produtiva dos egressos, 4 (67%) responderam que não, conforme podemos verificar nas falas: “O curso de cooperativismo não promoveu a inclusão produtiva dos egressos porque estava voltado para a perspectiva empresarial. Na turma que lecionei só tinha um aluno da área de Reforma Agrária” (P1); “Os alunos não tinham em mente de entrar no mercado de trabalho através do curso de cooperativismo, a maioria queria mesmo era entrar no IFRN e cursar o ensino médio” (P3); “O curso não promoveu a inclusão produtiva pois os alunos em sua maioria não tinham essa preocupação porque já trabalhavam, por isso viam o curso como algo a mais para o currículo” (P4). E “A inclusão produtiva foi pensada na perspectiva da integração do eixo do trabalho no campo e a própria organização do campus, no que diz respeito a promover essas experiências internamente, mas ela não se deu de efetiva. Se os alunos se incluíram na dimensão produtiva foi mais por iniciativa própria.” (P6).

Já para 2 (33%) professores houve sim a promoção da inclusão produtiva: “É possível que sim, pois as condições para se inserir no mercado os egressos tinham, pois o nível de aprendizagem e discussão era muito bom, por isso acredito que eles se inseriram, devido a essa

preparação” (P2). “Houve a inclusão produtiva sim, porque os cursos na área de gestão, em qualquer perspectiva que seja, eu entendo como conhecimento transversal, que mesmo que você não trabalhe no cooperativismo em si, aquele conhecimento prepara para vários segmentos” (P5).

Diante das colocações feitas pelos egressos e professores, inferimos que o curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara não promoveu a inclusão produtiva no mundo do trabalho porque não houve a inserção dos alunos egressos nas cooperativas, associações, entidades públicas e privadas, entre outras, do Território do Mato Grande. No entanto ressaltamos, concordando com os dois últimos professores (P2 e P5), que a formação profissional promovida pelo curso permite a inserção dos alunos egressos no mundo do trabalho, e que não há uma relação direta da formação promovida pela Instituição com o segmentos cooperativistas, uma vez que a função social do Campus está para além de uma relação tecnicista.

Quando perguntados aos professores o que motivou o encerramento da oferta do curso de Cooperativismo no âmbito do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara em 2013, foram obtidas as seguintes respostas:

**Quadro 9 - Fatores que motivaram o encerramento da oferta curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara, no âmbito do PROEJA**

PROFESSOR	FATORES
P1	O curso foi encerrado porque em primeiro lugar o PPC nasceu errado: pensando agronegócio e não cooperativismo. Segundo lugar os professores que não eram da área ministrando aulas focando em empresas e não em cooperativismo, só tinha uma professora formada em cooperativismo o restante eram todos de outras áreas. Terceiro a coordenação de curso não articulava bem as atividades que viessem a fortalecer o curso.
P2	Uma realidade muito clara para nós é que esses egressos não foram acompanhados de um conhecimento específico do curso, as vezes o que o pessoal pensa “vou fazer o curso de cooperativismo e nem sabe o que é cooperativismo”. As ementas do curso não eram adequados a realidade dos alunos Jovens e adultos, não era adequado a formação em cooperativismo e por isso alguns dos colegas professores por não ter formação na EJA, acabavam tratando o aluno da EJA como um aluno do ensino médio integrado cuja a história de vida é completamente diferente, e isso certamente influencia na aprendizagem. Todos esses fatores fazem com que iniciávamos as turmas com 40 alunos e terminávamos com cinco ou seis. Esse fato faz com que entremos em uma estatística que o Ministério da Educação gosta de dizer que é desperdício e aí se passa fechar o fechamento do curso.
P3	Foi por falta de alguém para abraçar o curso e dizer esse curso dá certo, vamos levar ele em frente, essa falta fez com que os alunos ficassem meio perdidos sem essa referência que os ajudassem em questões referentes ao curso.
P4	Porque houve um estudo que apontou que um curso de administração seria melhor para a região do que o de cooperativismo em si.
P5	Acabou porque não se tinha mais demanda. Era muito difícil fechar uma turma de cooperativismo.

<b>P6</b>	Eu ouvia muito dos professores que foi por causa da evasão, promovida pela dificuldade de acesso desse aluno até a escola, a distância da escola, irregularidades no transporte, demandas de acesso a outros serviços sociais. Mas tem algo além disso, como algumas medidas institucionais, podem ter contribuído para o encerramento das ofertas, faltava divulgação dos cursos, não se tinha estratégias para a informação chegar até as comunidades e assentamentos rurais. O PPC do curso era uma mistura de administração e cooperativismo, isso foi sem dúvida um fator muito forte que pode ter contribuído com para algumas desistências.
-----------	--

Fonte: Autoria própria a partir dos questionários da pesquisa 2019

A partir do Quadro 9 é possível observar que na concepção dos professores o encerramento da oferta do curso de Cooperativismo no âmbito do PROEJA no IFRN-Campus João Câmara se deu por diversas razões, entre as quais a proximidade do PPC com o agronegócio, a ausência de articulação da coordenação de curso com as atividades cooperativistas do Território do Mato Grande, a significativa evasão no curso, a distância das residências dos estudantes ao Campus e a irregularidade no transporte escolar municipal.

Todos os egressos que residem na área rural relataram que tinham muitas dificuldades de acesso à escola, devido às anormalidades no transporte escolar e ao acesso a serviços sociais de forma geral. Algumas medidas também contribuíram para o encerramento das ofertas: faltava divulgação dos cursos, não se tinham estratégias para a informação chegar até as comunidades e assentamentos rurais. Esses fatores fizeram com que houvesse uma grande diminuição da procura pelo curso, até chegar a um ponto que a Instituição entendeu que não se tinha mais demanda que justificasse a oferta. P1 aborda que:

O curso de cooperativismo poderia ser repensado e ser ofertado como o curso de Graduação Tecnológica em Gestão de Cooperativas da UFRN/PRONERA, sendo todas as disciplinas realizadas com recursos externos e utilizando a metodologia da Pedagogia da Alternância, interligando as disciplinas teóricas com as comunidades e necessidades da reforma agrária, com os professores escolhidos a partir de formação na área e que discutam realmente e sejam da base cooperativista.

De fato, como alternativa à descontinuidade da oferta do curso de Cooperativismo, o IFRN-Campus João Câmara poderia ofertá-lo na perspectiva da Pedagogia da Alternância, interligando as disciplinas teóricas com a vivência nas comunidades e necessidades da Reforma Agrária. Nesta modalidade os professores de formação técnica poderiam focalizar melhor no aprendizado que fortalecesse as cooperativas.

Na Pedagogia da Alternância, o saber prático obtido junto à família, na execução das tarefas e a teoria, obtida na escola durante a troca de experiências e absorção dos conteúdos ensinados, se fundem. Assim, podem auxiliar a aprofundar a compreensão do que ocorre no dia a dia, na família e escola, e onde o conhecimento emerge, se amplia e se consolida, facilitando ao jovem alternar e valorizar aquilo que ele faz e sabe. É na vinculação do conhecimento escolar com a ambiência familiar que o jovem reflete sobre seu meio e elabora seus marcos de referência. (CALIARI; ALENCAR; AMÂNCIO, 2002, p. 05).

Ainda segundo esses autores, a Pedagogia da Alternância tem como finalidade instituir o relacionamento entre jovem-família-comunidade-escola, uma vez que estas não se constituem em instâncias antagônicas e excludentes, e que família e escola se reinterpretem mutuamente na diversidade do conjunto das circunstâncias envolvidas.

No entanto, para atender às especificidades do PROEJA, se faz necessária a organização de tempos e espaços formativos adequados, de modo que a organização do calendário escolar pode considerar as peculiaridades existentes: sazonalidade, alternância, turnos de trabalho, entre outras especificidades que surgirem à medida que essa política seja efetivamente implementada (BRASIL, 2007).

A metodologia da Pedagogia da Alternância, poderia se adequar ao público do PROEJA, uma vez, que os alunos faltavam aulas por diversos motivos, como necessidade de trabalhar, distância de casa à escola, entre outros. Por isso é importante pensar realmente em formas de incluir esses alunos, já que o modelo tradicional não os contempla.

P2, por sua vez, relatou que alguns colegas reclamavam muito sobre ter que dar aula no PROEJA, sob a alegação de que os alunos tinham dificuldades com a aprendizagem, quando na verdade eram os professores que deveriam repensar a didática de ensino, uma vez que estavam diante de um público que demanda novas metodologias. Já P5 afirmou:

É muito gratificante ensinar as turmas do PROEJA, pois são os alunos dedicados e sabem reconhecer o verdadeiro valor de um professor. Eles realmente têm muitas dificuldades para assimilar os conteúdos e isso dificulta a aprendizagem, até pela a forma que é operacionalizado o PROEJA no IFRN, o currículo é a mesmo do ensino na modalidade integrado, quando era para ser diferente, levando em consideração as especificidades do programa.

É necessário que os professores do PROEJA tenham formação específica para entender o funcionamento do Programa, com a observância de seus princípios e a partir daí desenvolver metodologias que se adequem às especificidades do público beneficiário (jovens, adultos, terceira idade, trabalhadores, população do campo, mulheres, negros, pessoas com necessidades educacionais especiais, dentre outros).

Os professores do curso de Cooperativismo seguiam a orientação do PPC (IFRN, 2009), que preconiza o trabalho coletivo entre os grupos de professores da mesma base de conhecimento e entre os professores de base científica e da base tecnológica específica, sendo imprescindível à construção de práticas didático-pedagógicas integradas, resultando na construção e apreensão dos conhecimentos pelos alunos numa perspectiva do pensamento relacional.

Neste subcapítulo analisamos as políticas públicas de inclusão socioprodutiva que buscam promover o acesso ao mundo do trabalho, objetivando compreender se o curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara promoveu inclusão produtiva dos alunos egressos.

Vimos que a intervenção do Estado é necessária para que a inclusão socioprodutiva das pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social se materialize. Mas isso só será possível se as políticas públicas forem formuladas e efetivadas dialogando com a realidade local dessas pessoas.

Constatamos, enfim, que o curso de Cooperativismo do IFRN-Campus João Câmara não promoveu a inclusão produtiva dos alunos egressos, pois mesmo tendo ofertado uma formação profissional ampla e completa que permitia a inserção no mundo do trabalho – não apenas diretamente relacionado às atividades cooperativistas, mas também a qualquer outro empreendimento existente no Território do Mato Grande e até mesmo em outros municípios do Rio Grande do Norte ou da região Nordeste –, o mundo do trabalho não os absorveu.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste estudo foi possível compreender o cooperativismo como uma alternativa ao sistema capitalista e fomentador do desenvolvimento sustentável, tendo na sua concepção a formulação de estratégias essencialmente integradoras de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção socioeconômica, sendo baseado nos valores da solidariedade, liberdade, democracia, equidade, igualdade, responsabilidade, honestidade, transparência e responsabilidade socioambiental.

O Rio Grande do Norte e, particularmente, o Território do Mato Grande é ambiente propício para a formação de cooperativas (atualmente há apenas cinco cooperativas, sendo três ramo agropecuário, uma de transporte e uma de produção), objetivando a organização dos trabalhadores e trabalhadoras e fortalecimento os diversos ramos de atividades cooperativistas e, conseqüentemente, gerando trabalho e renda, bem como contribuindo para diminuir as distorções da economia de mercado, principalmente as relacionadas a dificuldades de acesso ao crédito para os pequenos produtores.

O PROEJA vem ocorrendo na perspectiva de atender às necessidades sociais de jovens e adultos trabalhadores que não tiveram uma trajetória linear em sua escolaridade, possibilitando uma formação que lhe permita uma inserção social, cultural e no mundo do trabalho.

No que concerne à inclusão, esta deve centrar-se nos eixos da organização sociopolítica necessária para viabilizá-las, e nos direitos individuais do público a que se destina, devendo também ser concretizada com a inovação, visando alcançar resultados eficientes e eficazes capazes de melhorar a vida das pessoas. Contudo, promover a inclusão não é tarefa simples, pois requer do Estado brasileiro esforço e planejamento no desenvolvimento de políticas públicas que busquem promover os direitos individuais e coletivos.

Por fim, podemos afirmar que o curso de Cooperativismo ofertado no âmbito do PROEJA pelo IFRN-Campus João Câmara contribuiu para a Inclusão Educacional dos alunos egressos, pois eles receberam uma formação cidadã, que os possibilitou uma inclusão social, cultural e política com autonomia, desenvolvendo a análise crítica, particularmente, sobre a realidade da qual fazem parte e, além do prosseguimento dos estudos em nível superior. Todavia, no que diz respeito a Inclusão Produtiva, essa não ocorreu uma vez que, os alunos egressos não conseguiram se inserir no mundo do trabalho no Território do Mato Grande, sobretudo nas atividades cooperativistas.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. R.; MARTINS, R. M.; ALBUQUERQUE, M. R. **Políticas governamentais de inclusão produtiva para a redução da pobreza no Brasil**. [s.l.], 2015. Disponível em: [https://basicincome.org/wp-content/uploads/2015/01/Marcela\\_Ribeiro\\_de\\_Albuquerque\\_et\\_al\\_Brasil.pdf](https://basicincome.org/wp-content/uploads/2015/01/Marcela_Ribeiro_de_Albuquerque_et_al_Brasil.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. Bruxelas, 2019. Disponível em: <https://www.ica.coop/en>. Acesso em: 30 jun. 2020.

ANDRIOLA, Í. R. F. **A economia social e os estados do cooperativismo**: ascensão ou declínio dos princípios do cooperativismo em empreendimentos auto gestionários. 2008. 140 f. Tese (Doutorado) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

ANTUNES, Â.; PADILHA, P. R. **Educação cidadã, educação integral**: fundamentos e práticas. São Paulo: Produção de terceiros sobre Paulo Freire, 2010.

BARRETTA, E. M; CANAN, S. R. Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais. **IX ANPED SUL**. Universidade de Caxias do Sul, 2012.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 1.637, de 5 de janeiro de 1907**. Crea Sindicatos Profissionais e Sociedades Cooperativas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D22239impresao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239impresao.htm). Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932**. Reforma as disposições do Decreto Legislativo n. 1.637, de 5 de janeiro de 1907, na parte referente às sociedades cooperativas. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D22239](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22239). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm). Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Dispõe de Emendas Constitucionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=I%20%2D%20co nstruir%20uma%20sociedade%20livre,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina %C3%A7%C3%A3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=I%20%2D%20co nstruir%20uma%20sociedade%20livre,quaisquer%20outras%20formas%20de%20discrimina %C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm). Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 3.017, de 6 de abril de 1999**. Aprova O Regimento do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - Sescop. Brasília, 6 de abril de

1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3017.htm). Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da educação. **Parecer CNE/CEB nº. 11/2000**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação e Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer\\_11\\_2000.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf). Acesso em: 11 jan. 2020.

BRASIL. **Nota Técnica nº 010/2001**. Disponível em: <http://portalfat.mte.gov.br/wp-content/uploads/2019/08/NOTA-TECNICA-N%C2%B0-010-2001-CGFAT-SPOA-SE-MTE.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de lei que cria o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, acrescenta dispositivo à Lei no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e dá outras providências**. Brasília, 2003. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=73B4D33E7FAC47281ADE611C43F58557.proposicoesWebExterno1?codteor=145121&filename=Tramitacao-PL+1394/2003](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=73B4D33E7FAC47281ADE611C43F58557.proposicoesWebExterno1?codteor=145121&filename=Tramitacao-PL+1394/2003). Acesso em: 10 jul. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm). Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Projeto do Programa ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens Educação, Qualificação e Ação Comunitária**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12921-projovem-programa-nacional-de-inclusao-de-jovens-sp-809797558>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Projeto escola de fábrica**. Brasília: MEC, 2005. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/projeto.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006**. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5840.htm). Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.589, de 26 de outubro de 2011**. Institui no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 10 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Brasília: MEC, 2016.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec-programas-e-acoes/expansao-da-rede-federal>. Acesso em: 17 ago. 2020

CAMPOS, A. et al. Inclusão produtiva rural no Plano Brasil sem Miséria: síntese da experiência recente em políticas públicas para o atendimento dos mais pobres no rural brasileiro. In: CAMPELLO, T; FALCÃO, T; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem Miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014, p. 447-466.

Disponível em:

[http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 23 mar. 2020.

CASTRO, J. A. D; SÁTYRO, N; RIBEIRO, J. A; SOARES, S. **Desafios para a inclusão produtiva das famílias vulneráveis**: uma análise exploratória. Brasília: Ática, 2010.

CIAVATTA, M. A formação integrada à escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**. Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 01-20, 2005.

CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino médio e educação profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2012.

CIAVATTA, M. Educação básica e educação profissional: descompasso e sintonia necessária. In: OLIVEIRA, E. C. de. **EJA e educação profissional**: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA: Brasília: Liber Livro, 2012, p. 67-100.

CONFINTEA. Declaração de Hamburgo sobre a educação de adultos: agenda para o futuro.

In: **V Conferência Internacional sobre Educação de Adultos**. Brasília: UNESCO; SESI, 1999. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso em: 29 jun. 2020.

DELGADO, G. Questão agrária hoje e reforma agrária. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)**, 2014. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/126539/mod\\_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/126539/mod_resource/content/2/Guilherme%20%20Delgado%20Quest%C3%A3o%20Agr%C3%A1ria.pdf). Acesso em: 29 jun. 2020.

DELUIZ, N. A globalização econômica e os desafios à formação profissional. **Boletim técnico do Senac**. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 73-79, 2017. Disponível em:

<https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt->

[BR&lr=lang\\_pt&as\\_sdt=0%2C5&q=A+globaliza%C3%A7%C3%A3o+econ%C3%B4mica+e+os+desafios+%C3%A0+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional.+&btnG=](BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=A+globaliza%C3%A7%C3%A3o+econ%C3%B4mica+e+os+desafios+%C3%A0+forma%C3%A7%C3%A3o+profissional.+&btnG=). Acesso em: 20 mar. 2020.

FERREIRA, L. A. M. **Evasão escolar**. [s.l.], 2012. Disponível em: <http://www.abmp.org.br/textos/htm>. Acesso em: 18 jan. 2020.

FERREIRA, N. M. da C. **Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular: algumas evidências no meio rural potiguar**. 2010. 301 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista de Educação**. Rio de Janeiro, v. XVI, n. 1, p. 05-20, 2008.

GADOTTI, M. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna Ltda, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

HADDAD, S; DI PIERRO, M. C. **Escolarização de jovens e adultos**. **Rev. Bras. Educ.** [online], n.14, pp.108-130, 2000. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000200007&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 17 jan. 2020.

HOLYOAKE, G. J. **Os 28 tecelões de Rochdale**: história dos probos pioneiros de Rochadale. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1933.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Diretoria de Pesquisas, Pesquisa de Informações Básicas Municipais. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros**: Inclusão produtiva. Brasília: IBGE, 2014.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Projeto político-pedagógico do IFRN**: uma construção coletiva – DOCUMENTO-BASE. Natal- RN: IFRN, 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE. **Histórico do Campus João Câmara**. Disponível em: <https://portal.ifrn.edu.br/institucional/historico>. Acesso em: 01 jun. 2020.

LASTA, L. L; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia e Sociedade**. Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 140-149, 2014. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=lang\\_pt&as\\_sdt=0%2C5&q=Pol%C3%ADticas+de+inclus%C3%A3o+escolar%3A+produ%C3%A7%C3%A3o+da+anormalidade.+Psicologia+e+Sociedade&btnG=](https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&lr=lang_pt&as_sdt=0%2C5&q=Pol%C3%ADticas+de+inclus%C3%A3o+escolar%3A+produ%C3%A7%C3%A3o+da+anormalidade.+Psicologia+e+Sociedade&btnG=). Acesso em: 14 jun. 2019.

LASTA, Leticia Lorenzoni; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. SPE, p. 140-149, 2014.

LEITE, G. S. **O cooperativismo como instrumento constitucional de garantia do desenvolvimento nacional**. 2013. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito da Universidade de Marília, Marília, 2013.

LIMA FILHO, D. L. Políticas públicas para a educação profissional e EJA nos anos 2000: sentidos contraditórios da expansão e da redefinição institucional. In: MOURA, D. H. (Org.). **Produção de conhecimento, políticas públicas e formação docente em educação profissional**. Campinas: Mercado Letras, 2013, p. 201-220.

LUCENA, M. B. de. **Cooperativismo potiguar centenário: 1915 – 2015**. Natal: OCERN, 2017.

MACHADO, L. et al. PROEJA: o significado socioeconômico e o desafio da construção de um currículo inovador. TV ESCOLA. Salto para o Futuro. **Boletim**. Rio de Janeiro, v. 16, p. 36-53, 2006.

MACHADO, M. M. O desafio do PROEJA como estratégia de formação dos trabalhadores: o desafio do proeja como estratégia de formação dos trabalhadores compassos e sintonia necessária. In: OLIVEIRA, E. C. de. **EJA e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Brasília: Liber Livro, 2012, p. 121-142.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARRA, A. V. **História do cooperativismo**. [s.l.], 2016. Disponível em: [http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/578/Aula\\_02.pdf?sequence=7&isAllowed=y](http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/578/Aula_02.pdf?sequence=7&isAllowed=y). Acesso em: 08 ago. 2020.

MELLO, J. et al. A Inclusão produtiva rural do Brasil sem Miséria: estratégias e primeiros resultados. In: CAMPELLO, T; FALCÃO, T; COSTA, P. V. da. **O Brasil sem Miséria**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014, p. 323-348. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_o\\_brasil\\_sem\\_miseria/livro\\_obrasilsemmiseria.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/livro_o_brasil_sem_miseria/livro_obrasilsemmiseria.pdf). Acesso em: 23 mar. 2020.

MEINEM, Ê; PORT, M. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: CONFEBRAS, 2014.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOLL, J. (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MOURA, J. T. V. A representação política dos movimentos sociais: um estudo no colegiado territorial do Mato Grande (RN). **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 9, n. 17, p. 282-306, 2014.

OLSEN, W. **Debates e métodos fundamentais em pesquisa social**. Porto Alegre: Penso, 2015.

PACHECO, E. M. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: Editora IFRN, 2010.

PAIVA, J; MACHADO, M. M; IRELAND, T. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea (1996-2004)**. UNESCO Representação no Brasil, 2004.

PAIVA, J. Desafios da formação de Educadores na Perspectivas da Integração da Educação Profissional e EJA. In: OLIVEIRA, E. C; PINTO, A. H; FERREIRA, M. J. de R. (Orgs.). **EJA e educação profissional: desafio da pesquisa e da formação no proeja**. Brasília: Liber Livros, 2012, p. 45-66.

PAIVA, J. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. TV ESCOLA. Salto para o Futuro. **Boletim**. Rio de Janeiro, v. 16, p. 03-94, 2006.

PAULO, S. M; FREITAS, L. B. D. L; PINHO, G. S. **Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025)**. Natal, RN: 2016, Disponível em: <http://www.educacao.rn.gov.br/Conteudo.asp?TRAN=PASTAC&TARG=2109&ACT=&PAGE=0&PARM=&LBL=PEE>. Acesso em: 20 maio 2020.

PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena. **Documento Base**. Formação Inicial e Continuada Ensino Fundamental. Brasília, 2007.

PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena. **Documento Base**. Educação Profissional Técnica de Nível Médio Ensino Médio. Brasília, 2007.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TERRITÓRIO MATO GRANDE, RN. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: [http://sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio055.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio055.pdf). Acesso em: 20 ago. 2020.

PINHO, D. B. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira a vertente solidaria**. São Paulo: Saraiva, 2004.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PNAS/2004. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2004. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf) fOperacional Básica Brasília. Acesso em: 29 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ocb.org.br/ramos>. Acesso em: 29 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Resolução OCB nº 56/2019**. Regulamenta a classificação dos ramos do cooperativismo, organizados em sete ramos. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/central-da-marca>. Acesso em: 20 ago. 2020.

REISDORFER, V. K. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 2014.

RELATÓRIO ANALÍTICO. **Projeto de gestão de políticas públicas e controle social em territórios da cidadania**: mapeamento, sistematização e avaliação de Programas de Desenvolvimento Sustentável no Mato Grande (RN). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra055.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SANFELICE, J. L. Inclusão educacional no Brasil: limites e possibilidades. **Revista de Educação PUC-Campinas**. Campinas, n. 21, p. 29-40, 2006.

SCHNEIDER, J. O. **A Relevante herança social do Pe. Amstad SJ**. 12. ed. São Leopoldo: Unisinos, 2014.

SILVA, D. A. M; FREITAS, M. B. C; MEDEIROS, A. S. Educação profissional na modalidade EJA e qualidade de ensino. In: SILVA, A. C. R.; BARACHO, M. das G. **Formação de educadores para o PROEJA**: intervir para integrar. Natal: CEFET/RN, 2007, p. 71-82.

SINGER, P. **Introdução a economia solidária**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

SOUZA, W. J. de. **Relatório analítico projeto de gestão de políticas públicas e controle social em territórios da cidadania**: mapeamento, sistematização e avaliação de Programas de Desenvolvimento Sustentável no Mato Grande (RN). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: <http://sit.mda.gov.br/download/ra/ra055.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

## **APÊNDICES**

### **APÊNDICE A: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS GESTORES**

01. O que motivou o Campus João Câmara a ofertar o curso de Cooperativismo PROEJA?
02. Havia demanda na região que justificasse a oferta do curso?
03. Qual as perspectivas para os concludentes do curso?
04. Houve audiência pública para tratar da implantação do curso? se sim, como se deu a receptividade da oferta desse curso na audiência pública, pelos órgãos envolvidos?
05. Por que encerrou a oferta do curso de cooperativismo?
06. O cooperativismo não dá certo em João Câmara e no RN?
07. Ao término do curso os alunos ingressaram nas cooperativas?

## **APÊNDICE B: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS PROFESSORES**

01. Caracterização do professor (a):

Idade?

Tempo de serviço no IFRN?

Formação graduação e pós-graduação?

Experiência profissional antes de ingressar no IFRN?

02. Qual a perspectiva de formação profissional para os alunos (egressos) do curso de cooperativismo ofertado no âmbito do PROEJA?

03. Na sua concepção é possível afirmar que o curso de cooperativismo permitiu a inclusão educacional dos egressos? Por quê?

04. Na sua concepção é possível afirmar que o curso de cooperativismo permitiu a inclusão produtiva dos egressos? Por quê?

05. Por que encerrou a oferta do curso de cooperativismo PROEJA?

06. Você gostaria de fazer quaisquer comentários sobre a oferta do curso de cooperativismo PROEJA? (dificuldades encontradas na docência, evasão, desempenho dos alunos etc.)

## APÊNDICE C: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS COM OS EGRESSOS

### Caracterização do egresso

Nome?

Identificação?

Idade?

Sexo?

Cor?

Profissão?

Ano de ingresso?

Ano conclusão/

Local onde reside (cidade ou rural)?

02. O curso de cooperativismo contribuiu para a sua formação cidadã e profissional?

03. Depois da conclusão do curso de cooperativismo você prosseguiu os estudos?

Se sim, qual o curso?

Se não, por quê?

04. Depois da conclusão do curso de cooperativismo você (re)ingressou no mercado de trabalho?

Se sim, em que área?

Se não, por quê?